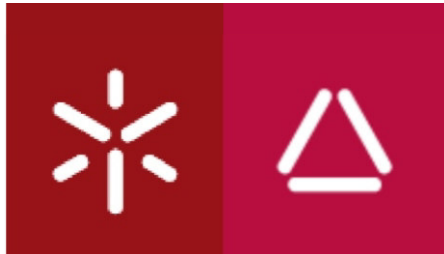


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Catarina da Cruz Ferreira

**Viver num bairro social e as relações
de vizinhança – um estudo sociológico
no bairro de Santa Tecla.**

Outubro de 2014



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ana Catarina da Cruz Ferreira

**Viver num bairro social e as relações
de vizinhança – um estudo sociológico
no bairro de Santa Tecla.**

Dissertação de Mestrado em Sociologia
Área de especialização em Desigualdades e Políticas Sociais

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Carlos Silva

Outubro de 2014

Declaração

Nome: Ana Catarina da Cruz Ferreira

Endereço Eletrónico: catarina_921@hotmail.com

Telemóvel: 935567958

Título da dissertação de Mestrado: Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla.

Orientador: Professor Doutor Manuel Carlos Silva

Ano de conclusão: 2014

Designação: Mestrado em Sociologia, Área de especialização em Desigualdades e Políticas Sociais

AUTORIZO A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 21 de Outubro de 2014

Assinatura: _____

Agradecimentos

Uma dissertação de mestrado é o culminar de cinco anos de estudo e trabalho, com pessoas que se tornam parte do nosso cotidiano, com amigos, recentes ou já de longa data.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao meu orientador científico, já não sendo esta a primeira vez que trabalhamos em conjunto, e foi com ele que aprendi a dedicar-me a cem por cento, pelos desafios impostos e pelos conselhos dados, pela exigência cada vez maior à medida que as etapas iam sendo ultrapassadas. Obrigada pela paciência, tempo e dedicação que deu à minha tese. São conhecimentos que nunca esquecerei e farei sempre por valorizar.

Agradeço a todos os moradores do bairro de Santa Tecla que tiveram a disponibilidade e a atenção em responder aos meus questionários, às minhas dúvidas e a todas as conversas que proporcionaram, tão ricas e tão importantes.

Também agradeço à Bragahabit a disponibilidade em fornecer alguns dados dos moradores do bairro, que serviram como guia para a aplicação dos questionários.

Quero agradecer à minha família, são os heróis do meu dia-a-dia, a quem eu vou buscar determinação e força para tentar sempre alcançar os meus objetivos. Agradeço-lhes por sempre acreditarem em mim e darem-me ânimo para continuar, mesmo quando se está prestes a desistir. São eles que usam as palavras mágicas que amaciam sempre as piores situações, e assim existe sempre força para continuar.

Por último, aos meus amigos, alguns que se revelaram mais do que colegas de curso, pelas maratonas de inspiração que fomos buscar a todas as teorias e aulas e testes, pois são essas fases que tornam sempre o passo seguinte o mais importante, o mais valorizado. É nesse passo que me encontro e não posso esquecer quem sempre me acompanhou, de uma forma companheira e alegre.

Viver num bairro social e as relações de vizinhança – um estudo sociológico no bairro de Santa Tecla

Resumo

A presente dissertação procura refletir sobre a problemática das vivências nos bairros sociais com base nas condições de vida e através das representações construídas pelos membros residentes no bairro de Sta. Tecla, em Braga. Através de discursos socialmente construídos, opiniões e vivências, procura-se compreender a forma como os sujeitos sociais percecionam as relações com os membros residentes do bairro, mas que não pertencem ao seu grupo, tendo em conta que existem dois grupos distintos no bairro: os ciganos e os não ciganos; quais as representações que são criadas e as estratégias usadas para fazer face a práticas discriminatórias a que os indivíduos são sujeitos, embora a níveis diferentes. Por outro lado, procura-se perceber como se caracterizam as vivências no bairro: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro e como os indivíduos percecionam as políticas sociais a que são sujeitos, ao nível da satisfação pelas infraestruturas físicas e culturais que o bairro dispõe.

Para a prossecução deste objetivo, foram realizados inquéritos por questionário aos residentes no bairro, criando uma amostra equitativa entre ciganos e não ciganos. Contudo, houve uma triangulação de modo a complementar a informação recolhida através do inquérito por questionário, obtendo dados através de conversas informais e observação participante, que permitiram trazer mais riqueza ao trabalho empírico.

Os resultados que emergiram do estudo empírico permitiram compreender as diferentes predisposições entre ciganos e não ciganos face ao bairro e as formas de discriminação entre os grupos e para com eles, por parte das instituições e os habitantes da cidade, pertencentes ao grupo maioritário.

A análise dos resultados vem mostrar estar em conformidade com a literatura sobre o tema e os estudos já feitos em comunidades semelhantes. Assim, é possível conceber as principais dimensões da problemática das vivências nos bairros sociais: o gosto pela casa em detrimento do gosto pelo bairro, devido à crescente criminalização, delinquência e insegurança que se foram desenvolvendo nos bairros sociais; as diferenças na dimensão familiar em ambos os grupos; os *handicaps* que colocam os habitantes do bairro na mesma dimensão: pessoas com baixos recursos económicos, culturais e escolares, a par da diferente pertença étnica. Há também uma maior

componente de discriminação e racismo sentida pelos ciganos, enquanto grupo dominado e inferiorizado.

Living in a Social Neighbourhood and the relations between residents – a sociological study in Santa Tecla’s neighbourhood

Abstract:

The following dissertation seeks to reflect about the problematic of living in a social neighbourhood through the life conditions and representations built by residents from the neighbourhood of Sta. Tecla, in Braga. On the one hand, through speeches socially built, opinions and life experiences, it’s tried to understand the way social subjects perceive the relationships with the neighbourhood resident members, whose don’t belong to their group, knowing that exist two distinct groups in the neighbourhood: the gypsies and the non-gypsies; this way, it’s sought to understand which representations are made and which are the strategies to deal with the discriminating practices individuals are subjugated, even though in different levels. On the other hand, it’s tried to understand how life experiences in the neighbourhood are characterized: the taste by the house and the distaste by the neighbourhood and how individuals perceive the social politics they are subjugated, in relation to the satisfaction by the physical and cultural infrastructures the neighbourhood provides.

To achieve this goal, surveys, in the form of questionnaire, were made to the neighbourhood residents, creating an equitable sample, both to the gypsies and de non-gypsies. However, there was a triangulation in order to complement the collected information by the questionnaires, getting information through informal speeches and participating observation, which allowed bringing richness to the empiric work.

The emerged results from the empiric work allowed understanding the different predispositions between gypsies and non-gypsies in relation to the neighbourhood and the forms of discrimination between the groups and to the groups, by the institutions and the habitants of the city, whose belong to the major group.

The analyses of the results demonstrate to be in accordance with the literature about the theme and the studies already made in similar communities. This way, it’s possible to conceive the main dimensions about the problematic of living in a social neighbourhood: the taste by the house over the distaste by the neighbourhood, due to the crescent criminalization, delinquency and insecurity that have been developed in the social neighbourhoods; the differences on the familiar dimensions in both groups; the *handicaps*, whose put the residents in the same dimension: people with low economical,

cultural and scholar resources, the ethnic belonging. There's also a bigger component of discrimination e racism felt by the gypsies, while dominated and inferior group.

Índice

Introdução.....	1
CAPÍTULO I - Metodologia	8
1.1 Contextualização da Investigação.....	8
1.2 As opções metodológicas.....	10
1.2.1 Metodologia de estudo	10
1.2.2 O instrumento de recolha de dados	11
1.2.3 Conversas informais.....	12
1.3 Desenvolvimento da investigação	13
1.3.1 A escolha do Bairro.....	13
1.3.2 A entrada no terreno.....	15
1.3.3 Amostra	15
CAPÍTULO II – reflexões sobre os termos raça, racismo e etnicidade	17
2.1 Racismo, racialização e etnicização das minoras	17
2.2 O racismo na ciência e no senso comum	20
2.3 O racismo velado	22
2.4 “Os estabelecidos e os outsiders”	23
2.5 Diferença cultural, minorias e construção identitária	26
2.6 Construção da identidade étnica	31
2.7 Etnicidade e etnia cigana	35
2.8 A etnicidade cigana em Portugal	39
CAPÍTULO III - Exclusão Social da comunidade cigana: um enquadramento sociológico.....	45
3.1 A teoria Durkheimiana.....	45
3.2 A perspetiva Weberiana.....	46
3.3 A abordagem marxista	48
3.4 O olhar interaccionista simbólico	50
CAPÍTULO IV - Construção identitária e trajetórias nos bairros sociais	52
4.1 A reconstrução da identidade socio-cultural num bairro social.....	52
4.2 Políticas públicas e controvérsias espaciais.....	56
4.3 Habitação e integração social.....	58
4.4 A pobreza nos bairros sociais	60

CAPÍTULO V - Contextos e vivências num bairro social: as relações de vizinhança e o gosto pelo bairro	61
5.1 Caracterização sociodemográfica	61
5.2 Contextos e vivências: o ‘gosto pelo bairro’	70
5.3 As relações de vizinhança – processos de estigmatização e racismo	84
5.3.1 Os ciganos vistos pelos não ciganos	85
5.3.2 Os não ciganos vistos pelos ciganos	91
5.4 A vontade de sair <i>versus</i> a vontade de ficar.....	96
5.5 Conclusões finais	103
Referências bibliográficas	110
ANEXOS	113

Introdução

A partir dos anos 80, a construção dos bairros sociais foi um fenómeno que se deu ao mesmo tempo que a melhoria das condições de vida dos portugueses: um considerável crescimento económico e social, maior abertura no sistema de ensino que levou a um aumento da escolaridade dos portugueses, sendo que, por outro lado, houve uma diminuição do desemprego, por via do impulso pós-guerra colonial e dum leve processo de modernização. Houve também uma reestruturação sectorial na economia portuguesa, fazendo crescer igualmente e sobretudo o sector terciário. Nos anos 80 houve também um grande impulso das políticas sociais, sendo neste contexto que se insere a expansão e construção dos bairros sociais.

Os bairros sociais são um problema que resulta da visão sistémica da cidade, em que há uma divisão desta: de um lado as elites, as classes mais favorecidas; por outro lado, as populações mais pobres e alvos de políticas sociais. Estas não podem ignorar as especificidades de cada grupo-alvo, a fim de evitar problemas de exclusão e marginalização de populações com múltiplos *handicaps*. Estes últimos, quando são vários, desde a falta de habilitações, à exclusão geográfica, à falta de recursos económicos e à falta de um capital cultural, levam a que exista um reforço de cada um destes *handicaps* entre si, piorando ainda mais a situação em que os sujeitos sociais se encontram, *“cada problema é encarado de forma isolada como se nada tivesse a ver com o outro, quando é sabido que numa população que sofre de exclusão social os handicaps são múltiplos e reforçam-se mutuamente”* (Guerra, 1994: 13). Há, assim, uma dualidade no que diz respeito à distribuição espacial dos indivíduos, de forma prejudicial para aos moradores dos bairros sociais.

Segundo Guerra, *“pretende-se considerar a diversidade dos problemas sociais que afetam o bairro no seu conjunto: deficiente manutenção, degradação dos espaços, vida associativa conflitual, desemprego, insegurança, deficiente formação profissional”* (ibidem) e intervindo em rede, para que estes problemas possam ser resolvidos não um a um, mas em rede. É necessário configurar todas as dimensões e setores envolvidos no problema dos bairros sociais, em que o económico e o social estejam interligados, sendo necessário olhar para o espaço habitacional e pensar nos modos de vida que o caracterizam e diferenciam, inculcando nos próprios atores a vontade de mudar e preservar o bairro, num esforço de formação, trabalho e convívio destes para que

possam também eles participar num projeto de melhoria do seu próprio habitat. É preciso inserir os indivíduos em vez de integrá-los e, segundo Guerra, a diferença está no facto de a integração

“partir de uma ideia de sociedade normalizada em função da qual se tratava de desenvolver os meios de conformar os indivíduos a um objeto geral e comum através de uma série de intervenções que tratariam sucessivamente e/ou separadamente tal parte do seu comportamento. A inserção parte do diagnóstico de uma dada população, procede à elaboração de um projeto, ajusta as prestações existentes em função dele, procura aumentar no seio de cada instituição a margem de escolha do indivíduo, para o apoiar no traçar do percurso para a concretização dos seus objetivos” (1994: 14)

Assim, os indivíduos devem ser amparados no sentido de cada instituição lhe oferecer alternativas e assim poder integrá-lo, como deve ser o caso da escola, das instituições públicas, os apoios sociais e a justiça, por exemplo, sendo, no entanto, todas estas instâncias ainda carentes de um modelo de integração que as torne mais equitativas. A participação integrada dos indivíduos deve ser um esforço entre a força estatal, que controla as políticas sociais, e as populações que detêm um maior conhecimento da sua situação.

As políticas sociais têm a capacidade de moldar os padrões de identificação étnica de uma forma estruturante, tornando os residentes dos bairros sociais, especialmente o grupo dos ciganos, populações politicamente controladas. Assim, as políticas sociais, que têm como alvo membros dos grupos étnicos, acabam por funcionar como políticas raciais, na medida em que, não obstante algumas melhorias, também amiúde discriminam e estigmatizam. Os limites étnicos que separam os ciganos da comunidade envolvente dominante tem muito a ver com a forma como a identidade étnica é criada dentro do bairro, alterando a forma como se caracterizam as relações de vizinhança com os inquilinos não ciganos. Estes processos e situações, que funcionam como um fator delimitador, passam por: não adesão ao mercado de trabalho formal; a pouca valorização da escola e como consequência as baixas habilitações; a manutenção das desigualdades de género dentro do grupo; e os costumes religiosos e festivos diferenciados. Por outro lado, existem também fatores externos que forçam a existência destes limites étnicos, como a guetização das minorias, a sua não aceitação no sistema de ensino regular, a sua exclusão de serviços públicos e a constantes discriminação a que são sujeitos, levando o indivíduo a fechar-se no grupo, havendo um fenómeno de fechamento grupal.

A problemática dos bairros sociais não é apenas étnica: neste estudo são abordados dois grupos distintos que convivem diariamente, os ciganos e os não ciganos,

dois grupos com origens sociais e culturais distintas. Importa assim perceber como é que estes processam a sua mudança para o bairro. A partir do momento em que mudam para um novo espaço residencial, dá-se um processo de reconstrução da identidade destes sujeitos sociais, enquanto indivíduos pertencentes a determinado grupo. Esta convivência intergrupala está marcada pelo princípio adjacente ao bairro: o reagrupamento de um conjunto de indivíduos que são reduzidos à categoria social de pobres. São estas relações intergrupais que se pretendeu perceber, tal como cada uma das especificidades que caracterizam estes sujeitos sociais, enquanto pertencentes a determinado grupo. Os bairros são assim um espaço de grande contraste social, cultural e étnico.

A forma como os indivíduos apreendem o espaço habitacional é marcada pelo momento desde que chegam ao bairro até à forma como vivenciam o seu dia-a-dia. Apesar de ser muitas vezes referenciado o grupo dos não ciganos residentes no bairro como pertencentes à cultura maioritária, eles diferenciam-se, contudo, em relação à cultura maioritária de elite, uma vez que são uma camada de população com vários *handicaps*, que os tornam também num grupo excluído, tal como os baixos rendimentos, as baixas habilitações, a fraca inserção profissional e a falta de recursos culturais e de poder.

A etnicidade num bairro de habitação social cria uma dicotomização entre os grupos – aqueles que são membros e os que não são membros. Este fenómeno ganha tanto mais relevância quanto mais distinto for o grupo cigano em relação à cultura maioritária, sendo que, apesar de o grupo cigano não se manifestar com uma etnicidade forte, tem bastantes traços distintos em relação à cultura dominante. Denota-se que o grupo cigano ainda goza de um grande fechamento grupal – como pelo facto de viverem ainda muito juntos dos seus familiares, a endogamia ainda é uma realidade bastante valorizada pelo grupo, estão excluídos do mercado de trabalho formal e a escola ainda não é fortemente valorizada, resultando num afastamento precoce da mesma por parte dos membros do grupo, derivando em qualificações muito baixas. Assim, a etnicidade ganha maior relevância à medida que a minoria vai ganhando visibilidade na sociedade em que se insere, traduzindo-se em fortes contrastes sociais e culturais, criando um contexto de *outsiders* para os membros do grupo étnico cigano.

Se tivermos em conta que o grupo cigano se distancia do grupo dos não ciganos pela etnia, o facto é que há um grande conjunto de fatores que os aproximam: ambos são alvos de políticas sociais de habitação e apoios sociais por parte do Estado;

possuem, no cômputo geral, baixas habilitações, uma deficitária inserção no mercado de trabalho e um fraco capital cultural. As políticas sociais não acabam com a pobreza, uma vez que os indivíduos não conseguem sair dessa situação por si próprios. O indivíduo só consegue sair da pobreza quando consegue ultrapassar a privação e a falta de recursos, a ideia de pobreza é assim indissociável da ideia de privação. Não há uma luta igual pelas condições de vida, porque os sujeitos sociais e, neste caso, os moradores dos bairros sociais, são antecidos de uma situação social desigual em relação a outros indivíduos dentro do mesmo sistema social.

O reagrupamento de dois grupos distintos num mesmo bairro social resulta em consequências na forma como se dão as relações interpessoais. Os bairros sociais têm sido uma solução política que funcionam como simples opções de realojamento, não havendo uma preocupação social com quem lá reside. A forma como os indivíduos caracterizam os seus trajetos sociais vai influenciar o modo como apreendem o espaço do bairro. No entanto, não há uma noção generalizada entre os habitantes do bairro de que a mudança para este novo espaço tenha significado um acontecimento negativo na sua vida, muito pelo contrário, a grande maioria dos inquiridos vê de forma positiva a mudança para o bairro por se ter traduzido em melhores condições habitacionais, havendo um grande gosto pela casa e investimento no conforto desta. Apesar da melhoria das condições de vida para a maioria dos inquilinos dos bairros sociais, há um grande peso de imagens negativas que o bairro transporta consigo, imagens essas construídas no imaginário da cidade e do grupo maioritário, de desvalorização do espaço residencial, o que influencia negativamente as imagens que os inquiridos têm de si próprios, enquanto residentes de um bairro de habitação social. Os moradores do bairro vão transportar consigo imagens socialmente destrutivas pelo facto de viverem num bairro social, sendo que já possuem uma fraca integração no espaço urbano e no mercado de trabalho, piorando ainda mais as condições de vida, ficando numa condição social desprivilegiada, da qual não conseguem converter-se.

A questão que muitas vezes se coloca na problemática dos bairros sociais prende-se com o alcance dos estereótipos em relação aos ciganos e à forma como esses estereótipos vão marcar o dia-a-dia do bairro. Apesar de alguns autores defenderem que não há bairros totalmente ocupados por ciganos, em Braga tal não acontece, existe pelo menos um bairro unicamente ocupado por ciganos – bairro social do Picoto – que fica à margem da cidade, no topo de uma colina nas periferias. Aqui residem unicamente ciganos e, apesar de haver avanços no sentido de demolir o bairro e realojar os seus

residentes pela cidade, isso ainda está longe de acontecer, dando-se neste caso um verdadeiro fenómeno de ‘guetização’.

O facto de no bairro social existirem dois grupos culturalmente distintos conduz a que os não ciganos adotem estratégias de demarcação em relação aos ciganos, pelo facto de partilharem o imaginário de preconceitos existentes em relação a esse grupo, sendo que a convivência não altera esse facto.

As relações de vizinhança no bairro social são discutíveis à luz da diferenciação, que se traduz num dialeto entre o nós e os outros, que está na base da identidade e na forma como os sujeitos sociais se definem. A diferenciação entre os dois grupos culturais existentes no bairro provoca sentimentos positivos e negativos, que um grupo atribui a outro, geralmente de forma recíproca, sendo esses sentimentos facilmente generalizáveis a todos os membros do grupo, sendo que a pessoa perde a sua individualidade para que possa assumir a identidade de cigano ou de não cigano, no seio das interações intra-étnica no bairro. Há também uma criação de fronteiras simbólicas que levam à produção de barreiras, dificultando a assimilação do outro. Quando dois grupos distintos coabitam entre si, as normas e valores de uns tendem a prevalecer, em detrimento das normas de valores do outro. Geralmente o grupo dominante exige que o outro grupo – o dominado – siga as suas regras, criando uma dominação simbólica e um risco de exclusão. Isto é o que acontece nos bairros sociais: apesar de os dois grupos distintos conviverem entre si, a dominação que ambos sofrem por pertencerem a um grupo excluído da sociedade acaba por ter as mesmas formas. No caso do grupo dos ciganos essa exclusão é duplamente evidente, sendo que o racismo acaba por ser uma forma legitimadora que o sistema social cria, com fortes desigualdades sociais.

O problema, hipóteses e objetivos

No quadro do exposto na introdução emerge uma série de questões que implicam tentar perceber como se caracterizam as relações de vizinhança no bairro social de Santa Tecla; quais as imagens recíprocas dos moradores do bairro, tendo em conta os dois grupos distintos existentes; como se caracteriza o quotidiano no bairro, visando os problemas sociais e físicos que o afetam, nomeadamente a droga, a insegurança e a criminalidade; e quais as expectativas dos moradores do bairro em relação ao futuro. Donde, poderíamos tomar como pergunta de partida a seguinte: *“Como se caracterizam as interações e vivências inter e intra étnicas num bairro*

social, num bairro de habitação social? No entanto, associada a este foi emergindo um conjunto de outras perguntas que se podem enunciar do seguinte modo: Quais as infra-estruturas que fazem falta num bairro de habitação social? Quais as infra-estruturas que fazem falta num bairro de habitação social? O que explica a eventual insatisfação dos residentes num bairro social? Até que ponto existem fenómenos de pobreza e exclusão social e, havendo, que fatores e mecanismos o explicam? Há expectativas de mudança em relação ao futuro no bairro e do bairro?

A fim de responder a estas questões, após a revisão bibliográfica e exemplos de estudos empíricos realizados em contextos semelhantes, foram avançadas as seguintes hipóteses de trabalho:

H: As relações inter-étnicas caracterizam-se por um grande afastamento e ainda por um elevado nível de preconceito e racismo dos não ciganos face aos ciganos. Por outro lado, regista-se um fechamento grupal por parte do grupo étnico cigano, com uma forte valoração dos valores e normas grupais que caracterizam o grupo, como a família, a endogamia e os rituais festivos.

H1: Quer os moradores não ciganos, quer sobretudo os moradores ciganos, sofrem situações de pobreza e exclusão social, atingindo esta duplamente a grande maioria dos membros ciganos pela exclusão social e étnica, exclusões estas que se explicam por diversos fatores: económicos, sociais, políticos e culturais.

H2: Os não ciganos caracterizam os ciganos com adjetivos de tendência negativa, o que deixa antever ainda um certo nível de discriminação e racismo, resultado da pouca interação entre os grupos, sustentando assim os estereótipos em relação à etnia cigana.

Por outro lado, respondendo às perguntas que visam perceber o quotidiano no bairro e as representações que os moradores criaram acerca do mesmo, avançaram-se as seguintes hipóteses:

H3: Se os problemas de criminalidade e insegurança acentuam as imagens negativas do bairro no imaginário da cidade e fazem com que os moradores não se

revejam no espaço habitacional e continuem a supervalorizar a casa, como refúgio, os bairros carecem de planeação urbanística, espaços de lazer e espaços verdes, pois a ausência destes provoca falta de gosto dos moradores em relação ao bairro, caracterizando-o de forma negativa, o que implica que a superação desta situação exija novas políticas de inclusão.

O desenvolvimento deste trabalho irá mostrar se as hipóteses se confirmam ou não, e quais as especificidades dos problemas de partida apresentados.

A metodologia utilizada neste estudo foi de carácter quantitativo; no entanto, foi feita uma triangulação com a metodologia qualitativa, embora a primeira seja a metodologia à qual foi dada primazia. O instrumento de recolha de dados foi o inquérito por questionário, aplicado a sessenta indivíduos do bairro social de Santa Tecla: trinta inquéritos aplicados a indivíduos da etnia cigana e trinta inquéritos aplicados a não ciganos. A triangulação feita com a metodologia qualitativa foi através das conversas informais e observação participante registadas no diário de campo. As conversas informais foram particularmente fecundas e importantes na análise de conteúdo, uma vez que permitiu fazer uma análise de dados mais aprofundada e detalhada, usando expressões dos inquiridos no decorrer da aplicação dos inquéritos.

Apesar de o número de inquéritos aplicados ser equitativo para ambos os grupos, o facto é que houve mais à vontade com os ciganos do que em relação aos não ciganos, resultando em conversas informais muito mais ricas, como será possível observar pela análise dos resultados. Os ciganos foram muito mais abertos a falar dos seus receios, observações e expectativas em relação ao problema em estudo, deixando sempre aberta a discussão para outros temas que não estavam a ser abordados no questionário, o que foi bastante vantajoso. Pelo contrário, os não ciganos foram mais reservados, o que foi bastante surpreendente, na medida em que eram os comportamentos contrários que eu estava à espera. Assim, o material qualitativo que disponho do grupo dos não ciganos é relativamente em menor quantidade.

CAPÍTULO I

Metodologia

1.1 Contextualização da Investigação

Quando me propus a desenvolver este trabalho, tinha como objetivo estudar as relações de vizinhança nos bairros sociais. No entanto, após a revisão bibliográfica e construção da problemática, tentei perceber como, além da complexidade das relações de vizinhança, se caracterizava o gosto pelo bairro por parte dos sujeitos sociais. Quando há a referência do gosto pelo bairro, tal engloba um conjunto de variáveis de grande pertinência: como se processa a mudança para um bairro de habitação social; que tipo de mobilidade social caracteriza os diferentes tipos de população; como apreendem o espaço do bairro e o espaço da casa; qual o nível de satisfação pelo espaço físico e social do bairro; e que tipo de discriminações os indivíduos entendem estar sujeitos pelo facto de, além de viverem num bairro social, terem determinadas especificidades étnicas, como é o caso do grupo dos ciganos.

Tinha a intuição de a entrada no bairro não iria ser fácil. A instituição que organiza e detém o ‘monopólio’ do bairro não tem técnicos que façam visitas permanentes ao bairro e, por isso, era imperativo encontrar alguém da confiança dos inquiridos que me possibilitasse entrar no bairro para poder fazer as entrevistas, primeiramente delineadas, e os inquéritos por questionário.

A escolha do bairro, entre os vários bairros sociais de Braga, era fundamental para uma investigação mais detalhada. Devido ao conhecimento prévio que tinha dos bairros sociais de Braga, a partir de outros trabalhos académicos realizados, o bairro social de Santa Tecla era o mais ajustado aos meus objetivos iniciais de investigação: conta com maior diversidade de indivíduos no que respeita à sua origem étnica, estando reunidas as condições empíricas para a recolha de dados. Apesar de saber que este seria o bairro mais equitativo no que diz respeito à distribuição dos indivíduos ciganos e não ciganos, faltava saber por onde começar e em que habitações estavam os indivíduos ciganos e não ciganos, de forma a obter uma amostra mais equilibrada. Pedi ajuda à Bragahabit, no sentido de me proporcionar os dados dos habitantes do bairro social de

Santa Tecla; no entanto, estes registos, apesar de terem sido uma ajuda preciosa, estavam desatualizados e com poucas informações, permitindo-me apenas identificar onde estavam os residentes ciganos e não ciganos.

A abertura do campo de investigação não foi feita de forma fácil, nem de todo adequada. Após estabelecer alguns contactos com pessoas que tinham conhecimentos fundamentais na comunidade cigana, surgia a necessidade de encontrar um elemento-chave que me acompanhasse no terreno, segundo a sua disponibilidade. Após várias tentativas, cheguei ao contacto com esse elemento, que tinha as características desejáveis como mediador entre a comunidade do bairro (cigana e não cigana): estava inserido no mercado de trabalho, era um elemento bastante admirado e respeitado por todos e, mais importante de tudo, mostrou-se sensível à minha investigação e tinha os meios necessários para me ajudar a conhecer a população do bairro para desta começar a recolha de dados. Contudo, após várias tentativas de marcar uma ida ao bairro, o sujeito ‘mediador’ deixou de estar contactável e perdi desta forma a pessoa que tornaria o campo de investigação mais fácil do que aquilo que foi.

Mesmo percebendo que iria faltar um elemento importante em qualquer investigação – a confiança dos inquiridos em reconhecer a legitimidade do investigador – decidi partir para o terreno sozinha e tentar cativar os indivíduos da melhor forma, e aqui a minha anterior experiência com as comunidades ciganas foi fundamental. Percebi, no entanto, que não tinha bases para fazer entrevistas semi-estruturadas de grande relevo em que as condições de aplicação estivessem reunidas: os sujeitos sociais, uma vez que não me conheciam, apenas se limitavam a responder aos inquéritos, sendo que apenas fiz quatro entrevistas semi-estruturadas, mas não se revelaram na melhor forma de abordar os indivíduos.

“Vou caminhando pelo bairro, naquele que foi o meu primeiro dia de entrevistas, sozinha, face ao desconhecido, não me aventurando, ainda, a tocar às campainhas, por ser tão cedo. Encontro uma senhora cigana prostrada em frente à sua entrada, o bloco três, e pergunto-lhe se estaria disposta a responder a umas perguntas para o meu estudo sobre as relações de vizinhança no bairro; explico-lhe que estou a terminar os meus estudos e o seu contributo seria muito importante. Ela cedeu. Mostrou-se muito desconfiada e distraída, com pressa em acabar de me responder ao questionário, o que se revelou num entrave para que este decorresse de forma natural e fluida. Acabei o questionário e perguntei-lhe se por acaso conheceria alguém que estivesse disposto a responder ao meu questionário; ela disse que ainda era muito cedo e para não tocar às campainhas, pois ainda era cedo.” (excerto do diário de campo)

Fui-me apercebendo, pela pouca abertura ainda de algumas pessoas, que aplicar entrevistas semi-estruturadas ia ser muito difícil.

1.2 As opções metodológicas

1.2.1 Metodologia de estudo

A abordagem metodológica utilizada neste estudo será simultaneamente quantitativa e qualitativa. Embora a abordagem quantitativa seja de maior relevo neste trabalho, uma vez que o principal instrumento de recolha de dados foi o inquérito por questionário; porém, a metodologia qualitativa ganhará importância na medida em que as expressões, as frases soltas, os pequenos diálogos ao longo da aplicação dos inquéritos têm um enriquecimento empírico relevante, os quais também serão analisados. Também a presença no terreno remeteu-me para um papel de observadora não participante, permitindo deste modo fazer uma breve análise dos modos de vida no bairro, das rotinas e das práticas quotidianas dos atores sociais num terreno tão fértil em informação sociológica, que foi sendo registado por mim em todas as idas ao bairro.

O inquérito por questionário serviu para uma caracterização dos modos de vida, crenças e relações de vizinhança e caracterização física do bairro; e também fazer uma caracterização socio-económica dos habitantes do bairro.

A observação não participante e o diálogo com os atores sociais durante as entrevistas releva de uma grande importância, uma vez que o acesso à informação é feito de forma imediata, através de comportamentos e discursos rotineiros que para os indivíduos são destituídos de importância, embora com um grande enfoque de sentido e valor social. Enquanto observadora não participante, torna-se possível observar como se processa a rotina no bairro, os hábitos dos moradores, as normas sociais pelas quais se regem, os seus valores enquanto grupos distintos e as divisões que se vão operando no bairro. São os pequenos trechos da vida quotidiana que pude observar, estando do lado de fora do cenário, e que fui registando todas as vezes que foi possível ir ao bairro. O campo de observação – a realidade social – tem um significado específico e uma estrutura relevante para o ser humano que vive, atua e pensa nele. O mundo social não é só objetivo e envolve situações também construídas socialmente pelos atores sociais, cabendo-me, enquanto investigadora, interpretar e detetar os sentidos das suas ações. Assim, procurei manter uma postura também etnográfica, na medida em que observei os

locais, os símbolos da cultura do grupo (maioritariamente cigana), os comportamentos, as interações, as maneiras de estar e agir e a observação dos acontecimentos, pois só se pode conhecer o interior de um grupo, se se tiver acesso a ele.

A metodologia quantitativa é inspirada num princípio racionalista, na medida em que os dados são recolhidos de maneira a serem quantificáveis, de forma a ser possível fazer um tratamento estatístico dos mesmos. O papel da teoria é crucial na medida em que ela vai ajudar o investigador a analisar os dados, e é um ponto de partida para a investigação. O investigador tem que ser capaz de observar objetivamente a realidade, sendo que esta se expressa por regularidades estatísticas observáveis, sendo uma realidade única, independentemente de quem a estuda. Os aspetos subjetivos acabam por ter pouca importância neste tipo de metodologia.

Para analisar os dados recolhidos através do inquérito por questionário usei o programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), pois este irá permitir-me fazer o tratamento estatístico dos dados de forma mais completa.

1.2.2 O instrumento de recolha de dados

Foi optado fazer um inquérito por questionário, na medida em que pretendia descrever e caracterizar uma determinada realidade – as relações de vizinhança nos bairros sociais e a predisposição dos indivíduos a viver num bairro de habitação social. Tendo em conta também o tempo disponível, a escolha mais ajustada pareceu ser o inquérito por questionário, o qual foi construído tendo por base e modelo um outro implementado pelo orientador Manuel Carlos Silva num outro projeto de investigação, já concluído, sobre as relações interétnicas.

A aplicação do questionário implicou vincular conceitos abstratos com indicadores empíricos, classificando assim os dados disponíveis em relação aos conceitos em análise. O indicador empírico, neste caso, é o centro da atenção das respostas que podem ser observadas. Uma das desvantagens é a forma como o questionário tem de ser desenvolvido. Exige um grande rigor de conceitos, uma construção correta, fiel e verdadeira das variáveis, tendo em conta a teoria analisada e o fenómeno que se pretende medir. O questionário pode também ser um instrumento inadequado para as pessoas em relação às quais ele vai ser aplicado, como, por exemplo, a linguagem que vai ser utilizada tem de ser cuidadosa e coerente e as perguntas devem ser agrupadas em grupos temáticos lógicos com padrões de resposta

uniformizados, de forma a não tornar a aplicação do instrumento cansativa e fastidiosa para o indivíduo. As condições em que o questionário é aplicado também são de grande relevância para não originar respostas menos fiéis.

Durante a ida ao terreno, houve também oportunidade de aplicar algumas entrevistas semi-diretivas, que se revelaram, excetuando-se alguns casos, uma escolha pouco acertada. Devido à dificuldade inicial em manter uma relação de confiança com os indivíduos, aplicar uma entrevista semi-diretiva resultou em entrevistas pouco aprofundadas, com respostas padronizadas e vazias de conteúdo, tendo em conta o objetivo das mesmas. Isto foi resultado da falta de confiança entre o entrevistado e a entrevistadora, levando a que o indivíduo ainda tivesse dificuldade em estabelecer um relação de confiança. O cenário ideal, tendo em conta a forma como entrei no terreno, seria aplicar um inquérito por questionário e depois, com o objetivo de aprofundar mais as temáticas em estudo, fazer uma entrevista semi-diretiva, num outro dia, com total acordo e disponibilidade do entrevistado.

1.2.3 Conversas informais

Percebi que há outras fontes de recolha de dados qualitativos igualmente interessantes. As opções metodológicas são fundamentais para uma boa recolha de dados, tendo em conta os objetivos da investigação, sendo o inquérito por questionário, por si só, insuficiente para perceber o problema de forma mais detalhada. Assim, as conversas informais foram indispensáveis e mais do que necessárias quando decidi recolher todas as frases ditas para poder fazer uma análise de dados mais rica. Estas conversas com os inquiridos, que apesar de não quererem fazer entrevistas mais aprofundadas, iam conversando comigo de forma bastante aberta, permitiu recolher bastantes informações que por via do inquérito por questionário nunca teria acesso e permitiu compreender melhor as respostas dadas neste primeiro método de recolha de dados.

“A terceira entrevistada, ainda no bloco dois, revelou-se ser a aplicação de inquérito mais produtiva do dia porque, para além das respostas do questionário, a entrevistada conversou comigo como se me conhecesse há algum tempo, estando habituada a receber em sua casa ‘meninas como eu, que também vinham fazer perguntas para a universidade’, ‘tu deves conhecê-las’, dizia ela, enquanto as descrevia fisicamente.” (Excerto do diário de campo)

As conversas informais permitiram conhecer mais detalhadamente a vida dos inquiridos, a forma como eles caracterizavam o bairro com palavras que não cabiam nem tinham lugar na resposta ao inquérito por questionário, perceber os seus desejos e ambições e compreender os pequenos detalhes do dia-a-dia que complementam bastante uma análise de dados quantitativa. Estas conversas também em permitiam perceber quais os vizinhos que seriam mais ‘abertos’ a responder aos questionários, aqueles que não teriam vergonha de ser sinceros, quais as casas que tinham gente e quais as casas em que os sujeitos já tinham saído para os seus afazeres diários; a que horas passar em determinado bloco para falar com determinada pessoa. Portanto, um conjunto de informação que me facilitou muito a aplicação dos inquéritos e saber mais sobre o quotidiano dos sujeitos sociais. Por causa destas conversas informais, demorei mais tempo a aplicar os inquéritos, mas como quantidade e qualidade não andam de mãos dadas, achei que seria vantajoso apostar em despender mais tempo a aplicar os inquéritos por questionário.

É de salientar que todas as conversas informais foram registadas no diário de bordo e transcritas quando chegava a casa; no entanto, estas notas não são totalmente um reflexo da realidade, uma vez que conta com a interpretação que o investigador faz e da forma como as transcreve, pois pode perder parte do seu sentido. A própria seleção da informação a usar é por si só um elemento de julgamento por parte do investigador, daí a arbitrariedade que os diários de bordo podem conter. Registei no diário de bordo a forma como se encontrava o bairro, todos os pormenores que observava, relativamente às entradas e ao estado de conservação das mesmas; a forma como era recebida pelas pessoas; e como se caracterizavam as suas casas. Todos estes elementos interpretativos ajudaram bastante na análise de resultados e complementarização dos mesmos.

1.3 Desenvolvimento da investigação

1.3.1 A escolha do Bairro

Os bairros sociais de Braga foram criados em meados dos anos 70. O objetivo era promover o acesso a uma habitação condigna a pessoas que evidenciassem a incapacidade de o conseguirem por si próprias.

Antes de partir para o terreno, tornava-se imperativo escolher qual o bairro social de Braga que seria mais interessante, empiricamente, para o estudo. De todos os bairros sociais - Santa Tecla, Enguardas, Picoto e Ponte dos Falcões – o bairro social de Santa Tecla era o que revelava uma maior heterogeneidade cultural. Seria interessante perceber como se caracterizam as representações de vivências nos bairro onde reside apenas população da etnia cigana; no entanto, devido ao pouco tempo e pouca disponibilidade das instituições em fazer o acompanhamento a esses bairros, será um estudo para fazer noutra altura.

O bairro social de Santa Tecla é, entre os bairros referidos, o que se encontra mais perto da cidade, o que tem mais infra-estruturas comerciais por perto e o que tem uma maior heterogeneidade cultural. No bairro estão disponíveis 181 fogos¹, sendo apenas 175 habitáveis por famílias, e os restantes, ocupados por grupos e/ou instituições, para atividades lúdicas para com os habitantes do bairro. O bairro conta com quatro blocos residenciais: no bloco n.º1 vivem 26 famílias não ciganas e 22 famílias ciganas; no bloco 2 vivem 15 famílias não ciganas, 24 famílias ciganas e 1 família angolana; no bloco 3 vivem 24 famílias não ciganas e 37 famílias ciganas; e no bloco 4 vivem 11 famílias não ciganas e 16 famílias ciganas. Ou seja, à exceção do bloco 1, todos os restantes blocos têm em maior número famílias ciganas, sendo que, no total, vivem no bairro 76 famílias não ciganas e 99 famílias da etnia cigana.

Apesar de o bairro ficar perto de uma zona comercial de grande afluência, a estrutura do bairro em si é fechada e fica na periferia dessa zona comercial, sendo o acesso ao bairro mais reduzido, e apenas feito pelos moradores, ou seja, não há uma afluência diária ao bairro de habitantes da cidade que lá não moram, precisamente pela situação periférica e fechada em que o bairro se encontra. O bairro social de Santa Tecla é o bairro mais bem integrado e inserido no processo de desenvolvimento e crescimento urbanos. Contudo, sofre de uma lógica de construção endógena, virada sobre si própria a partir de um núcleo interno, criando assim uma situação de ‘guetização’ deste espaço, em grandes simetrias ao que seria desejável.

¹ Dados disponibilizados pela BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, que gere os bairros sociais.

1.3.2 A entrada no terreno

A experiência não foi negativa, nem muito menos pouco frutífera. Se ao início a desconfiança era real, por parte dos moradores do bairro, esse sentimento foi diminuindo de dia para dia, e por cada entrevista que fazia, havia sempre mais duas prometidas: *‘vai falar com o meu primo que ele responde-te a um questionário’*; *‘olha, a minha vizinha de certeza que te responde.... Vai lá falar com ela... diz que também já viste falar comigo’*, esta foi a forma mais eficaz que consegui para ganhar a confiança dos entrevistados. As redes de solidariedade no bairro são fortes, tendo em conta que cada inquilino, principalmente da comunidade cigana, tem sempre muitos familiares no bairro e isso gerou uma maior confiança das pessoas em relação ao meu objetivo.

Assim, a entrada e permanência no terreno foi sendo feita da maneira menos ortodoxa possível, contudo, com bastantes resultados.

1.3.3 Amostra

A amostra é resultado da necessidade de criar um pequeno grupo de indivíduos, representativos da população em estudo. A amostragem é uma fase importante de qualquer aplicação metodológica de um questionário, que passa pela seleção de indivíduos a inquirir. O inquérito por questionário, sendo uma técnica de recolha individual dos dados, consiste em obter resultados conclusivos sobre um determinado problema, que possam ser generalizados. Neste caso, como o fenómeno social é extensivo, a amostra é essencial.

A população são todos os moradores do bairro social de Santa Tecla, a unidade de análise são os indivíduos entre os 15 e os 70 anos. Como esta é uma pesquisa exploratória, não é imperativo ter uma amostra muito grande. Sendo a amostragem deste estudo não probabilística, está em causa a escolha do investigador nos indivíduos a inquirir, embora de modo não consciencioso, pois não tinha forma de saber quais os indivíduos que iriam ou não responder ao questionário. A amostragem foi, deste modo, por conveniência.

Foram inquiridos sessenta indivíduos, trinta da etnia cigana e trinta da étnica cigana. Dentro do grupo da etnia cigana, foram inquiridos dezoito mulheres e doze homens:

Quadro 1: Grupo étnico cigano por sexo

		Frequência	Porcentagem
Válido	Feminino	18	60,0
	Masculino	12	40,0
	Total	30	100,0

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Quanto à etnia não cigana foram inquiridos quinze mulheres e quinze homens, como se pode ver pelo quadro 2:

Quadro 2 : Grupo étnico não cigano por sexo

		Frequência	Porcentagem
Válido	Feminino	18	60,0
	Masculino	12	40,0
	Total	30	100,0

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

A aplicação do inquérito apresentou algumas dificuldades, no sentido em que os sujeitos a inquirir quase sempre pediam para as perguntas serem feitas por mim, oralmente, para depois responderem, como se de uma entrevista se tratasse. Se, por um lado, tal permitiu esclarecer melhor o conteúdo das perguntas, por outro lado pode funcionar como uma condicionante das respostas, pois estas eram dadas em voz alta, fazendo com que o indivíduo pensasse também nas representações associadas à sua resposta. No entanto, tendo em conta o tipo de população em estudo – baixa escolaridade e capital social – o inquérito já por si revelar-se-ia um instrumento de recolha de dados mais difícil. Era, porém, o mais rápido e o mais eficaz, partindo da premissa que não havia qualquer tipo de convivência diária entre mim e a população em estudo que permitisse fazer entrevistas semi-diretivas, um instrumento de recolha de dados mais profundo e esclarecedor.

CAPÍTULO II

Reflexões sobre os termos

Raça, racismo e etnicidade

2.1 Racismo, racialização e etnicização das minoras

Embora seja aduzido que a natureza e a cultura seriam as principais razões ou fatores da diferenciação entre os grupos, esta é algo mais complexa, nomeadamente quando se pretende explicar comportamentos racistas de uns grupos ou indivíduos para com outros. A diferenciação conhece vários tipos e formas, devendo ser distinguida à partida a diferenciação assente nas qualidades ou atributos físicos – que podem representar uma riqueza na natureza e na sociedade – da valorização desses atributos ou qualidades em termos de superioridade ou inferioridade de uns face aos outros. Do mesmo modo, a diferenciação social vista em termos horizontais distingue-se da diferenciação social em termos verticais ou hierárquicos, a qual implica formas de dominação-subordinação, exclusão-discriminação e, eventualmente, de exploração económica.

A sociedade portuguesa, sendo tradicionalmente deficiente em práticas multiculturais, apresenta-se menos propensa à aceitação das diferenças ráticas e étnicas, tal como o tem demonstrado alguns estudos quer sobre imigrantes, quer sobre minorias étnicas (Bastos e Bastos, 1999). No entanto, a diferenciação social designadamente étnica está presente em grande parte das sociedades, estabelecendo-se sempre uma relação dialética na interação entre ‘nós’ e os ‘outros’, diferenciação essa que está na base da nossa identidade e na maneira como definimos os outros com quem nos cruzamos, vivemos e interagimos. Este processo de auto e hetero definição é, basicamente, resultado de determinadas condições objetivas e subjetivas mas tem, simultaneamente, consequências para as realidades onde se apresentam. Por isso, torna-se necessário analisar as referidas condições, causas e consequências expressas em formas de racismo, que se têm processado durante séculos e tendem a ganhar contornos diversos, mas certamente preocupantes quando põem em causa direitos humanos em termos coletivos ou individuais.

A influência da natureza e da cultura nos processos de identidade do indivíduo foi desde cedo discutida sobretudo no campo da filosofia, nomeadamente metafísica. Porém, a evolução do conhecimento científico foi desmitificando teorias que apontavam que o racismo teria tido como origem a biologia do indivíduo. Segundo Cabecinhas, “a partir do século XVIII até meados do século XX as desigualdades humanas foram essencialmente explicadas a partir da natureza, sendo essa natureza considerada imutável e facilmente identificável a partir de características fenotípicas” (2002: 40); no entanto, a partir da segunda guerra mundial, grupos racializados (como o caso dos judeus), passaram a designar-se por grupos étnicos, colocando a ênfase na cultura em vez da biologia do indivíduo. Deste modo, a seguir a um processo de racialização deu-se um processo de etnicização (ibidem: 41).

No mesmo sentido, Bader (2005) e Silva (2000) referem algumas teorias que se foram desenvolvendo e evoluindo acerca do racismo. As primeiras teorias são as genético-biológicas, enraizadas nas práticas do colonialismo e invocando mas deformando a teoria darwiniana acerca da evolução natural das espécies. Estas teorias defendem a existência de uma ‘raça pura’, dando relevância assim ao fator genético, sendo teorias legitimadoras do racismo. Em segundo lugar, as teorias etológicas e sociobiológicas, que, à semelhança da anterior, relevam os instintos ou coeficientes rácicos e, como tal, são também elas legitimadoras do racismo, pois naturalizam diferenças socio-históricas. As teorias psicológicas centram-se na explicação do racismo pelas disposições psíquicas presentes nas interações entre os indivíduos, pelo que o racismo seria inerente ao indivíduo e naturalizado, ignorando outros fatores nomeadamente culturais. Por último, as teorias sociológicas, que procuram explicar o racismo, fazem-no, ainda segundo Bader (2005) e Silva (2000), a partir de diferentes perspetivas: enquanto uns advogam conceitos orgânicos de identidade primordial nas comunidades étnicas ou de predisposições culturais diferentes, outras explicam o racismo a partir de desigualdades e insuficiências jurídico-políticas e outras ainda a partir de relações assimétricas de estratificação e poder. Estas seriam algumas das principais abordagens no campo da sociologia sobre o fenómeno do racismo.

A diferenciação social, nomeadamente vertical e hierarquizada nunca tem uma base neutra, ou seja, provoca sempre um conjunto de sentimentos, positivos ou negativos, reais ou imaginários, que, segundo Cabecinhas (2002) são atribuídos a um grupo específico e facilmente generalizáveis aos restantes membros do grupo. Este processo de diferenciação entre os indivíduos é simbólico, uma vez que retira ao outro

as suas características humanitárias, não sendo considerado como ‘pessoa’, que possui a sua individualidade. É sim considerado um sujeito representativo de um grupo caracterizado negativamente e indiferenciado.

Este processo está, assim, associado à discriminação. Segundo Cabecinhas, o conceito de discriminação engloba “aspectos comportamentais, cognitivos e emocionais (...) e é utilizado para referir perceções, avaliações ou comportamentos que resultam numa desvantagem para o grupo-alvo” (2002:41). Embora o nacionalismo seja um fenómeno diferente do racismo, pode amiúde associar-se e, por vezes, confundir-se, levando mesmo alguns autores como Cabecinhas (2002) a referir também que a questão do nacionalismo está não raro ligada à questão racial, uma vez que, quando tal acontece, o que está na base do nacionalismo de teor chauvinista são atitudes valorativas de superioridade daquilo que é ‘nosso’, como a língua e os costumes em relação ao outro. Assim, estas fronteiras de demarcação hierárquica, que se assumem como sendo materiais ou simbólicas, criam uma barreira para a aceitação e integração do outro. O nacionalismo funciona amiúde como um fator diferenciador e, por vezes, discriminatório em relação ao não-nacional

O conceito de racismo ganhou um maior significado e relevância durante e após a segunda guerra mundial. Ainda segundo Cabecinhas (2002), o conceito pode ser definido, de forma muito redutora, “como uma doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças, ou num sentido mais lato, envolvendo também o preconceito e os comportamentos discriminatórios (2002:43). A questão prende-se com o facto de se saber se o racismo é ou não ainda pensado, por parte dos indivíduos, como um processo que tem a ver apenas com as características físicas, ou se engloba também características culturais.

Segundo Summer (*in* Cabecinhas, 2002: 47), “a diferenciação entre os grupos dá-se quando os indivíduos mudam de classe social ou de território, tendo por base uma conquista, surgindo assim uma mudança de costumes e normas”; há um grupo dominante e há um grupo dominado, sendo que o primeiro estabelece os padrões a que o segundo tem de seguir. Ou seja, quando dois grupos diferentes coabitam, as normas e os valores de uns constroem-se e/ou prevalecem, em detrimento das normas e valores dos outros. O grupo dominado é, amiúde, forçado a seguir as normas do grupo dominante, existindo uma dominação simbólica e um risco de discriminação e exclusão. Cria-se, assim, uma ideologia legitimadora da diferença e da subordinação, sendo que aqueles que são alvo de atitudes discriminatórias interiorizam, com frequência, a

inferioridade que lhes é atribuída. Por outro lado, quando os indivíduos ganham consciência da discriminação a que são sujeitos, “reivindicam uma identidade positiva e não sentem a sua auto-estima ameaçada pela pertença ao grupo” (Khan *in* Cabecinhas, 2002: 48).

O racismo é legitimador de “um sistema social com fortes desigualdades sociais” (Cabecinhas, 2002: 49), onde cada um tem o seu papel, seja ele discriminatório ou discriminado, implicando sempre um alvo, um interesse e uma crença na qual se legitima a discriminação e um modo de atuação.

2.2 O racismo na ciência e no senso comum

A raça remete-nos para um conjunto de características físicas como forma de classificar um grupo e é também um conjunto de características profundas, do foro genético dos indivíduos. Segundo Cabecinhas (2002), durante dois séculos estas diferenciações serviram de base à discriminação, sendo de referir algumas teorias a este respeito.

Numa sociedade, com características mais ou menos multiétnicas, raça e etnia estruturam necessariamente as relações entre os grupos. Rex (1988), a par do conceito de raça, define o conceito de racismo. O autor mostra como é difícil evitar a ambiguidade entre raça e racismo, tendo sido muitas vezes discutidos e usados para caracterizar o mesmo grupo de indivíduos, referindo o caso dos judeus que, durante o regime nazi, foram classificados como uma raça e, mais tarde, por vários intelectuais, foram considerados um grupo étnico. Apesar de muitas vezes o termo ‘raça’ ser utilizado para designar comportamentos e atitudes, raça deriva da biologia do indivíduo; logo, não poderá ser usada para relacionar e, muito menos, valorizar diferenças psicológicas, sociais, políticas e culturais. Para os sociólogos, o conceito de raça definido pelos biólogos “é considerado irrelevante para a explicação das diferenças políticas entre os seres humanos” (Rex, 1988: 38). Para John Rex, “raça e etnia são fontes independentes de ação e de relações sociais, processos normais de classificação de classe e de posição social” (1998), sendo que a raça é uma orientação da acção. Isto leva a que as escolhas dos indivíduos, em relação aos outros, sejam orientadas segundo características próprias, valorizando quem age, pensa e se parece como ele próprio.

Assim, os indivíduos procuram não só semelhança nas características físicas, como também nas características culturais.

Segundo Poutignat e Sreiff-Fenart, o termo ‘raça’ remete para “a percepção das diferenças físicas, na medida em que elas têm incidências estruturantes ao nível do status dos grupos, indivíduos e das relações sociais” (*in* Mendes 2005: 23). No entanto, o termo raça tem vindo a perdurar ao invés da etnia, que tem ganho diversos significados. Etnia é um campo aberto, ou seja, os indivíduos podem abdicar da sua cultura em função de outra. Por outro lado, a raça não é abdicável, é algo inerente ao indivíduo, independentemente do seu poder de escolha, é uma característica definitiva, é adscrita.

Uma outra característica da raça é o facto de, independentemente da cor de pele, ou de outros traços físicos visíveis distintivos, a raça é também a forma como os outros qualificam determinados indivíduos ao nível comportamental, pois cria um contexto, imaginário, para determinado grupo. Para alguns autores, esta última noção de raça não é importante, partindo da premissa que raça e etnia não se fundem.

A Antropologia física clássica definia raça segundo a cor da pele, a forma do crânio e a textura do cabelo. Estas classificações caracterizam-se pela sua falta de rigor e apresentaram-se, durante muitos anos, de forma muito diversificada em muitas teorias, ou seja, cada autor defendia a sua tese sem nunca haver um consenso.

A antropóloga Manuela Cunha refere que a raciologia clássica mostrava como cada raça tinha características físicas e mentais distintas das outras raças: por exemplo, “os brancos teriam mais capacidades intelectuais e os negros uma maior vocação para as atividades manuais” (2000:3). Criava-se, desde cedo, uma teoria legitimadora de atitudes discriminatórias massificadas.

Outros autores sustentavam que a superioridade da raça branca deveria ser mantida e, para tal, seria necessário separá-la de outras raças. Defendia-se a não miscigenação de raças e culturas, a fim de manter as fronteiras entre os grupos nítidas e criar uma consciencialização da diferença, da superioridade ou inferioridade, dependendo dos casos. No século XIX, alguns (pseudo)cientistas estudaram as diferenças físicas, mensuravam-nas e criavam legitimidade nas diferenças subjetivas, como a inteligência e o comportamento. Estas estão entre algumas das teorias do racismo que emergiram ao longo do tempo e das políticas racializadas e discriminatórias.

O termo ‘raça’ chegou também a ser usado no sentido de ‘espécie’ para designar “grupos humanos distintos na sua constituição física e nas suas capacidades mentais” (Cabecinhas, 2002: 56), sendo esta uma ideia base do alegado racismo científico.

Existiu um determinismo biológico que marcou uma certa alegada ciência e difundiu-se no senso comum, segundo Cabecinhas, “o discurso científico dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racialista do senso comum” (2002: 57). Como já foi referido, o Holocausto marcou um ponto de viragem na ideologia da hierarquização das raças e aquilo que antes havia sido difundido era, agora, colocado em causa. O mesmo não se verificou no senso comum, que continuou a reproduzir as ideias discriminatórias até então produzidas no discurso científico.

2.3 O racismo velado

O racismo velado é uma vertente do racismo menos flagrante. Pettigrew e Meetens desenvolveram dois conceitos de racismo: o racismo flagrante e o racismo velado. Racismo flagrante caracteriza-se por ser “flagrante e direto” (Pettigrew e Meetens, 1995) e o racismo velado como “frio, reservado e indireto” (ibidem).

O racismo flagrante baseia-se em duas premissas-base: a ameaça e rejeição e a recusa de intimidade para com um grupo ou indivíduo.

O racismo velado caracteriza-se, principalmente, como uma manifestação de defesa dos valores tradicionais por parte dos sujeitos. Estes valores tradicionais estão relacionados com os valores da sociedade dominante em que a maioria se insere: valores como trabalho árduo e educação, dois pilares fundamentais da educação tradicional da Europa Ocidental. A defesa destes valores e a tentativa recorrente de tentar impingir-los às minorias grupais, por parte da maioria autóctone, leva a uma forma de racismo que se faz passar por ‘não racismo’, mas com indícios sensíveis de um racismo velado. Os sujeitos sociais portadores destes comportamentos racistas fazem-no sob o pretexto de mostrar quais são as ‘normas’ mais corretas valorizadas e que os grupos minoritários para se integrarem eficazmente, deverão agir em conformidade com essas normas.

Por outro lado, o racismo velado manifesta-se pela exteriorização do exagero das diferenças culturais. Os sujeitos sociais tendem a considerar as diferenças visíveis como uma barreira, sendo que as pessoas mais tolerantes não consideram essas diferenças

como uma barreira. Os indivíduos tendem a acentuar as diferenças objetivas e acentuam as suas opiniões sobre essas disparidades entre normas e valores. Assim, acentuar estas diferenças com um sentido de inferiorização do outro é mais uma forma de racismo velado.

As pessoas que tendem a manifestar um racismo velado recusam assumir que mantêm sentimento positivo face ao outro, como admiração e simpatia. Aqueles que são mais tolerantes às diferenças são menos propensos a atitudes racistas e, por isso, não recusam o contacto inter-grupal, sendo que esse contacto, permanente ou não, leva a que os preconceitos se vão reduzindo.

Quando se discute o termo racismo, importa perceber qual o peso da importância dos vários fatores estruturais, organizacionais e interativos em presença, tal como o advoga Bader (2005) e Silva (2008). As pessoas que adotam um comportamento de racismo velado “parece servir sobretudo a sua necessidade de se proteger contra a tomada de consciência das próprias convicções racistas” (Pettigrew e Meertens, 1995: 128), achando que não têm qualquer tipo de comportamento racista. No entanto, as atitudes hostis estão sempre presentes, de uma forma consciente ou subconsciente e, por isso mesmo, o racismo velado acaba por tornar estas ações mais claras quando se faz uma análise mais aprofundada.

Assim, há três níveis de racismo velado: a defesa dos valores tradicionais; o exagero das diferenças culturais e a recusa de sentimentos positivos. O etnocentrismo e a impossibilidade de conviver com elementos do outro grupo ostracizado leva a que o racismo continue a manifestar-se sem qualquer previsão de mudança.

2.4 “Os estabelecidos e os outsiders”

Os estabelecidos e os *outsiders* é o nome de uma obra de Norbert Elias e John Scotson, que parte do estudo aprofundado de uma comunidade de Winston Parva. Segundo os autores, os estudos em pequenas comunidades são reflexo de problemáticas de maior escala e, neste caso, em que o preconceito e a estigmatização são os problemas fulcrais em questão numa comunidade dividida por dois grupos: os recém-chegados e os moradores antigos já residentes.

O novo grupo de residentes é considerado pelos moradores antigos como *outsiders*; estes passam a ser estigmatizados pelos outros moradores, sendo que todos os

processos de estigmatização transportam consigo uma caracterização do outro, considerado inferior, com menos valor humano, sem virtude superior, sendo esse *status* superior supervalorizado a partir das qualidades que o grupo opressor atribui a si mesmo.

Os indivíduos pertencentes ao grupo dominante vêem-se como pessoas mais bem dotadas de um determinado carisma de grupo, atribuindo ao seu grupo determinadas qualidades específicas, partilhadas por todos os membros, mas que falta aos membros dos outros grupos, pelo que tendem a inferiorizar estes últimos.

Devido a esse manifesto sentido de superioridade, os indivíduos do grupo opressor evitam qualquer contacto social com os membros do grupo inferiorizado, reduzindo este e todos os seus membros a determinadas características negativas. Aqueles que acabaram de chegar à comunidade de Winston Parva, neste estudo de Elias e Scotson (2000), não conseguem inserir-se no grupo dominante, começando a aceitar a inferioridade que lhes é imposta pelos antigos moradores. O grupo considerado superior atribui aos seus membros “características humanas superiores, excluindo todos os membros do outro grupo do contrato social não profissional com os seus próprios membros”, no entanto, a oposição entre estabelecidos e outsiders não é necessariamente racismo, embora tenha alguns elementos racistas, sobretudo no campo cultural (Elias e Scotson, 2000: 19).

Apesar da divisão desta comunidade em dois grupos, não havia diferenças de nacionalidade, etnia, cor ou raça entre os sujeitos residentes, as suas ocupações profissionais são as mesmas ou semelhantes, tal como as suas habilitações, o que diferenciava estes grupos era o tempo de residência na comunidade, criando aqui a justificação para atitudes hostis por parte dos moradores residentes em relação aos mais novos. No entanto, as famílias já residentes criaram laços de amizade e solidariedade ao longo de gerações.

Uma das formas que o grupo estabelecido encontra para manter a sua identidade passa pela exclusão e estigmatização em relação aos *outsiders*, sendo estes dois processos fundamentais para que o primeiro grupo se sinta valorizado, levando a uma relação de dualidade entre os dois grupos. Elias e Scotson utilizam o termo de ‘minoría anómica’ para caracterizar o grupo *outsider*, uma vez que estes recebem todas as más características que o grupo dos estabelecidos lhes atribui, criando uma ideia de normatividade para o grupo superiorizado.

Quando se dão processos de preconceito e racismo, não é uma questão de falta de gosto pessoal em relação ao outro, só “se pode entender no plano individual o que se passa ao nível do grupo (...) não é comum distinguir-se estigmatização grupal de preconceito individual, sem relacioná-los entre si” (Elias e Scotson, 2000: 23), da mesma forma que, quando o preconceito é dirigido a alguém é pela simples pertença dessa pessoa a determinado grupo, e como tal, estigmatizado. Qualquer qualidade individual que o indivíduo tenha é anulada pela sua pertença ao grupo e, segundo os autores, “o conceito ‘preconceito social’ perde-se quando a sua explicação é procurada na estrutura da personalidade dos indivíduos” (ibidem). Esta questão já tinha sido abordada por Goffman quando sustenta que o estigma, enquanto descrédito, é resultante da interação entre *insiders* e *outsiders*, os quais através de processos de demarcação e desclassificação são co-autores dos processos de exclusão, estigmatização e ostracização.

Ainda segundo Elias e Scotson (2000), o facto de os indivíduos já residirem há bastante tempo em determinada comunidade leva a que se criem um conjunto de valores e normas, que todos respeitam, sendo os novos residentes – os *outsiders* – uma ameaça ao estilo de vida que os primeiros estabeleceram para o seu grupo. Isto faz com que os estabelecidos criem uma certa identidade grupal, que se torna racizante quando afirma a superioridade sobre o outro grupo que é simultaneamente inferiorizado. Assim, os estabelecidos caracterizam-se por um ‘carisma’ grupal; os *outsiders* são caracterizados pela desonra grupal, acabando por serem estas as duas características que marcam a relação entre ambos os grupos.

Este exemplo da comunidade de Wiston Parva é um reflexo do tipo de comportamentos existentes quando estão dois grupos distintos em interação. Há uma grande inflexibilidade por parte dos estabelecidos em relacionarem-se com os *outsiders*, perpetuando o tabu existente em relação a qualquer contacto mais próximo com o grupo dos recém-chegados, não correndo o risco de diminuírem a sua superioridade face aos mesmos. Há, assim, uma afirmação grupal discriminante característico, em que a “mecânica da estigmatização só é perceptível através da imagem que a pessoa faz do seu grupo e dos outros, do seu *status* enquanto membro desse grupo” (Elias e Scotson...: 25).

Em relação aos *outsiders*, estes tendem a sentir menos poder em relação ao grupo dominante, aceitando essa diminuição de poder que lhes é imposta, não combatendo esse fenómeno nem usando os recursos de poder que têm à sua disposição,

perpetuando o *status* superior do grupo dos estabelecidos. O poder mantém-se, desta forma, basicamente no grupo dos estabelecidos, sendo que o grupo dos *outsiders* não pretende retaliar nesta luta de poder, não criando uma estigmatização equivalente, vivenciando a sua inferioridade de forma absoluta.

2.5 Diferença cultural, minorias e construção identitária

No mundo moderno, a identidade fragmentou-se, sendo que a identidade ‘antiga’, que se caracterizava por ser unificada, deixou de existir. Na mira de dar resposta à nova situação, é preciso perceber como se caracteriza a identidade hoje – que mecanismos a fragmentam; que mecanismos a unificam; que fatores a tornam tão específica e a caracterizam; e qual o lugar das minorias no mundo moderno.

O conceito de identidade prende-se com a realidade e a perceção de algo que nos torna semelhantes, enquanto grupo e enquanto realidade contínua e permanente ao longo do tempo, ainda que também sujeito a mudanças. A nossa identidade é a base da nossa identificação com um grupo, etnia, causa e território, por exemplo. Define-nos em relação a outros indivíduos e faz surgir um sentimento de pertença comum. Está também relacionada com aquilo que somos enquanto ser social, aquilo que o exterior preenche em nós, permitindo-nos ter um conjunto de características que nos identificam e demarcam face aos outros. São estes ‘outros’ que nos possibilitam conhecer melhor aquilo que é nossa identidade, pois é em relação a eles que nos posicionamos, avaliamos e nos definimos. Não há identidade num grupo ou indivíduo que existam por eles mesmos: a identidade depende de várias dimensões da realidade, tais como posição social, nomeadamente a profissão, género, religião, política, cultura e profissão, sendo estas dimensões que nos posicionam, funcionando como uma ‘âncora’.

A identidade não é estática, multiplica-se, transforma-se e tem uma função muito importante de afirmação quer individual, quer coletiva. É esta característica da identidade que funciona como um traço característico da modernidade, pois o sujeito tende a individualizar-se. Assim, individualização do sujeito social e da sua identidade é um fenómeno da modernidade e da globalização. Esta última trouxe novas aberturas, como a ‘desterritorialização’ da identidade, que deixa de estar centrada num lugar específico. Hoje, o indivíduo tem múltiplos enraizamentos e várias pertenças e são essas

múltiplas pertenças que fazem com que o indivíduo aproveite o melhor de cada uma delas e vá assim construindo as suas identidades.

Por outro lado, há também uma valorização daquilo que é local. Se a nossa identidade pode ter várias pertenças (de classe, de género, étnica, nacionalidade), ela não deixa de ter uma pertença inicial (vg. território, nacionalidade), levando a que os indivíduos optem, muitas vezes, pela valorização do local e no regresso às origens.

Stuart Hall (1992) fala de uma ‘crise de identidade’. Mas será que a identidade está realmente em crise? A modernidade é mais complexa, as estruturas e instituições alteram-se e multiplicam-se, tendendo os indivíduos a ter mais dificuldade em situar-se, comparativamente à pré-modernidade. No entanto, a identidade não está em crise, ela apenas descentrou-se e passou a ter pertenças várias, como já foi anteriormente descrito. Segundo o autor, “um tipo diferente de mudança estrutural está a transformar as estruturas modernas no final do século XX” (Hall, 1992: 56), o que vai alterando as conceções de género, classe, sexualidade, etnia e nacionalidade. Estas, no passado, eram mais sólidas, enquanto que nos dias de hoje estão estruturadas de forma diferente, o que pode fornecer aos indivíduos várias pertenças identitárias. A identidade do sujeito pós-moderno, segundo Stuart Hall, é transformada de forma contínua em relação às estruturas sociais que nos rodeiam. Cada momento da vida do indivíduo dá origem a uma diferente identidade – podemos falar de identidade no trabalho, identidade em casa, da identidade nas relações de lazer – ou seja, consoante a localização do indivíduo em cada dimensão social, a identidade muda conforme ao que cada dimensão diz respeito.

A identidade cultural é uma construção social e discursiva. Cada indivíduo adota um discurso próprio que legitima a singularidade da sua cultura, partilhada por determinado grupo. Esse grupo tem um conjunto de experiências e práticas que são diferentes de outros grupos. Essa singularidade resulta de uma experiência dentro de uma cultura comum. As culturas particulares mantêm-se através de um discurso que faz transparecer a diferença que achamos ter em relação a outros indivíduos.

Apesar da identidade se ter fragmentado, há uma identidade cultural do indivíduo. É necessário perceber como é que o sujeito se coloca face à sua comunidade cultural, pois é nesta que o indivíduo se posiciona primeiramente na sociedade e identifica-se com o seu envolvente. Scruton (*in* Hall 1992), acerca deste aspeto, defende que “embora [o indivíduo] exista e aja como um ser autónomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação (...) que ele reconhece

instintivamente como seu lar” (Scruton *in* Hall, 1992:18) É necessário que o indivíduo sinta que pertence a uma comunidade nacional, pois esta reproduz-se num jogo de sentidos com significados e é através da vivência da nacionalidade, dos costumes, das tradições, dos significados que o indivíduo dá a essas práticas, que se apercebe daquilo que é a identidade cultural. Uma identidade cultural implica uma língua comum que permite que as instituições e estruturas nacionais se tornem homogêneas e possam funcionar de forma harmoniosa.

Por outro lado, e adotando uma abordagem mais abrangente, a cultura nacional é um conjunto de símbolos e representações. Os sentidos e os símbolos produzidos numa nação contribuem para a construção da determinada identidade nacional, através de um processo de memórias e práticas comuns que fazem da identidade nacional uma “comunidade imaginada” (Anderson, *in* Hall, 1992: 20). É no imaginário das nações que reside a sua diferença e aquilo que as permite definir, no mundo, o que é ser português, por exemplo. A cultura nacional é construída através de múltiplos processos segundo Hall (1992), nomeadamente: (i) a “narrativa da nação”, ou seja, aquilo que é contado sobre a história da nação, que aparece nos livros escolares, que sobressai em momentos de glória nacional e que recheia a cultura popular de ‘encanto’ pela nação, criando-se um simbolismo com imagens, músicas, rituais e momentos históricos que contribuem para a identidade nacional (vg. ‘ser português’) e que preexiste ao coletivo nacional atual; (ii) a “ênfase nas origens”, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”, valorizando-se, acima de tudo e de qualquer transformação, a identidade nacional; (iii) a “invenção da tradição”, ou seja, construindo um conjunto de práticas que se dizem ‘nacionais’, mas que na realidade são bastante recentes; a invenção da tradição tem como objetivo realçar valores, símbolos e comportamentos que, repetidos ao longo do tempo, são importantes para a construção da identidade nacional; e (iv) o “mito fundacional”, histórias acerca da origem da nação, que remontam a anos longínquos, transformando acontecimentos em unificação da nação para benefício da sua história, uma alternativa histórica que está ao serviço da identidade nacional. Há aqui um jogo entre o passado, o presente e o futuro para benefício da comunidade nacional. A história é aquilo que sustenta a nação, dá sustento às tradições e à identidade de se ser de determinada comunidade, sustentando o sentimento nacional e diferenciando-se das outras comunidades e culturas.

As minorias também são grupos particulares que têm uma identidade bastante própria, sendo importante perceber como se dão os processos identitários nos grupos

minoritários. Assim, as minorias étnicas (como, por exemplo, a comunidade cigana neste estudo) são comunidades ou grupos existentes em diversas sociedades, com uma dimensão inferior à comunidade dominante, que, definindo-se pela ‘raça’, costumes, língua ou religião, acabam amiúde por ser subordinadas e inferiorizadas em termos culturais.

As diferenças nem sempre são “primeiras”, são sim fruto de lógicas históricas que as caracterizam. As sociedades cada vez mais são responsáveis pela própria produção de diferença. As diferenças coletivas têm na sua base uma “situação inicial de rejeição e dominação” (Wieviorka, 2002: 149) em que a sociedade não consegue criar igualdade entre os indivíduos. A diferenciação é um resultado de fenómenos de exclusão, segregação e dominação social. Há um processo de hierarquização social, podendo-se dizer que há uma ligação do fator social com o fator cultural na medida em que as diferenças são tidas como naturais, quando na realidade são fruto de uma construção social e, em última instância, de relações desiguais. As diferenças, principalmente as de cariz étnico, são acentuadas através de processos de transformação política, social e cultural, pois é através destas que os indivíduos entram em contacto cultural e reforçam-se enquanto grupo, “tal como as fronteiras que os separam entre si ou os distinguem dos outros grupos” (Wieviorka, 2002: 164).

A modernidade e o processo de globalização vieram alterar as estruturas identitárias. Como referido, a identidade coletiva é aquilo que desperta, no indivíduo, um conjunto de sentimentos de pertença em relação a um grupo e a uma comunidade. Na modernidade, a identidade coletiva é mais reivindicada, se tivermos em conta que esta arrasta consigo um aumento da reflexividade por parte dos indivíduos. Esta identidade coletiva, sendo basicamente fruto de uma construção social, leva a que os indivíduos usem o termo ‘raça’ sem ter em conta que não é algo que nasce com o indivíduo, mas sim algo que ele constrói juntamente com a sua comunidade. A raça não é apenas constituinte da diferença física (uma das características inerentes ao indivíduo que cria diferenciação em relação ao outro), ou seja, além de um processo de diferenciação de determinadas características físicas (cor da pele, cabelo); ela é também resultante de um processo cultural, sendo este estruturante no jogo de atribuição de significados, tanto do próprio indivíduo em relação a si e à sua posição numa dada sociedade, como também em relação ao outro. Tal implica que deve ser rejeitado o determinismo biológico. Para Wieviorka, “a identidade coletiva desenha não uma série de significações de sentido, mas um sistema de valores que define a unidade de um

grupo (2002: 168). A identidade vai orientar as ações dos indivíduos, que se regem segundo os seus valores culturais, tem a ver com a maneira como os indivíduos reagem face a comportamentos de ameaça exterior; pode revelar-se numa tentativa de expansão da sua cultura; pode também revelar intenções de democratização do grupo enquanto tal; ou pode escolher desligar-se politicamente do mundo exterior. No entanto, seja qual for a direção que o grupo escolher tomar, a identidade coletiva tende para “o centramento da comunidade, para o isolamento, para o sectarismo, dará a imagem de uma preocupação de pureza quase obsessiva (Wieviorka, 2002: 169).

A formação de grupos minoritários étnicos nos Estados-nação levou a que houvesse uma multiplicação das ‘identidades nacionais’. O velho sentimento nacionalista num país europeu já não facilmente defensável com a multiplicidade de identidades culturais.

A identidade nacional é cada vez mais questionada num mundo em que somos confrontados por vários fatores culturais globais. Houve, assim, um alargamento no campo das identidades, fruto do processo de globalização que, por outro lado, também tem a capacidade de fortalecer a identidade individual ou a proliferação de novas identidades. Existe um fortalecimento das identidades por parte de alguns grupos, nomeadamente os grupos étnicos, uma vez que estes podem sentir-se ameaçados na sua cultura. Hall (1992) fala de um racismo cultural, ou seja, há a tentativa de reforço do sentimento de nacionalismo para que a identidade se torne unificada.

A globalização também contribui, como já foi acima dito, para a produção de novas identidades, tendo a capacidade de transformar as culturas fechadas de uma nação, que se julgavam unificadas. Há um novo conjunto de identidades, que se transformam através de múltiplas variáveis da vida quotidiana, “tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e mais diversas, menos fixas, unificadas ou transhistóricas” (Hall, 1992: 35). Por um lado, os grupos/indivíduos podem tentar recuperar o carácter tradicionalista da identidade; outros, por outro lado, aceitam a fragmentação da identidade e de um passado que não volta. Ou seja, são dois processos que se dão: o da tradição e o da tradução, respetivamente. As identidades culturais são cada vez menos fixas, estando em transição, que têm nos seus componentes diversas origens e recursos, onde se cruzam variáveis e onde a miscigenação cultural é um facto que é cada vez mais tido em conta. Como referi, as identidades oscilam entre a tradição e a tradução. Por outro lado, a tradução é um processo de “formações de identidades que atravessam e intercetam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram

dispersadas para sempre da sua terra natal” (ibidem). As pessoas não podem retornar ao seu passado nem retomar as tradições. Vivem inseridas numa nova comunidade e estão em contacto com outras culturas, com as quais têm que negociar, caso contrário correm o risco de serem totalmente assimiladas e perderem a sua identidade. Estas pessoas continuam ligadas a um sistema de valores da sua cultura de origem, embora esta mesma cultura jamais poderá voltar a ser unificada. Estas identidades são assim traduzidas, pois transportam o seu passado que tem que conviver com um novo presente. Destas identidades traduzidas resultam, por exemplo, as diásporas.

Pode-se concluir que a identidade é um processo complexo de permanências e mudanças ou transformações, que vão desde momentos temporais já bastante longínquos até processos modernos e contemporâneos, como o caso da globalização. A identidade é o que permite aos indivíduos posicionar-se face ao interior e ao exterior do seu grupo, segundo determinadas regras, estratégias e lógicas. A modernidade fez com que a identidade se tornasse num objeto de reflexão por parte dos indivíduos/grupos, multiplicando as pertenças identitárias destes. Por outro lado, a identidade cultural, que está na base da diferenciação cultural, é resultado de um discurso legitimador de determinadas vivências, valores e normas e é a este nível que se cria a diferenciação entre os grupos. É a cultura que permite ao indivíduo definir-se numa determinada sociedade, com um contexto espacial e temporal específico. Por fim, as minorias são resultado de processos identitários diversos, fruto de lutas históricas que definem cada uma delas de forma muito particular. A construção identitária é um processo multidimensional, que passa não só pelos indivíduos como também pela estrutura, dando origem a diferentes grupos culturais.

2.6 Construção da identidade étnica

A etnicidade é uma construção resultado da identidade e da cultura. É também resultado da estrutura e da agência. Segundo Nagel, “a etnia é produto das ações realizadas pelos grupos étnicos que formam continuamente a sua definição de cultura” (1994: 152). A estrutura influencia através de vários sectores, como o económico, político e cultural; e a agência, na medida em que as ações dos indivíduos, a sua reflexividade sobre si próprios e a capacidade de influenciar as suas estratégias e caminhos.

Quando falamos em etnia, é preciso ter em conta que esta tem direito ao seu espaço social, sem ter que se falar em modelos de assimilação como único sentido possível. Assim, como é que se constroem os modelos étnicos? Segundo Nagel, a construção identitária da etnia passa pela importância dada aos aspetos socialmente construídos, como, por exemplo, as formas como os limites étnicos, identitários e culturais são negociados, definidos e produzidos, através da interação social, dentro e fora das comunidades étnicas (ibidem). O autor, inserindo-se num modelo construcionista, defende que a identidade étnica é resultado de uma construção socio-étnica. Esta visão passa por uma importância dada às escolhas dos indivíduos, na medida em que, enquanto atores sociais, definem-se a si e aos outros, tendo em conta a sua referência étnica. Alguns dos elementos que fazem parte da construção do grupo étnico são a língua, a religião, a cultura, a raça, a ascendência, região e a história do grupo, pois definem, primeiramente, aquilo que ele é. Estes aspetos decidem assim os limites da identidade étnica, aquilo que demarca um grupo do outro. A identidade étnica torna-se, desta forma, uma importante questão de fronteiras. São estas que determinam quem é ou não membro do grupo e quais são as características que determinam a pertença étnica, num contexto e num determinado lugar. São as fronteiras que determinam o valor social do grupo étnico e quais os fatores estruturantes na construção da identidade étnica. O campo étnico² é, assim, uma constante luta de visões, recompensas e sanções.

Nagel refere que a etnia é um campo de paradoxos e constantes definições, dando o exemplo dos Estados Unidos da América – “apesar de muitas indicações de enfraquecimento das fronteiras étnicas na população branca americana, vários estudos têm mostrado uma manutenção, ou aumento da identificação étnica, entre os brancos” (1994: 154). Aqui há um jogo no sentido de existir uma pertença étnica simbólica, ou seja, há uma nostalgia em relação à cultura de origem, uma manutenção dos valores, outrora mantidos. No entanto, este orgulho não se revela nas práticas diárias e um exemplo dado pelo autor tem a ver com o facto de um indivíduo arménio, nascido na América, poder escolher entre a sua identidade de arménio e a sua identidade americana; no entanto, o “sentido” de ser arménio já não é uma escolha sua, ou seja,

² Bourdieu (2003), ao introduzir de modo inovador os conceitos de ‘campos’ – económico, social, cultural, político – entende estes como estruturais e que são ocupados por posições e relações entre estes. Cada campo mobiliza-se segundo o seu capital específico, sobretudo aquele que está em sua posse, tornando o campo igualmente específico e com interesses próprios, o qual, ainda que relacionado com outros campos, tem os seus enredos, tramas e narrativas. Os campos só são compreensíveis quando observáveis do seu interior.

está sempre presente na mente do indivíduo um sistema de valores que ele não pode apagar. Este pode intitular-se armênio “sem falar armênio, sem se casar com uma armênia, sem fazer negócios com armênios, sem pertencer a uma igreja armênia” (Bakalian, *in* Nagel, 1994: 154), enfim, um conjunto de valores considerados fundamentais no grupo étnico, mas que acabam por não ser colocados em prática pelo indivíduo, decorrendo daí a contradição na identidade étnica - os indivíduos dizem pertencer a um grupo étnico, mas não se comportam como tal. Isto tem a ver com a história que estes fazem da sua vida e como interpretam e constroem a sua identidade.

Para Barth (1969), etnia é uma noção inconstante, é um conceito de fronteira, na medida em que a etnia é um processo social de rotulagem de um grupo de indivíduos em relação a si próprios e em relação aos outros. A etnia é uma construção identitária que assenta em determinadas características e envolve o dia-a-dia dos atores sociais, em que é a respetiva ação e análise que eles fazem dessa rotina que lhes dá novos conteúdos e transformam o próprio conceito de etnia. Assim, identidade étnica é um processo dialético que parte de confronto de condições objetivas e joga-se no conjunto de interpretações e auto e heterodefinições, nas quais releva a conceção dos próprios indivíduos/grupos sobre sua etnia e sobre as dos outros e vice-versa.

Quando a situação social muda, há um novo conjunto de possibilidades de definição étnica, o que provoca mudanças de grupo e individuais. Assim, o indivíduo acumula identidades nomeadamente em termos étnicos, o que mostra que a etnia é um processo de negociações, sendo também um conceito problemático, pois a sua definição não é estática. Os limites étnicos são simultaneamente construídos pelo ator, pelo grupo e pelo exterior, que também influencia.

A etnia não é apenas uma construção de agência, existem forças externas que moldam os limites étnicos, ou seja, é também influenciada pela estrutura. Segundo Nagel (1994), a identidade étnica tem tanto de opcional como de obrigatória, são escolhas dos indivíduos mas dentro de determinadas condições e categorias étnicas, num determinado contexto socio-espacial e socio-temporal. O ator social pode ter várias identidades no campo étnico, mas estas são limitadas pelos contextos em que se inserem e pelas categorias “social e politicamente definidas” (Nagel, 1994: 156). Estas categorias trazem consigo diferentes vantagens para o indivíduo, na medida em que este pode ignorar uma ascendência e valorizar outra. No entanto, se para o indivíduo existem várias escolhas, os outros, em relação à imagem que dele têm, vão catalogá-lo de forma muito restrita. O autor dá o exemplo dos negros americanos de classe média:

“apesar do sucesso económico dos afro-americanos de classe média, a sua hostilidade, desconfiança e humilhação em interações públicas e privadas com os não negros ilustra o poder dos significados informais e estereótipos para moldar as relações interétnicas” (Nagel, 1994: 158).

Deste modo, os significados étnicos vindos do exterior também moldam a identidade social do indivíduo de forma decisiva. O Estado é um fator importante no que diz respeito aos limites étnicos, na medida em que é através das políticas públicas (imigração, reagrupamento social, etc.) que vai influenciar a identidade e os limites étnicos dos indivíduos. Segundo o autor, o reconhecimento, por parte do Estado, da composição étnica da sua população é cada vez mais comum. O tratamento “especial” de algumas fações étnicas vai ser determinante para a formação de alguns grupos étnicos ou o reforço dos limites dos grupos já existentes.

As políticas públicas têm um grande poder no que diz respeito aos padrões de identificação étnica, acabando por funcionar neste campo como políticas raciais. Em Portugal e, em particular, em Braga, temos o caso dos bairros sociais, onde são realojados maioritariamente indivíduos da etnia cigana. Estes são segregados espacialmente, confinados a ocupar a periferia da cidade, que acaba por ficar rotulada como espaço marginal, pobre e delinvente. Estas políticas de habitação social, ao invés de integrar, segregam e ajudam a rotular, discriminar e excluir grupos étnicos de população. Tais políticas étnicas podem reforçar fronteiras étnicas, na medida em que são uma base para a discriminação, o que leva a que o grupo étnico se feche sobre si próprio e reconstrua a representação que têm da sua etnia e da sua cultura. Assim, as políticas públicas são decisivas, pois têm a capacidade de moldar os padrões de identificação étnica (Nagel, 1994: 198), umas em maior escala do que outras, mas todas estruturantes quanto a esse dado. Os membros de um grupo étnico são também politicamente controlados.

A construção das fronteiras étnicas repercute-se também com a identificação individual, a formação do grupo étnico e a forma como a identidade étnica é criada, enfatizada, escolhida ou descartada. Tal como foi referido, as fronteiras étnicas estão muito moldadas por fatores externos, que vão delimitar as opções de escolha dos indivíduos de determinada etnia. É necessário perceber também que incentivos existem para que as barreiras étnicas se levantem e os indivíduos se integrem melhor na sociedade. Do mesmo modo, importa entender como os atores percecionam a sua etnia,

quais os fatores estruturantes na sua formação e quais os objetivos que ela serve. Há, assim, uma construção da cultura, tanto por parte do indivíduo, como por parte das forças externas.

Barth (1969) fez uma abordagem transaccionalista das relações interétnicas, procurando saber quais as fronteiras que definem o grupo ao invés daquilo que o grupo encerra em si. A fronteira étnica de um grupo face ao outro define-se pela arte, pela música, pelo vestuário, pelas normas, crenças, símbolos, mitos e costumes. Se tivermos como exemplo os ciganos, estes, enquanto grupo étnico, possuem também a sua cultura, distinguindo-se de forma decisiva da restante sociedade: a sua música é diferente, o vestuário é distintivo, principalmente nas mulheres, pelos seus acessórios, os seus cabelos longos e aparência cuidada, uma vez que dão bastante valor ao corpo e à imagem; a sua cor de pele mais escura, que os leva a distinguir-se dos ‘brancos’, segundo a sua linguagem; as normas e crenças são seguidas à risca – como o casamento endogâmico, a submissão da mulher ao marido em qualquer circunstância, a saída precoce das raparigas da escola para casarem, terem filhos e serem donas de casa, a aprendizagem, por parte do rapaz, do negócio da família, quase sempre a vida de feirante; os costumes, como os casamentos prolongados e com inúmeros convidados; ou seja, um conjunto de valores culturais tradicionais que distinguem a cultura cigana da restante sociedade. Alguns destes comportamentos tradicionais não são apenas culturais mas refletem também relações de poder dentro da família e da comunidade, pelo que não se deve essencializar a identidade cigana e sua cultura, pois no confronto entre o passado e o futuro predominam os elementos do passado sujeitos a novas influências. A cultura muda, é redescoberta e reinterpretada pelos indivíduos do grupo e as interações que estes fazem com a sociedade. Os limites étnicos ajudam os indivíduos a perceber quem eles são e a cultura faz entender o significado de etnia, pois dá-lhe um rosto, uma história, uma ideologia e um universo simbólico (Nagel, 1994: 162), ou seja, os grupos étnicos reinventam o passado e inventam o presente.

2.7 Etnicidade e etnia cigana

Não se pode falar de minorias étnicas e de grupos étnicos como se ambos os termos gozassem do mesmo significado assumindo que, tendo em conta a sua terminologia, ‘grupo étnico’ é um termo mais útil, não sendo tão suscetível de tantas

ambiguidades, à semelhança do termo ‘minorias étnicas’. Este último conceito, segundo alguns autores, como Teixeira Fernandes, encerra em si uma componente estatística, reportando-nos para um maior ou menor conjunto de indivíduos reunidos num grupo. O termo remete ainda para a existência de uma ordem social em que o grupo maioritário se reivindica como homogéneo, o que não tem necessariamente de ser verdade para que exista um conjunto de indivíduos de determinada etnia. Desta forma, e numa tentativa de reduzir ambiguidades conceptuais, o termo ‘grupo étnico’ revela-se mais adequado para abordar questões de etnia. Para António Teixeira Fernandes, abordado por Mendes, “o grupo étnico é marcado por alguns traços que o diferenciam do resto da população. É possuidor de uma cultura própria e de uma particular religião, é identificado, não raro, por traços fisionómicos. Estes aspetos fazem dele um mundo à parte, com o seu sistema de relações sociais e a vivência cultural” (2005: 24).

O grupo étnico é, também ele, possuidor de fronteiras, que têm a ver, entre outros aspetos, com a atitude e os sentimentos partilhados pelos membros dos grupos. As relações entre os membros do grupo, caracterizadas fortemente por traços de solidariedade, asseguram a continuidade do grupo étnico, criam-se mitos e simbolismos que dão aos membros do grupo a segurança e a convicção de pertencerem ao grupo. Segundo E. Balibar, a etnicidade e a língua são mantidas e “fabricadas” através da família, uma instituição muito importante na produção da etnicidade e da raça, que são, assim, dos fatores de fechamento do grupo, remetendo para a “genealogia reportada no imaginário ao limiar da nacionalidade” (*in* Mendes, 2005: 25).

Só no quadro das interações é que o termo etnia pode ser definido e conceptualizado, no entanto, etnia baseia-se, sobretudo, num conjunto de representações que se vão formando enquanto os indivíduos interagem entre si e que os grupos constroem quando se confrontam. Importa também perceber qual a origem da etnicidade. Segundo Fernandes (1995), muitos autores têm uma abordagem essencialista, ou seja, justificam as raízes da etnicidade nas relações de parentesco, partindo da premissa de que as relações familiares estão acima das relações grupais, sendo que assim se cria uma “afinidade natural”. Seria das afinidades naturais que derivariam a existência social, pois partilha-se de uma determinada língua, religiosidade e traços fenotípicos.

Uma outra teoria acerca da origem étnica baseia-se no facto de existirem grupos de interesse de cariz mais instrumentalista, ou seja, “as ideologias e as identidades étnicas têm a função de exercer influência sobre as políticas económicas e sociais”

(Mendes, 2005: 25). A etnicidade é tida como um recurso, que pode ser utilizado pelos indivíduos no sentido de tentar obter recompensas ao nível político e/ou económico. Esta premissa baseia-se no sentido em que os indivíduos tiram vantagens das afinidades culturais que partilham - religião, língua, costumes – e transformam-nas em vantagens económicas ou políticas. Cria-se, assim, um efeito reativo no grupo étnico, para que se crie uma atitude de mudança face às estruturas instituídas e instituições que os afetam. A etnicidade torna-se, em alguns casos, numa organização política que tem em vista a defesa dos seus interesses.

Tendo por base o pensamento seminal de Barth (1969), a etnicidade é também concebida como uma interação social, ou seja, a etnicidade é resultado de um processo contínuo de dicotomização entre os membros do grupo e aqueles que não são membros do grupo e assim se vão estabelecendo as fronteiras entre os grupos, definindo-os etnicamente. Estas fronteiras étnicas distinguem os indivíduos como pertencentes a determinado grupo, sendo que os ‘outsiders’ têm de ser alvo de reconsiderações e limitações, no que concerne aos valores, normas e âmbitos de ação. A interação dos indivíduos é, desta forma, categorizada. A etnicidade é também um processo cognitivo pois, para pertencer ao grupo, é preciso uma compreensão dos símbolos culturais, segundo a autora, “ a definição e redefinição das fronteiras acentua o seu carácter dinâmico e processual, na medida em que de forma contínua são objeto de recomposição”, condicionando-se a interação social. A cultura, sendo materializável - na língua e nos costumes – é fundamental na constituição étnica, dicotomizando-se a cultura étnica da cultura maioritária.

Relacionando desigualdade étnica com o grupo étnico cigano, deve-se ter em conta a multiplicidade de trajetos sociais do grupo étnico cigano ao nível político, religioso, social e cultural. Ao nível social, são alvo de um grande conjunto de desigualdades que afetam a sua inserção na sociedade e principalmente no mercado de trabalho; ao nível cultural, uma vez que têm crenças religiosas distintas, uma língua, estilos de vida, tradições e práticas; e a nível político, pautam-se por uma organização paralela ao exterior e contam com um sistema patriarcal não só na comunidade como na família, sendo de destacar a figura masculina enquanto detentora da autoridade interna. A etnicidade ganha mais relevância quanto mais distinta se parecer com a cultura maioritária, onde se encontra fixada.

O contraste social existente entre os grupos é revelador nas seguintes situações: “a localização residencial, a estrutura etária e sexual, os níveis de escolaridade e

composição socioprofissional” (Mendes, 2005: 29). O contraste cultural verifica-se através da religião, a língua, a raça, o casamento e os modos de vida. Segundo Machado, a identidade étnica cigana apresenta uma cultura de classes tripartida. Os membros do grupo não são totalmente homogêneos, sendo que a sua atividade profissional predominante é de natureza familiar e independente, inserindo-se no sector do comércio. O autor afirma que é difícil materializar o grupo cigano numa classe social, pois revelar-se-ia incoerente face às suas múltiplas especificidades. Ao nível cultural, o grupo étnico cigano apresenta uma afiliação religiosa própria, caracterizando-se por casamentos endogâmicos e por uma intensa sociabilidade intraétnica; no entanto, o grupo é bastante permeável ao exterior. Os seus modos de vida caracterizam-se por uma família extensa, o que só por si já é um traço cultural distinto em relação à cultura maioritária.

A família é um dos elementos base da comunidade cigana, munida de bastante importância, sendo também um elemento de integração comunitária. A composição familiar pode ser bastante distinta, tendo em conta que a comunidade cigana é caracterizada por fortes traços de sociabilidade que abrangem os parentes com dificuldades económicas ou aqueles cujo cônjuge morreu. A taxa de fecundidade é também superior à média dos portugueses não ciganos e, em geral, caracterizam-se por uma estrutura etária jovem. Há um outro conjunto de valores que pautam a etnia cigana, entre os quais, “o respeito pelos mais velhos, o cumprimento dos compromissos estabelecidos entre famílias, o respeito pelos mortos, o rigor associado aos rituais funerários e a fidelidade conjugal” (Mendes, 2005: 33), deste modo, a importância da família acaba por ser um elemento natural, sendo esta dotada de um grande valor moral.

A etnicidade é também um fator importante na identidade. Entre outros fatores relevam a cultura étnica e a interação interétnica que são responsáveis pela formação de identidades socioculturais, estando relacionadas com os sistemas de ação em que o indivíduo se encontra envolvido; procedem das relações de força entre os atores sociais, da legitimidade que um grupo social representa face ao outro e de todas as ameaças que daí decorrem. Há, assim, um processo de etiquetagem que envolve todos os indivíduos de um determinado grupo étnico.

A identidade, num primeiro processo, é interiorizada pelos indivíduos, ou seja, dá-se uma “interiorização ativa”, que está relacionada com o *habitus* destes e de todas as relações sociais que ele constrói, o que, segundo Goffman, são “identidades sociais reais”. No entanto, a identidade que os outros lhe atribuem e a identidade que o

indivíduo forma de si próprio, podem ser, muitas vezes, distintas. Assim, o indivíduo deve adotar estratégias identitárias que tentem reduzir as clivagens entre essas representações.

2.8 A etnicidade cigana em Portugal

É muito difícil saber exatamente quantos indivíduos da etnia cigana existem em Portugal, pelo facto de ser proibido nos censos fazer qualquer tipo de distinção étnica. Em Portugal, e ao contrário dos restantes países europeus, os ciganos não são considerados uma minoria étnica. Segundo Casa-Nova, os ciganos encontram-se no território português pelo menos desde o século XVI, tendo sido desde então até meados do século XX objeto de perseguições várias pelas populações locais” (2009:113). A população cigana, desde a sua entrada em Portugal, foi alvo de várias represálias, violência e discriminação, inclusive nas leis feitas pelos monarcas portugueses. No entanto, as desigualdades instituídas pela lei foram anuladas na Constituição de 1822 pela revolução liberal, que reconhece a cidadania de português a todos aqueles que nascem em Portugal, e isso inclui os ciganos. Embora sendo cidadãos portugueses, os ciganos preferem distinguir-se mais pela sua etnia do que pela sua nacionalidade, o que faz com que, embora não sejam distinguidos pela lei, são distinguidos na prática pela restante população e através das forças policiais, mas também através de si mesmos, que têm um grande fechamento grupal.

A exclusão ainda é feita pela sociedade portuguesa, embora em diferentes graus e de forma mais subtil. É exemplo disso a escola. Existem turmas constituídas apenas por crianças ciganas e inclusão de várias crianças desta etnia no ensino especial, uma vez que é considerado pelo sistema escolar que estes alunos tendem a ter um relativo afastamento em relação ao sistema de ensino, comparativamente aos restantes alunos. O afastamento dos ciganos portugueses da escola não pode ser considerado um problema apenas da sociedade portuguesa, esse “afastamento não constitui uma especificidade da comunidade portuguesa e/ou dos ciganos portugueses” (Casa-Nova, 2006: 156), isto verifica-se também noutros países europeus, havendo dados que o comprovam. A comunidade cigana continua a ser, comparadamente com a restante população, aquela que menos escolaridade apresenta.

Continua-se a verificar um elevado absentismo e afastamento da escola por parte das crianças ciganas – “há um afastamento da escola pública das crianças e jovens da cultura cigana, quer seja através do elevado absentismo que apresentam, quer seja através da diminuição drástica da frequência escolar na transição entre ciclos” (Casa-Nova, 2006: 157). A autora considera que este problema é de grande dimensão social que diz em grande parte respeito às entidades públicas, como professores e técnicos superiores. É preciso compreender que estão em questão dois sistemas culturais diferentes – a cultura cigana e a cultura dominante, sendo nesta última onde se insere a escola pública. Para quem trabalha/estuda estas questões, tem de perceber, segundo a autora, como é que a escola e os seus agentes tratam a diferença escolar – “deve-se ter o conhecimento e a compreensão das formas e processos da escola, enquanto instituição e enquanto organização, ao trabalhar com a diferença cultural” (Casa-Nova, 2006: 161), uma vez que são dois sistemas culturais estruturalmente diferenciados. A cultura cigana caracteriza-se por uma “cultura ágrafa” (ibidem), ou seja, os pensamentos são primordialmente transmitidos pela fala, pela linguagem corporal e gestual, o conhecimento está baseado no desempenho das atividades quotidianas que vai garantido a reprodução cultural das normas e dos valores; a cultura escolar, da sociedade dominante, caracteriza-se por ser uma “cultura letrada” em que os pensamentos e o conhecimento transmitem-se principalmente pela escrita, valorizando-se “o pensamento abstrato e o pensamento erudito” (ibidem). Estas duas culturas entram em confronto, principalmente para as crianças que têm de lidar com esse mesmo conflito numa sala de aula. Os processos de socialização são diferentes, a criança confronta-se com a sua origem social - que valoriza determinados processos de socialização - e com a cultura dominante, que tem processos diferenciados. Tanto na comunidade como na escola, os papéis que devem ser desempenhados pelas crianças e que lhes são exigidos acabam por ser diferentes. Assim, os papéis impostos pela escola entram em confronto com aqueles que são exigidos na cultura de pertença. Denota-se aqui a influência da estrutura na definição da identidade étnica, na medida em que a escola acaba por funcionar como uma instância que define os limites do grupo étnico em causa, levando a um maior fechamento grupal. O exemplo da escola é um entre muitos que podem ser dados para representar a dificuldade que uma comunidade étnica atravessa quando se encontra em posição de subcultura numa sociedade dominante e a razão do auto fechamento do grupo.

Como já foi referido, os ciganos não se autorepresentam como ‘portugueses’, mas sim como ‘ciganos’, uma vez que sentem necessidade de fazer essa distinção étnica. O indivíduo da etnia cigana, se não é percebido como português pela grande parte dos demais cidadãos portugueses, tão pouco se sente fazer parte da sociedade portuguesa, maioritária, mas vê-se antes como pertencente à minoria, dando preferência à sua origem étnica. Segundo Casa-Nova, os ciganos de outros países já não se representam a si próprios dessa forma, pois dão preferência ao sentimento de pertença nacional e só depois a pertença étnica. O facto de os indivíduos ciganos se representarem como grupo minoritário vai resultar num maior fechamento grupal e em mais união entre os membros do grupo, inclusive afirmando ajudar qualquer indivíduo da sua etnia, mesmo sem o conhecer. Há também um sistema classificador do outro, daqueles que não pertencem à etnia cigana, como forma de estabelecer uma fronteira entre os grupos, significações que os ciganos vão adquirindo com a socialização, sendo que é bastante comum uma criança que já saiba falar incluir nos seus diálogos representações sobre o ‘outro’ não cigano. Há também um sentimento de se ‘ser’ cigano, um conjunto de valores e representações que unem os indivíduos em torno da sua representação étnica, que, na sua ótica, esse sentimento de ‘ser’ cigano é mais importante do que a maneira de vestir ou falar, por exemplo.

Ainda em relação à origem étnica, ao contrário das gerações mais novas, alguns dos membros ciganos de gerações mais velhas, apesar de não haver factos conclusivos, estão lendariamente convictos de serem descendentes de outros povos – para uns de arianos, para outros de judeus - reforçando um sentimento que os compense das situações de exclusão e segregação a que foram expostos ao longo dos séculos.

O *habitus*³ étnico ajuda-nos a perceber a diferente importância dada à escola, ao mercado de trabalho e à relação com a sociedade. Isto fez com que Casa-Nova construísse o conceito de lugares de etnia, “elaborado a partir do conhecimento de uma diferenciação intraétnica, tendo por base uma auto diferenciação realizada pelos diferentes sujeitos, constituindo-se em lugares diferenciados (2009: 191). Na visão da autora, as representações que os ciganos têm da escola e a sua falta de adesão deve-se mais ao *habitus* étnico do que ao *habitus* de classe. O *habitus* étnico é uma das

³ Habitus – conceito desenvolvido por Bourdieu. Sistema de disposições duráveis que fazem parte da vida do agente social, da sua trajetória e que integra experiências passadas. É socialmente construído e socialmente transmitido, próprio dos grupos sociais a que se pertence. Gere estruturas, práticas, pensamentos e percepções; tem regras implícitas, mas não de forma objetiva, sendo adaptadas a fins sem que tenha consciência desses fins.

componentes básicas das atitudes diferenciadas face à pertença étnica e cultural. Os indivíduos comparam as suas atitudes e ações com as de outros indivíduos, pertencentes ou não ao mesmo grupo étnico, constituindo assim um esquema de pensamento comparativo que vai orientar as suas ações, havendo, segundo a autora, “um certo determinismo étnico, um *habitus* composto, que representa um distanciamento crítico de certas práticas e perceções culturais do grupo étnico, mas não a perda de identidade cultural” (Casa-Nova, 2009: 192).

A importância sociológica do estudo da etnia prende-se com o facto nos mostrar como é que os grupos têm a capacidade de se reconstruírem e reproduzirem, segundo determinados quadros de valores e normas. É importante perceber os jogos de estratégias dos indivíduos, os modos de comportamento que são um reflexo de um *habitus* que por sua vez, segundo Bourdieu (1979), é mediador da estrutura social⁴.

Os grupos étnicos são cada vez mais alvo de intervenção em Portugal por parte de vários sectores profissionais. A questão da identidade étnica é de uma grande importância sociológica, pois permite-nos compreender como é que os grupos e indivíduos se situam em relação à sua comunidade e à sociedade envolvente, sendo, portanto, um processo interno e externo de autorepresentação, como já foi supracitado. Foi possível observar, com uma breve introdução teórica seguida de um exemplo prático, como é que o grupo étnico cigano estabelece as suas fronteiras étnicas e assim se vai definindo: através da distinção étnica ao invés da distinção pela nacionalidade; através do fechamento grupal, que os ajuda a definir-se enquanto grupo em relação aos outros; através dos seus valores e costumes, bastante diferenciados e ritualizados em relação à sociedade dominante; e através do sentimento de pertença e de origem que, segundo os ciganos, os diferencia dos outros, pois ‘sabem de onde vêm’. Foi possível observar também uma dualidade entre estrutura e agência, na medida em que ambas influenciam a construção da identidade étnica, de maneiras diferenciadas mas equitativamente importantes.

Quando se fala de minorias étnicas devemos ter em conta todas as dimensões que estas assumem enquanto categoria social. A questão da etnicidade ganha relevância num quadro de desigualdades sociais e das identidades culturais. Em muitos países europeus, “a pertença a minorias étnicas (...) é frequentemente associada a uma condição social

⁴ Neste quadro debruçei-me sobre os ciganos num bairro social, procurando dar um contributo sobretudo empírico para o conhecimento duma realidade ainda pouco estudada, embora já existam alguns trabalhos relevantes.

desprivilegiada” (Machado: 1992: 123), na medida em que as minorias étnicas têm um padrão de comportamentos assente numa cultura muito diversa das culturas envolventes, levando a uma desvalorização política das mesmas.

Na sociedade portuguesa até 1974, altura em que até então a imigração tinha pouca expressão em Portugal, não se verificava uma grande diversidade cultural no nosso país. No entanto, para além da minoria étnica cigana, a questão da etnicidade em Portugal viria a ganhar relevância à medida que as minorias vão ganhando visibilidade na sociedade em que se inserem, traduzindo-se em certos contrastes sociais e culturais, criando um contexto de *outsiders* para os membros dos grupos étnicos em causa. Machado define contraste social segundo as seguintes dimensões: “localização residencial, estrutura etária e sexual, níveis de escolaridade, composição de classe” (1992: 124) e contraste cultural como “dimensão religiosa, linguística, racial, matrimonial e modos de vida” (ibidem).

As minorias étnicas, embora não apresentem uma estrutura de classes semelhante à estrutura de classes que caracteriza a população portuguesa maioritária, no que diz respeito à residência, salvo casos excecionais, não há uma maior degradação da habitação, dado que não existem zonas residenciais predominantemente étnicas, atendendo a que na maioria dos bairros sociais há uma relativa percentagem de portugueses não pertencentes à minoria étnica cigana.

Apesar de a comunidade étnica cigana representar um grupo minoritário com características culturais bastante singulares, não representam, contudo, um grupo de etnicidade cultural forte, sendo que, quanto maior forem as características da etnicidade, maior será o contraste social⁵.

O contraste social em Portugal representa-se, sobretudo, através das desigualdades sociais e da localização residencial, sendo a segunda uma consequência da primeira. Segundo Machado, “a própria estrutura social portuguesa e as assimetrias sociais marcantes que elas têm gerado, remetem uma parte significativa da população portuguesa para uma condição social que pouco a distingue dos membros mais desfavorecidos das minorias étnicas” (1992:128), sendo o contraste não apenas ao nível do grupo étnico, tendo em conta que estes estão em minoria no grupo de pobres da população portuguesa. As minorias étnicas são um dos grupos mais vulneráveis à pobreza, entre os quais também se encontram os agricultores de baixos rendimentos, os

⁵ Mais à frente irei explorar este ponto para se perceber em que sentido a etnia cigana tem de cultural diferente da população portuguesa maioritária.

assalariados, reformados e pensionistas, os desempregados e os jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego, sendo comparativamente maior o peso destes grupos do que aquele que representa o grupo das minorias étnicas.

Relativamente ao mercado de trabalho, a minoria étnica cigana conta com uma situação marginal, cujos membros são excluídos deste sistema laboral, caracterizando-se pela precariedade e falta de presença nos setores da indústria. Quanto à situação residencial, não podemos falar em bairros sociais maioritariamente ocupados pela etnia cigana, nem necessariamente de uma localização marginal em relação à periferia da cidade, o que não se traduz numa situação clara de marginalização residencial: podem estar no centro geográfico e estarem socialmente à margem. No entanto, algumas especificidades dos bairros sociais sofrem de uma ambiguidade, atendendo a que, não obstante alguns estarem no centro ou perto do centro, pelas suas características físicas e pelas medidas sociais de que vão sendo alvos, ou pela falta das condições infraestruturais e pelos equipamentos são relativamente marginalizados. Contudo, os bairros sociais representam um espaço habitacional para aqueles que não tiveram sucesso na sua inserção no espaço urbano central da cidade.

A relação entre o espaço habitacional e a socialização com os membros de outras comunidades inseridos nesse mesmo espaço é também um foco de análise relevante que releva a forma como as minorias se inserem no contexto da sociedade e a forma como acolhem os vizinhos e se relacionam com eles. Rex (*in* Machado, 1992) refere que a socialização é maioritariamente feita entre os membros da família e pauta-se por um certo isolamento em relação à comunidade na qual os indivíduos se inserem.

CAPÍTULO III

Exclusão Social da comunidade cigana: um enquadramento sociológico

3.1 A teoria Durkheimiana

A visão durkheimiana sobre a exclusão social baseia-se nos fenómenos anómicos que afetam as sociedades modernas.

Nas sociedades modernas, ao contrário das sociedades tradicionais, o que cria coesão social é a divisão social do trabalho. Ou seja, o facto de haver hierarquização das funções torna os indivíduos dependentes uns dos outros na execução de uma tarefa e é essa interdependência que vai criar coesão. Assim, cada elemento faz parte de um todo e contribui para ele. Na interpretação de Silva (2009), não obstante a divisão do trabalho gerar solidariedade orgânica e coesão, pode sob certas condições existir anomia social, seja pela divisão do trabalho forçada que pode levar a uma insatisfação e desestruturação, seja quando a densidade material prevalece sobre a densidade moral, principalmente em alturas de crise, ou seja, quando as funções económicas sobrepõem-se quando deixam de ser reguladas pela moral social:

“a anomia surge quando a ausência ou o enfraquecimento das regras provocam disfunções e desregulações sociais, pelas quais os indivíduos se sentem desestruturados, desorganizados e desligados da sociedade quanto aos códigos sociais e morais” (Silva, 2009: 17).

As ideias durkheimianas são fundamentais para se perceber as relações dos indivíduos em que a integração na vida económica e social por via do mercado de trabalho é uma condição fundamental para gerar solidariedade orgânica e redes de sociabilidade. No entanto, Durkheim (1995) erra ao achar que a desigualdade entre os indivíduos, resultante da hierarquização de funções, é algo natural da sociedade, na medida em que funciona para a manutenção da ‘normalidade’ – ou seja, normaliza as desigualdades sociais que dessa hierarquização ocorrem. Durkheim, além de pretender ignorar a existência de classes dominadas, tem uma perspetiva funcional que não consegue explicar os conflitos interétnicos.

3.2 A perspectiva Weberiana

Relativamente ao problema colocado, a perspectiva weberiana é relevante na medida em que o autor assenta sobretudo numa teoria do poder mas distinguindo três ordens: a ordem social, a ordem política e a ordem económica. A posição do indivíduo na hierarquia tem sempre estas três componentes, sendo que da conjugação destas vertentes resulta a posição ocupada pelo indivíduo/grupo em determinada comunidade. Segundo Weber, “a lei existe quando há uma probabilidade de que uma ordem será mantida por um quadro específico de homens que se utilizarão de compulsão física ou psíquica com a intenção de obter conformidade em relação à ordem ou de aplicar sanções à sua violação” (1972: 61), sendo que esta rege toda a estrutura e concludentemente a distribuição de poder. Todas as dimensões e não apenas a dimensão legal (do Estado), social e económica se regem sob uma lógica de poder, sendo que este pode ser definido como “a possibilidade de um homem ou de um grupo de homens realizar a sua própria vontade, mesmo contra a resistência de outros que participem na ação” (Weber 1972:62).

A ordem social remete para a ideia de grupos estatutários, ao contrário da ordem económica. A ordem económica endereça em dois princípios básicos: posse ou não de propriedade e posição no mercado de trabalho. Aqueles que não têm propriedade estão desfavorecidos face àqueles que a têm, sendo que os primeiros mantêm a sua subsistência através da venda de mão-de-obra no mercado de trabalho ou vendo o trabalho incorporado em produtos que ele próprio fabrica. Segundo Weber, há uma diferença entre poder condicionado economicamente e poder económico em si. A luta pelo poder é muitas vezes condicionada pelo *status* em que essa contenda se traduz; no entanto, nem todos os tipos de poder têm origem na honra social, fazendo com que o poder económico não seja uma garantia de honra social, nem é o poder em si uma base para a honra social, sendo que Weber afirma que “a honra social e o prestígio podem até ser o fundamento para o poder político e económico” (1972: 62).

O *status* é a forma pela qual o prestígio social se manifesta entre determinado grupo e/ou comunidade que sejam reconhecidos como legitimadores dessa manifestação de *status*. A ordem económica, social e política estão, em regra, interligadas, resultando na forma como o poder se manifesta em determinada comunidade. A ordem económica é a forma como os recursos, bens e serviços são distribuídos, sendo que a ordem social é bastante influenciada pela ordem económica.

Sendo classe “um qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação” (Weber: 1972: 63), o fator económico tem de ser levado em conta, na medida em que diz respeito à distribuição de recursos e bens e a forma como os indivíduos competem no mercado de trabalho. Assim, todos aqueles que não possuem qualquer tipo de bens estão excluídos da competição no mercado de trabalho, havendo uma monopolização por parte daqueles que os possuem. A classe não são grupos físicos, são categorias sociais convencionais, dificilmente gerando sentimentos ou ações comunitárias, nem gerando ações societárias.

Ao contrário das classes, os grupos de *status* geralmente constituem comunidades. A situação de *status* de determinados indivíduos pode gerar-se através de uma estima social, positiva ou negativa, relacionada com a honra. Como já foi referido, há conjunturas em que a situação de *status* pode estar relacionada com a situação de classe, sendo que a propriedade nem sempre é reconhecida como importante para a qualificação do *status* do indivíduo; no entanto, é-o a longo prazo, segundo Weber, “na economia da vizinhança organizada, com frequência o homem mais rico é simplesmente o chefe” (1972: 71). Tal como refere Silva (2009), há situações, contudo, em que a honra de *status* não tem necessariamente de estar ligada a uma situação de classe, podendo até opor-se às aspirações de classe, criando uma situação em que as pessoas pertencentes a determinado grupo de honra social possam ser divergentes no que concerne à posse de bens, pertencendo assim a classes distintas.

O grupo de *status* transforma-se, quase sempre, num grupo fechado, regendo-se por convenções e rituais. Assim, a confraternização com um membro de um grupo cujo *status* seja considerado inferior pelos membros dos grupos com uma honra social mais elevada é considerado impuro e até impróprio para as regras do grupo de honra social superior, acabando por criar um estigma para aqueles que pertencem ao grupo marginalizado. Segundo Weber, “a estrutura de *status* só atinge consequências tão extremas quando existem diferenças subjacentes consideradas étnicas” (1972: 74), sendo que muitas das comunidades étnicas que vivem em sociedade transformam-se num grupo estatutário, ou casta, como refere o sociólogo. Nas comunidades étnicas são valorizadas as relações interétnicas, excluindo casamentos, por exemplo, com comunidades étnicas diferentes. As pessoas que pertencem a determinado grupo étnico adquirem, assim, um conjunto de ocupações específicas ao grupo, e valorizam as suas crenças e valores culturais, que são cultivados ao longo das gerações. Estas comunidades vivem contudo segregadas de todo o tipo de relacionamento social que

ultrapasse o seu grupo e envolva pessoas de comunidades exteriores, tornando-se numa situação precária. O facto de cada comunidade étnica criar repulsa por outras comunidades leva a que exista uma exclusão da vida política e à criação de um desprezo mútuo entre estas comunidades, fazendo com que cada comunidade considere a sua honra superior às outras.

Os grupos étnicos que se transformam através do sentimento negativo de outras comunidades não constituem um fenómeno natural, tendo em conta que têm diferenças rácio-étnicas objetivas, não criando um sentimento de pertença positiva à comunidade étnica.

Há também efeitos económicos na estratificação por *status*, sendo que nesta componente a distribuição do poder é regulada exclusivamente através do mercado, sendo que “todos os grupos com interesses na ordem de status reagem com especial veemência contra as pretensões da aquisição económica” (Weber: 1972: 78), assim, quanto mais se sentem ameaçados, mais efusivamente reagem. Assim, aqueles que se encontram numa situação de *status* superior tendem a reagir negativamente e de forma violenta contra aqueles que pertencem a classes económicas inferiores.

A classe orienta-se muito para a produção e consumo de bens; o grupo de *status* orienta-se para o consumo de bens, visando a manutenção de um estilo de vida. Assim, no primeiro produz-se bens, no segundo os bens são consumidos.

Uma terceira ordem, a ordem política, traduz-se na capacidade de impor vontades e interesses de grupos. Os partidos são organizações que visam influenciar determinada comunidade através do poder que conseguem exercer. Visam promover interesses, amiúde materiais, dos seus representantes, sendo grupos de carácter associativo, que se encontram hierarquizados, tendo a componente de força no seu interior, uma vez que poder implica sempre influência física ou psicológica, explícita ou implícita. Partidos são, assim, grupos socializados com uma dupla dimensão de comunidade e sociedade, com uma dimensão estratégica racional.

3.3 A abordagem marxista

Marx (1948) formulou uma nova corrente teórica conhecida como “materialismo dialético histórico”. A realidade material produz as condições da vida que expõe ao indivíduo à sua condição existencial, da qual partirão todas as suas ideias em relação ao que o rodeia, ou seja, as ideologias. Não é a ideologia que produz a realidade, é a

realidade que produz a ideologia; no entanto, dialeticamente correlacionam-se e sintetizam-se numa práxis social.

Os indivíduos, enquanto força de trabalho, na corrente marxista, são elementos do processo produtivo, ou seja, as relações sociais são determinadas pela estrutura económica e é basicamente a partir deste factor económico que se pode compreender e explicar a sociedade. Marx e Engels (1848) reduzem, desta forma, as relações sociais ao sistema económico.

Para Marx e Engels (1848) em cada modo de produção, designadamente no capitalista existem duas classes: a classe explorada e a classe exploradora, sendo a propriedade privada a principal característica da sociedade capitalista, em que há uma busca incessante do lucro por parte da classe burguesa, sujeitando a más condições, caso seja necessário, a classe trabalhadora. A propriedade privada pertence a uma minoria, não havendo uma compensação justa para o proletariado em relação ao que produz. ~

Marx (1848) desenvolve também o conceito de ideologia. Defende, assim, que a ideologia forma-se a partir do sistema económico, sendo que o Estado é a instituição que cria ideias falsas na sua população, criando um conjunto de ideias que visa fazer esquecer as pessoas das más condições de vida e que o Estado é a instituição que está lá para os proteger.

A classe social na teoria de Marx é definida pelo lugar ocupado no sistema produtivo e pelos bens materiais que determinada classe tem e pela sua posição ocupada na divisão social do trabalho, sendo que os indivíduos que partilham as mesmas condições e constrangimentos nas relações sociais de produção, pertencem à mesma classe.

A visão marxista defende que as desigualdades estão baseadas nas estruturas económicas. A luta de classes é vista de forma relacional, ou seja, existem duas classes no modo de produção: a classe burguesa e a classe operária. Para Marx, as sociedades baseiam-se na luta de classes. As classes dominantes “dominam também os aparelhos políticos e ideológicos, alimentando e difundindo as ideias, doutrinas e ideologias que lhe são favoráveis” (Silva, 2009: 30). O lucro que resulta do desenvolvimento industrial é apenas favorável à classe burguesa, que aliena e explora os trabalhadores. O trabalho não passa de uma mercadoria e o salário do trabalhador não corresponde àquilo que ele produz. Os meios de produção pertencem a uma classe minoritária e esta minoria vai acumulando capital à custa da exploração dos trabalhadores. Assim, por um lado, temos os detentores dos meios de produção; por outro lado, temos os detentores da força de

trabalho que são obrigados a vendê-la para subsistir. Marx define o conflito segundo uma luta de classes e de relações de produção. Ainda segundo a interpretação de Silva (2009), os grupos sociais excluídos são todos aqueles que estão arredados do controlo dos meios de produção, além de outros que inclusive são impedidos de participar no mercado de trabalho a fim de vender a sua força de trabalho - são exemplo os desempregados, as minorias étnicas e os desqualificados.

3.4 O olhar interaccionista simbólico

Segundo Silva (2009), uma das correntes também relevantes para entender as formas de exclusão social é o interacionismo simbólico, nomeadamente Goffman (), o qual avança a teoria da rotulagem, ou seja, define modos de comportamento que podem ser considerados como positivos e negativos, sancionando negativamente os comportamentos desviantes por fugirem às regras definidas pela sociedade e pelos grupos dominantes. Os indivíduos, no entanto, são capazes de desenvolver representações sobre os seus comportamentos - se é estigmatizado ou se é 'normal'. Ou seja, os atores atribuem significados às suas ações. O comportamento desviante é uma consequência da interação da relação entre os ditos normais e os desviantes. Os 'outsiders' sofrem das representações e da violência simbólica por parte daqueles que são considerados 'normais' e do resto da sociedade. A interação social é, assim, bastante importante na constituição do fenómeno da exclusão social. As características dos indivíduos, os seus modos de vida, a sua condição de 'empregado' ou 'desempregado' ou de 'subsidiário do rendimento social de inserção', por exemplo, vão condicionar a forma como são representados e como serão incluídos ou não na sociedade. A desigualdade é um processo que, à partida, determina o processo de exclusão.

Ao contrário de teorias do estruturalismo, o interacionismo simbólico acentua a importância do indivíduo e dos significados atribuídos pelo ator, o que se reflete nos conceitos que aborda. Os indivíduos são agentes, não no sentido que Giddens (1997) lhes dá na sua teoria, mas mais na esteira de Bourdieu (2003), sendo agentes do grupo ao serviço de uma entidade, é um indivíduo tipificado⁶.

⁶ Erving Goffman é um dos maiores representantes do interacionismo simbólico, estudou o quotidiano e as minuciosas interações dos atores face a face.

A representação social é elaborada e o indivíduo está tão compelido a desempenhar os seus papéis que nem repara, só apercebendo-se quando a representação social falha.

CAPÍTULO IV

Construção identitária e trajetórias nos bairros sociais

4.1 A reconstrução da identidade socio-cultural num bairro social

Quando falamos em bairros sociais, temos de ter em conta quais os grupos sociais que convivem neste espaço social – as suas origens, as suas características e os seus traços culturais. Importa pois perceber como se dá o processo de mudança para o bairro, por parte dos indivíduos, que transformações provocam na sua identidade socio-cultural e como, a partir desse novo contexto, reconstróem a sua identidade enquanto seres sociais pertencentes a determinado grupo socio-étnico.

No estudo deste caso empírico, constatamos dois grupos sociais distintos, mas que convivem diariamente: o grupo étnico cigano e o grupo maioritário composto por portugueses não ciganos. Os bairros sociais são uma resposta política à necessidade de reagrupar as populações mais pobres num mesmo espaço geográfico. Este reagrupamento traz consequências ao nível das relações interpessoais, na medida em que, como refere Isabel Guerra, “*as pessoas não são coisas que se põem em gavetas*” (1994:35). Importa assim perceber que preocupações sociais e culturais não são tidas em conta pelos poderes locais, mas que vão transformando o dia-a-dia dos indivíduos nos bairros de habitação social.

A questão das identidades socioculturais surge neste contexto no sentido em que se encontram em confronto diferentes grupos sociais. Gonçalves refere que identidade é um conceito “*eminente relacional, já que resulta do relacionamento dos indivíduos em sociedade e de toda a multiplicidade de referências identitárias com que este se deparam e através dos quais se geram processos de identificação/integração*” (1994:135), tendo em conta o grupo social ao qual os indivíduos pertencem e em relação ao qual interagem. Isto acontece bastante em bairros sociais, pois são um espaço de grande contraste social, cultural e étnico. Uma vez que pretendo perceber como se caracterizam as relações de vizinhança nos bairros sociais, sendo o bairro de Santa Tecla o selecionado, esta questão do confronto ou mesmo conflito de identidades ganha pertinência e relevo. Importa pois perceber todos os fatores económicos, sociais e

culturais em análise, e como é que os mesmos se vão confrontando numa dado momento espacial e temporal.

A construção de identidades não é um processo uniforme, ela depende de várias transformações económicas, sociais, políticas e culturais que vão operando ao longo do tempo; depende também das referências culturais dos indivíduos e de momentos concretos da sua vida que marcaram esses mesmos indivíduos, enquanto sujeitos sociais de determinada sociedade e que co-estruturaram a sua identidade, transformando-os naquilo que então representam. Assim, neste estudo, para perceber quais os traços mais distintos que marcaram a identidade dos indivíduos, torna-se fulcral ouvi-los a contar a sua história, os seus trajetos até ao momento em que foram morar para o bairro, tanto a nível relacional e profissional, como espacial e temporal. A forma como caracterizam estes trajetos sociais vai influenciar, em larga medida, a maneira como apreendem o espaço residencial em que se encontram – o bairro. Gonçalves (1994) refere que, no seu estudo num bairro social em Vila Franca de Xira, foi necessário perceber “a heterogeneidade que caracteriza os meios populares, as características próprias de os processos de ‘contaminação’ e ‘oposição’ das culturas populares relativamente às culturas de ‘elite’ e de massa” (1994:137), um conjunto de valores que caracterizam estes grupos e os diferenciam, embora todos eles tenham características comuns que os unificam, acabando por criar uma identidade comum que os distingue em relação àqueles que não pertencem ao bairro. O relato que o próprio ator conta do seu trajeto de vida vai mostrar também quais as suas aspirações, o modo como vivem e já viveram e como é que representam e que expectativas têm em relação ao seu futuro.

O bairro de Santa Tecla é um local dum considerável heterogeneidade de trajetos sociais: por um lado, temos os indivíduos de etnia cigana, que foram realojados por antes se encontrarem espalhados pela cidade a viverem em barracas e sem quaisquer condições básicas habitacionais; e, por outro lado, os portugueses não ciganos que vivem no bairro, com inserções profissionais muito deficitárias, com baixo nível de escolaridade e condições de vida muito instáveis. No entanto, estas últimas caracterizações são transversais a ambos os grupos, sendo que, seguindo a condição da baixa escolaridade, esta é assumida de uma forma secundária no caso de grande parte das famílias da etnia cigana, sendo um ato continuado entre as gerações, tornando-se assim mais do que um *handicap*, mas também uma característica alegadamente cultural, o modo de organização económico da etnia cigana deixa para segundo plano a continuação dos estudos por parte dos mais jovens.

A vinda para o bairro tornou-se, para a maioria dos seus habitantes, um acontecimento negativo nas suas vidas, devido às imagens negativas que o termo ‘bairro social’ transporta para o imaginário da cidade, segundo a autora, “para mais de metade da população, a vinda para o bairro significou alguma despromoção habitacional” (Gonçalves, 1994: 139-140), tendo em conta como serão julgados na sociedade envolvente e na própria avaliação que o indivíduo faz de si, considerando que agora têm piores condições de habitação, influenciando assim negativamente a representação que fazem deles próprios. Isto pode resultar que os indivíduos tenham constantemente uma imagem negativa da sua habitação, não sentindo-se satisfeitos e acharem que deveriam ter melhores condições de habitabilidade.

Como já foi referido, o contexto espacial em que os atores se encontram tem uma grande importância na forma como estes constroem a sua identidade, mas também pela forma como vão construindo e reconstruindo os seus laços relacionais, “assim, o espaço, enquanto agente ativo de inscrição das práticas sociais, é uma realidade complexa cuja análise deve incluir, para além das características do próprio espaço físico, uma imensidão de variáveis sociais e culturais” (Gonçalves, 1994: 40), que vão engendrar representações que dependem da forma como o indivíduo pensa e atua sobre o seu espaço.

Gonçalves refere que, no seu estudo, as imagens que os indivíduos têm sobre o bairro são bastante negativas, “quase metade dos moradores afirmam não gostar de viver no mesmo” (1994: 141), o que pode ser resultado da grande heterogeneidade cultural e social do bairro, influenciando as representações que os indivíduos fazem dele e também nas suas práticas diárias. Ele é resultado também da imagem negativa que o bairro tem no exterior e da degradação urbanística que as moradias vêm sofrendo. O facto de o bairro ter má imagem no exterior, muitas vezes divulgada também pelos jornais, que descrevem os bairros sociais como focos de violência e marginalidade, vai influenciar a imagem negativa que os moradores paralelamente vão construindo. Disto resulta também uma dificuldade acrescida para que os moradores do bairro se integrem na sociedade envolvente, pois vão sendo catalogados por imagens socialmente destrutivas, como o facto de serem pobres, desempregados e, em alguns casos, marginais - são catalogados devido ao percurso descendente que os levou ao bairro. As famílias que se mudam para o bairro têm já uma fraca integração no espaço urbano, tal como no mercado de trabalho, piorando ainda mais as condições de vida, deixando-os submersos na condição social que os transportou ao bairro, numa situação de exclusão

social, da qual não conseguem libertar-se. Os bairros são, assim, um elo que, em vez de integrar os indivíduos na sociedade, falha na tentativa de melhorar as condições reais de integração dos indivíduos. As entidades públicas tendem a conceber os bairros apenas como espaços físicos, faltando o elemento cultural e social, de ligação à cidade envolvente.

O facto de na maioria das vezes o bairro ser estereotipado pela questão étnica, ou seja, pelo facto de lá viverem na maioria indivíduos da etnia cigana, vai levar a que se crie uma demarcação interior no bairro. Os moradores portugueses não ciganos vão adotar estratégias de demarcação e afastamento em relação aos seus vizinhos da etnia cigana, sendo frequente e até normal que estes dois grupos não socializem ou interajam entre si de forma voluntária.

Existe também muitas vezes, por parte dos moradores, uma estratégia de recusa e negação das imagens negativas que o bairro transporta consigo, sendo, segundo a autora, uma forma de os moradores “preservarem as suas próprias imagens” (Gonçalves, 1994: 142), tendo em conta que não existem grandes possibilidades de estes se mudarem para outros espaços fora do bairro.

Há também aqueles que gostam de viver no bairro, embora sendo em menor número. Isto acontece porque a mudança para o bairro resultou numa melhoria de vida, apesar de esta se situar apenas nas condições de habitabilidade. Esta apreensão positiva do bairro não resulta contudo numa maior integração no mesmo, quer seja em relações sociais, quer seja na apreensão positiva do espaço físico do bairro, enquanto local de habitação.

Os conflitos existentes no bairro derivam, sobretudo, das más relações de vizinhança, entre outros problemas referidos por Gonçalves (1994), como o racismo, a gestão dos condomínios, a ofensa e a intriga, gerados devido às diferenças culturais entre os moradores do bairro. Por outro lado, existem os problemas de criminalidade, como roubos e tráfico de droga, que leva a que os moradores do bairro optem por resguardar-se mais no espaço da casa, ficando assim descuradas as relações de vizinhança.

Esta questão das identidades socioculturais é bastante complexa: um indivíduo encerra em si várias referências identitárias, uma vez que estas “são de grande permeabilidade à mudança” (Gonçalves, 1994: 145), devido às várias transformações que vão ocorrendo na vida dos indivíduos. Os sujeitos sociais acabam por interiorizar um conjunto de normas e vivências do sistema cultural em que se inserem, sem

abandonar as suas próprias crenças e valores, permitindo assim uma melhor integração no bairro. Isto vai trazer conflitos interiores ao indivíduo, na medida em que tem de lidar com disputas ocorrentes no bairro, resultantes das diferenças étnicas e culturais que surgem da convivência diária. Estes conflitos vão levar a que o indivíduo crie uma imagem negativa de si mesmo, da sua cultura, e assim adote sistemas de demarcação em relação aos que não são do seu grupo. O espaço social ganha assim importância, na medida em que “o bairro proporciona de forma bastante marcante a inferiorização social e cultural das minorias étnicas” (Gonçalves, 1994: 147), criando representações sociais negativas que o indivíduo vai criar de si, marcando a reestruturação da sua identidade.

4.2 Políticas públicas e controvérsias espaciais

A população dos bairros sociais é marcada por fortes contrastes sociais. É necessário perceber como é que a variável território tem influência nos fenómenos de exclusão e desigualdades sociais, tendo em conta os campos tais como a formação e o mercado de trabalho que geram a distribuição de oportunidades, recursos e recompensas.

Ao analisar o quotidiano dos indivíduos, tendo em conta o local onde residem e interagem, pode-se entender como se geram as situações do dia-a-dia: as tensões entre os habitantes do bairro; os conflitos e as estratégias que, em torno destes, os habitantes adotam para fazer face às controvérsias.

O facto de os indivíduos da etnia cigana viverem há já algum tempo em bairros sociais, fenómeno que acontece amiúde e praticamente em todo o país, tem gerado uma percepção da identidade cigana como etnicamente excluída, tornando essa exclusão ‘natural’ e invisível, aumentando assim a vulnerabilidade da população cigana aos problemas sociais que decorrem desta aceitação naturalizada da exclusão.

As políticas públicas que gerem a cidade estão amiúde ligadas a uma gestão da diversidade que nela se proclama fazer, sendo que “poder tomar um lugar na cidade pressupõe que um lugar lhe é destinado e que o utilizador saiba como é estar nesse lugar” (Castro:2013, 49), havendo assim uma apropriação do espaço público que ganha contornos de exclusão social. Contudo, o poder local, mediador entre a população e as políticas sociais de realojamento, caiu numa inércia no sentido de não resolver os problemas sociais adjacentes a estas populações, evidenciando de modo ora camuflado ora direto uma atitude de preconceito mas com uma política desresponsável alegando

aparentemente o facto de estas populações mais pobres sofrerem de atitudes racistas por parte da restante população da cidade, relegando a culpa para estas quanto à falta de integração das primeiras, segundo a autora, “o poder relegou para o estratos sociais mais baixos a competição com os ciganos e pode, a partir de cima, descarregar a sua responsabilidade, culpando o racismo dos não ciganos” (Castro, 2013: 50), tornando assim o problema invisível, responsabilizando o próprio sujeito social pelos problemas sociais de pobreza e racismo existentes no espaço urbano.

Os problemas sociais relacionados com a pobreza estão a ficar para segundo lugar no espaço político. Assim, em vez de se corrigir o problema estrutural que gera situações de desigualdade, pobreza e exclusão social, o Estado tende a agir apenas sobre as consequências de uma estrutura deficitária, ignorando assim a origem real do problema, continuando a haver uma distribuição desigual dos recursos e levando a políticas sociais assistencialistas, de ‘caridade’. Por outro lado, há uma autorresponsabilização dos próprios sujeitos pela situação em que se encontram, culpabilizando determinadas camadas de população pelo fatalismo da sua condição de ‘pobre’, sem nunca tornar claro que o problema está na reprodução das desigualdades, como um ciclo vicioso, entre as gerações, que não têm capital cultural ou qualquer tipo de recursos que inverta a situação desfavorável em que se encontram esses indivíduos. Há, assim, uma naturalização dos traços identitários como fatores em si de exclusão, havendo por parte do poder público “um registo da ação que opera por referência quase exclusiva a supostos traços identitários dos designados grupos-alvo e/ou grupos de risco, manifestando-se a exclusão sob a forma de etnicização” (Fernandes *in* Castro, 2013:51). Além disso, há um processo de homogeneização e etiquetagem que generaliza os todos os indivíduos de determinado grupo sob determinadas características negativas geradoras de exclusão.

Cada vez mais os discursos em torno das questões da habitação social estabelecem categorias identitárias a determinados grupos, com particular enfoque na etnia cigana, como que sofressem de “um bloqueio cultural que etniciza a exclusão social pelo simples facto de se viver ‘por opção’ em barracas” (Castro: 2013:53), naturalizando-se a exclusão pela via étnica. O facto de haver várias camadas de população cigana a viver em bairro sociais remete-os para uma situação de “privilegiados” nas políticas públicas de habitação, concentrando-se àquele espaço habitacional. Esta etnicização da exclusão leva a sustentar de modo sub-reptício ou mesmo claro de que são os próprios indivíduos os responsáveis pela sua situação, diminuindo assim as possibilidades de integração dos

mesmos, levando a questionar a real eficácia das políticas sociais de realojamento em relação à sua eficácia na reprodução das desigualdades e processos de exclusão.

4.3 Habitação e integração social

Há um forte peso da dimensão habitacional nos processos de tentativa de integração de populações minoritárias em determinada sociedade ou contexto societal. É a reduzida capacidade de escolha e recursos disponíveis para fazer face à habitação que lhes é imposta, havendo uma grande dependência de apoios sociais para que vejam melhoradas as suas condições de vida.

Para a maioria dos sujeitos sociais que se mudam para os bairros, há de facto uma melhoria das condições habitacionais, mas também ao nível da higiene e do conforto. Apesar destes fatores favoráveis, há pouca vontade de permanecer no bairro e uma atitude pouco positiva face a ele, havendo sempre, no futuro, uma expectativa de mobilidade residencial.

A maioria dos bairros sociais, construídos a partir dos anos 80, tem uma grande carência socio-urbanística e de equipamentos de lazer e de apoio à população residente. Há também um fator estruturante na perpetuação das desigualdades, quando nos referimos aos bairros sociais: a sua localização residencial.

Um outro *handicap* dos bairros sociais é o facto de alojar um grande número de sujeitos sociais pertencentes a vários grupos, com normas e valores distintos, acentuando assim a pouca capacidade de os habitantes se relacionarem entre si, mas também entre os habitantes do bairro e a população envolvente, residente externamente ao bairro. Isto conduz a que haja uma reprodução ou acentuação //perpetuação?// dos estereótipos e das imagens negativas que existem por parte dos habitantes da cidade em relação aos moradores dos bairros sociais.

Há também uma tendência para os moradores dos bairros sociais se retraírem ao espaço da casa, o que tende a desmotivá-los “a investir no bairro, quer em termos de relações sociais, quer em eventuais ações de melhoria e conservação do bairro” (Pereira e Rebelo, 2013:64). Por outro lado, há também um forte desejo de mudança devido aos sentimentos de insegurança por parte de quem vive no bairro, mas para muitos, não há essa capacidade de mudança e de mobilidade social ou espacial, gerando um sentimento de frustração e de ‘obrigação’ a viver no bairro, num espaço social indesejado.

Tendo em conta a multiplicidade de identidades presentes nos bairros sociais, os indivíduos tendem a desenvolver uma identidade social positiva em relação ao grupo de pertença; não há, no entanto, uma reciprocidade entre os grupos, gerando uma falta de abertura e de tolerância. Segundo Pereira e Rebelo, os grupos minoritários “possuem identificações mais fortes em relação ao seu grupo, e há uma ligação mais forte do que aquela que acontece nos grupos minoritários” (2013:66).

No geral, os grupos étnicos e, em particular, os ciganos tendem a desenvolver um processo de aculturação, isto porque estão em constante contacto com a cultura maioritária, desenvolvendo assim uma identidade com traços de ambos os grupos, funcionando como uma estratégia de aproximação ao grupo da cultura maioritária. Isto não significa que o grupo étnico cigano não tenha uma valoração positiva em relação ao seu próprio grupo; muito pelo contrário, as festas, os casamentos, as comemorações, o apoio intergrupual em momentos de morte de algum elemento do grupo constituem estratégias identitárias que mostram o quanto os indivíduos ainda se encontram bastante conectados ao grupo étnico de pertença.

Estes aspetos positivos da comunidade cigana andam simetricamente alinhados com outros aspetos negativos: a questão educativa do precoce abandono escolar, as questões ligadas à sexualidade e ao papel dominador do homem em relação ao papel submisso da mulher, ainda bastante enraizados na própria socialização dos indivíduos.

Há ainda uma falta de integração socioprofissional positiva, fora das atividades tradicionais da comunidade cigana como as feiras, contrariamente aos portugueses não ciganos. Por outro lado, há uma maior valorização, por parte dos ciganos, da família e aos valores familiares, em relação aos não ciganos.

A habitação social tem alegadamente como objetivo a inclusão e deveria ser decisiva na integração social das famílias; no entanto, embora haja ferramentas para criar uma maior apoio na integração destas em vários níveis da sociedade, tal não acontece. Deveria haver uma aposta nas políticas sociais integradas “que respondam a múltiplas vulnerabilidades e não ignorem as expectativas (...) e evitar o conhecimento superficial sobre a população cigana e ter em atenção a não adesão a territórios exclusivistas em matéria de habitat” (Pereira e Rebelo, 1994: 69), que são o grupo que acaba por sair mais prejudicado em termos de integração, acabando por serem ainda mais estigmatizados.

4.4 A pobreza nos bairros sociais

Há uma outra problemática quando se fala de bairros sociais: a relação entre os moradores e o espaço habitacional. Ambigualmente ao que foi caracterizado, a falta de condições de habitabilidade do bairro não se traduz numa falta de gosto por parte dos habitantes do bairro em morar lá: a maioria dos habitantes dos bairros sociais afirma que gosta de viver no bairro, mesmo reconhecendo que o bairro tem uma série de défices e falta de condições, que levam a que os moradores não gostem tanto do bairro em que vivem.

São, todavia, as razões de ordem afetiva que levam os moradores a afirmarem que não mudariam de bairro e que gostam de viver no bairro, tal como Cardoso & Perista referem, no seu estudo sobre os bairros degradados em Lisboa: “as relações familiares e de vizinhança surgem valorizadas positivamente pelos moradores” (1994: 107), considerando que o bairro tem um bom ambiente.

Há um predomínio de atitudes positivas por parte dos habitantes do bairro. Cardoso & Perista explica este sentimento pelo facto de os indivíduos terem “padrões médios de conforto deficientes” (1994: 108) como quadro de referência, cujas origens são mais modestas, sendo que as condições atuais de habitação são melhores do que aquelas que outrora tiveram. A concentração de familiares no mesmo espaço pode contar também como um fator positivo, mas esta atitude de satisfação pode muitas vezes ser considerada como defensiva face a um meio envolvente mais hostil.

Os bairros sociais são a face sombria da pobreza na cidade. As famílias residentes nos bairros sociais, na sua grande maioria, vivem abaixo do limiar da pobreza, acumulando muitos outros *handicaps*: o desemprego massificado; as baixas escolarizações; vivem “na urgência de satisfazer o quotidiano” (Cardoso e Perista, 1994: 108) e as expectativas face ao futuro são muito baixas. Viver num bairro social, além de ser um indicador de pobreza, pode ser também um indicador de permanência na situação de pobreza, que se vai reproduzindo pelas gerações. Mais, viver num bairro social é ainda detonador de um preconceito social e ocasião de forte estigma, dificultando as relações com os serviços e habitantes da cidade para além do bairro.

Os bairros de realojamento agrupam um grande número de famílias pobres, com vários problemas sociais, o que, por si, dificulta bastante a tentativa de sair da pobreza, impedindo que estas famílias se integrem dignamente na sociedade.

CAPÍTULO V

Contextos e vivências num bairro social: as relações de vizinhança e o gosto pelo bairro

5.1 Caracterização sociodemográfica

A população dos bairros sociais caracteriza-se, de uma forma geral, por terem baixos recursos económicos e baixas qualificações, são sujeitos cuja capacidade de inverterem a situação de carência em que se encontram é quase nula e, dessa forma, são um grupo fragilizado e com grandes carências sociais.

No bairro social de Santa Tecla, os sujeitos sociais inquiridos têm idades compreendidas entre os 12 e os 82 anos, revelando atitudes, valores e opiniões bastantes diversificadas, sendo visível a diferença de opiniões entre as gerações. Na etnia cigana foram inquiridos quatro indivíduos entre os 12 e os 18 anos; 22 entre os 18 e os 65 anos de idade e quatro sujeitos com mais de 65 anos de idade. Na etnia não cigana foram inquiridos 21 indivíduos entre os 18 e os 65 anos de idade e 9 indivíduos com mais de 65 anos de idade. Denota-se, assim, uma maior tendência para os inquilinos não ciganos serem mais velhos em relação aos da etnia cigana. A mesma orientação encontra-se quando os indivíduos são questionados sobre a sua situação na profissão.

Quadro 3: Condição face ao trabalho por etnia

Condição face ao trabalho	Etnia		Total
	Cigano	Não Cigano	
Tempo Inteiro	0	3	3
Tempo Parcial	3	0	3
Desempregado	17	15	32
Desempregado à procura do 1º emprego	1	0	1
Estudante	1	1	2
Reformado	6	11	17
Total	28	30	58

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Do total dos inquiridos há 17 (%) que são reformados e 32 (%) desempregados, restando apenas 6 (%) de ativos. Existe um maior número de indivíduos reformados na etnia não cigana; por outro lado, há um maior número de desempregados na etnia cigana. Se, quanto ao número considerável de reformados, estamos perante situações de pessoas que já trabalharam nas suas vidas, o número elevado e respetiva taxa de pessoas desempregadas denota um elevado grau de fragilidade em relação ao mercado de trabalho, não se encontrando inseridos neste nem tendo, pelas entrevistas dadas, grandes perspectivas de a situação se alterar no futuro, dado que tal lhes escapa.

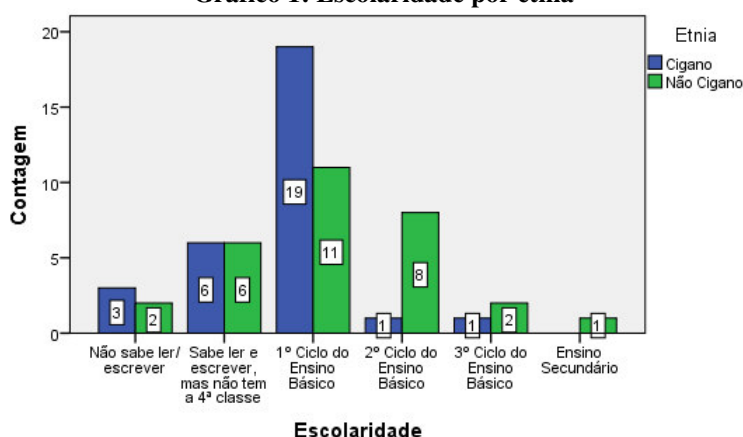
Relativamente aos indivíduos da etnia cigana que se encontram a exercer alguma atividade, esta é propriamente paralela ao mercado de trabalho: a venda ambulante ou a venda em feiras, sendo que parte dos indivíduos da etnia cigana que exerce esta atividade em economia informal, não declara amiúde o rendimento mensal total da mesma ou, simplesmente, não declara, o que ocorre aliás também entre não ciganos⁷.

O exercício da atividade de feirante é um dos fatores que evidencia o forte contraste socio-económico entre os grupos inquiridos. Enquanto os indivíduos não ciganos que exercem alguma atividade registam uma multiplicidade de ocupações (vigilante, empregada de limpeza e empregado fabril, foram alguns dos registados), os indivíduos da etnia cigana exercem apenas um único tipo de ocupação, já incorporada nos processos de socialização de toda a comunidade, incluindo as gerações mais novas que vão adquirindo esses hábitos, como pude constatar por via informal em conversa com os inquiridos. Porém, a venda ambulante não representa apenas uma fator distintivo da comunidade cigana, ela é também uma forma de contacto com o exterior e com o grupo dos não ciganos, facilitando assim a aproximação entre os grupos e abrindo caminho para um maior grau de interculturalidade.

A fraca inserção no mercado de trabalho por parte dos sujeitos sociais em idade ativa é agravada pelas baixas qualificações, como se pode observar pelo gráfico 1.

⁷ A definição de pobreza Alfredo Bruto da Costa baseia-se no facto de existir um conjunto de *handicaps* que contribuem para o facto de se ser ou não pobre, que à partida criam uma situação desigual entre os indivíduos: as habilitações, hábitos e comportamentos, o exercício dos direitos e dos deveres (que têm a ver com a liberdade efetiva do indivíduo) são um exemplo. Há também características estruturais que condicionam os indivíduos: estrutura social, económica e cultural. Uma das consequências mais visíveis da pobreza são as condições de vida dos indivíduos, as carências materiais, como a habitação, alimentação e vestuário, necessidades que consideramos básicas, um importante indicador da situação em que se encontram as famílias. As características estruturais são sempre condicionantes das características pessoais, estrutura essa que por si só cria desigualdade social: o acesso à educação é um exemplo prático de como o facto de se pertencer a uma classe vai determinar toda a trajetória do indivíduo, tendo em conta o pensamento weberiano.

Gráfico 1: Escolaridade por etnia



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Como se pode observar pela análise do gráfico 1, há uma predominância das baixas qualificações, com enfoque no 1º ciclo do ensino básico, em que dos sessenta indivíduos inquiridos, 67% possuem esse nível de escolaridade. Há uma tendência para os indivíduos não ciganos terem mais qualificações que os indivíduos da etnia cigana. Além disso, há um grande número de inquiridos cuja escolaridade não atingiu o 1º ciclo do ensino básico (28%).

Quadro 4: Escolaridade por sexo, etnia cigana

	Não sabe ler/escrever	Sabe ler e escrever, mas não tem a 4ª classe	1º Ciclo do Ensino Básico	2º Ciclo do Ensino Básico	3º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	
Mulheres	2	3	6	3	0	1	15
Homens	0	3	5	5	2	0	15
Total	2	6	11	8	2	1	30

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Observando o nível de escolaridade⁸ por sexo, na etnia cigana, é possível observar que as mulheres tendem a concentrar-se em níveis de escolaridade mais

⁸ A pobreza tem implicações nas condições de vida dos indivíduos, que os pode levar, como já foi referido, a situações de desigualdade e exclusão social. Há igualmente um ciclo vicioso na escolaridade. As baixas qualificações tendem a passar de geração em geração, embora esta tendência venha a diminuir. Tem-se baixas qualificações porque se é pobre (necessidade de entrar cedo no mercado de trabalho) e é-se pobre porque se tem baixas qualificações. Há nesta ideia de pobreza um determinismo estrutural, no entanto, este ciclo vicioso interrompe-se com a introdução de políticas públicas capazes de acabar com o problema das baixas qualificações, um sistema educativo capaz de integrar as crianças com menos recursos. Estes últimos, por força dos seus baixos rendimentos, consequência da baixa escolaridade, dos

baixos: enquanto os homens se concentram mais em níveis de escolaridade a partir do 1º ciclo até ao 3º ciclo, o número de mulheres da etnia cigana que sabem ler e escrever mas não concluíram a quarta classe ou que não têm qualquer tipo de escolaridade é de 7 em 18 casos (38%), uma percentagem considerável. Tal diferença já não é visível nos indivíduos da etnia não cigana. Apesar dos níveis de escolaridade permanecerem baixos, no grupo não cigano as diferenças não são tão visíveis, havendo poucas diferenças em todos os níveis de. A respeito destas diferenças entre homens e mulheres da etnia cigana, no que respeita à escolaridade, um inquirido mais jovem afirmava:

“É assim, quando eles chegam à fase da adolescência, quando as mulheres passam a ser mulheres, começam a abandonar os estudos... mas via-se mais antigamente, porque eles achavam que os estudos não eram futuro, os pais pegavam: feira! Faziam o quarto ano: feira! Trabalhavam e era isso...hoje nós mais jovens já vemos isso de outra maneira.” (Inquirido do sexo masculino, etnia cigana)

As diferenças na etnia cigana explicam-se pela socialização distinta conforme o género. Segundo Casa-Nova, “a socialização das crianças processa-se de acordo com papéis sociais tradicionalmente atribuídos aos diferentes elementos da comunidade” (2002: 81), sendo que esses papéis passam por uma distribuição patriarcal, em que o homem é a figura de domínio, na esfera pública, garantindo o sustento económico do lar; por outro lado, a mulher exerce uma figura de mãe e cuidadora do lar. Desde muito cedo, esta divisão de papéis é fomentada, sendo a mulher cigana criada e socializada tendo em conta um matrimónio, que, na grande maioria dos casos, se realiza mais cedo do que tarde, daí a pouca importância atribuída à escola por parte da etnia cigana tendo em conta este papel da mulher. No entanto, esta divisão de papéis não se encontra unicamente na comunidade cigana, Parsons teorizava acerca da socialização dos papéis sexuais na família nuclear, onde existem duas funções básicas na família moderna: a socialização e a definição de papéis, no caso dos filhos e dos pais, havendo uma distribuição de papéis diferenciados ao homem e à mulher: o papel instrumental e provedor do homem e o papel expressivo da mulher.

Questionada uma jovem cigana, com um bebé ao colo,⁹ sobre o seu trajecto escolar, ela manifestou que teria gostado de continuar a estudar, mas que com as tarefas

baixos salários, das baixas contribuições à segurança social e uma carreira contributiva curta. Os rendimentos, ou a falta deles, são a principal base da pobreza.

⁹ Ao aplicar o inquérito a esta jovem 19 anos, cujo nome evitei perguntar para manter o anonimato das respostas, ela vai respondendo, com a bebé ao colo. A meio do inquérito, a bebé começa a chorar, “*tem fome...*”, diz-me ela, e pede licença para dar de mamar à bebé, a que respondo: “esteja à vontade, eu

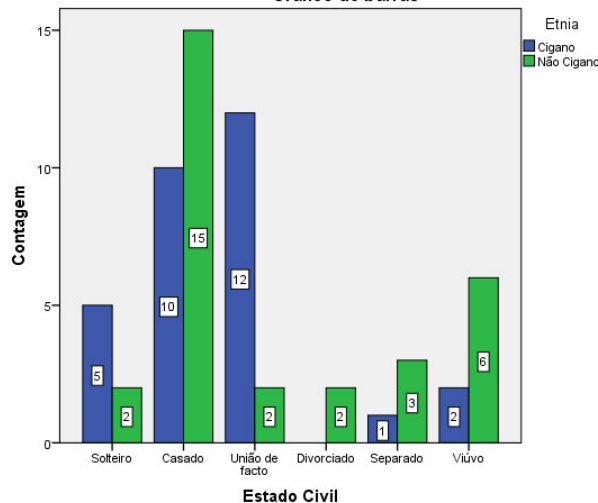
na casa não pôde; a seguir, refere que agora tinha a possibilidade de tirar uma formação à noite, mas, com as filhas pequenas, uma delas ainda bebé, não tinha possibilidade. Vivia com os sogros numa casa que não tinha mais de três quartos, numa casa onde vivem 7 pessoas, entre as quais uma adolescente, irmã do seu marido, e duas crianças pequenas, uma situação com responsabilidades na casa que não lhe permitiam continuar a estudar.

Contudo, esta tendência de abandono precoce da escola tem vindo a inverter-se, na medida em que a escolaridade, ao ser obrigatória até ao 12º ano, e tendo em conta que várias famílias ciganas vivem de rendimentos estatais, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção (RSI), a permanência dos filhos na escola revela-se imperativo, não obstante as taxas de reprovação serem elevadas e a assiduidade ser diminuta. Em várias idas ao bairro pude observar que havia um grande número de crianças em idade escolar que se encontravam a faltar às aulas, sendo que, nalguns casos, eram raparigas que estavam a faltar à escola para ficar em casa a cuidar dos irmãos mais novos.

No que concerne ao matrimónio, também há diferenças evidentes entre os grupos étnicos inquiridos, como é possível observar pelo gráfico 2:

tenho tempo”. Estávamos naquele momento à entrada do prédio, no bloco 3, e, naquele espaço sujo, com comida no chão, ela começa a dar de mamar à bebé, enquanto passa o seu sogro e a cumprimenta, dizendo-lhe que o almoço estava quase pronto. (...) Quando acabo o questionário, ela pergunta-me a idade, à qual respondo e ela acrescenta, parecendo vaga, que ela parecia ter mais dez anos do que eu. Senti que naquele momento se ergueu uma certa barreira cultural entre nós...Agradei-lhe a colaboração, continuei a conversar com ela, elogiando os olhos azuis da sua pequena bebé, ao que ela responde com algum sentimento de orgulho: “ninguém diria que ela é cigana”, por ser claramente diferente a todos os padrões de cor de pele, cabelo e olhos da comunidade cigana” (excerto do diário de campo)

Gráfico 2: Estado civil por etnia



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Há um maior número de casamentos no grupo dos não ciganos; porém, há mais uniões de facto na etnia cigana, menos divórcios e menos separações. Acresce no grupo étnico cigano a particularidade de a sua organização assentar intensamente nas relações de parentesco, uma vez que este “constitui uma forma de organização das relações sociais; porém, nas sociedades de organização estatal isso passou para segundo plano, enquanto que nas sociedades não estatais constitui a base da estrutura social” (Xunta de Galicia *in* Mendes, 2005: 132). No grupo étnico cigano o indivíduo está ligada às relações de parentesco e é com base nesse laço que se desencadeiam as suas relações sociais, os seus valores e as suas crenças, moldando desta forma a sua personalidade; e é “dentro do grupo que o indivíduo encontrará satisfação das suas necessidades físicas como afetivas (...), no grupo encontrará o seu núcleo básico de defesa e cooperação” (Mendes 2005: 134). Assim, não é de estranhar o pilar que a família representa como esfera mais valorizada, no seio da comunidade cigana, mais do que noutros grupos, organizados de outra forma, como o caso dos não ciganos.

O facto de existir um grande número de indivíduos em ‘união de facto’ prende-se com a premissa de que o casamento deve ser feito segundo a ‘lei cigana’, em que os rituais diferem dos que regem o casamento não cigano, sendo, por isso, um casamento não aprovado por lei, mas um casamento válido apenas na comunidade: “o casamento é um ato constitutivo do grupo familiar e das relações de parentesco, assumindo particular relevância na estruturação e coesão interna do grupo étnico cigano” (Mendes, 2005: 133), assumindo-se a endogamia como um dos principais mecanismos de regulação do

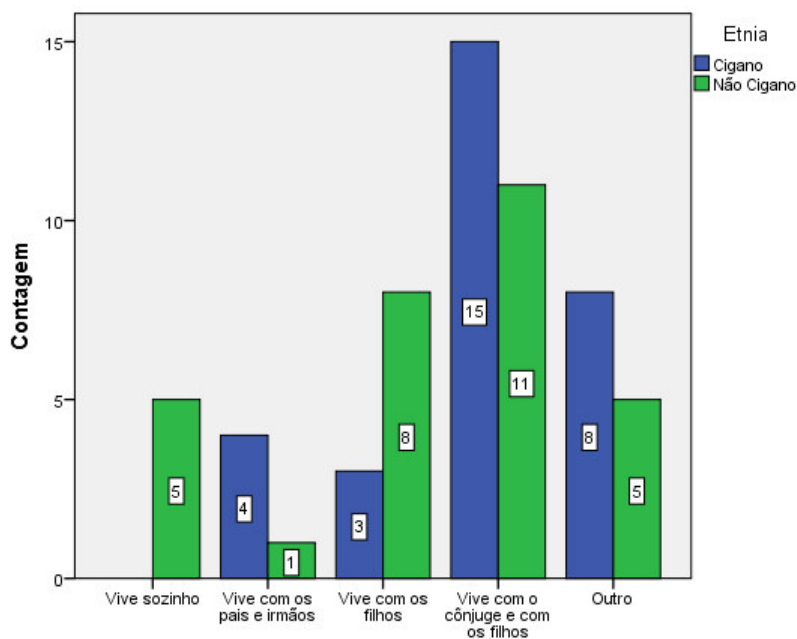
grupo cigano e da sua reprodução social e cultural. Não há, deste modo e em regra, uma formalização da união entre os dois sujeitos, através do registo civil ou adesão às tradições dos não ciganos: casamento religioso e civil.

A etnia cigana tem evoluído para uma organização familiar coincidente com a sociedade tradicional em que se insere, em que o núcleo-base é constituído por pai, mãe e filhos, tendo vindo a diminuir os casais com um grande número de filhos. No entanto, a importância da família na etnia cigana relaciona-se com o facto de ser no grupo familiar que assenta a sobrevivência do grupo étnico: “a unidade básica, normalmente constituída pelo homem, esposa e filhos, vai-se expandindo à medida que nascem mais filhos e estes crescem, convertendo-se então numa unidade de cooperação social e económica bem organizada. Os filhos, ao contraírem matrimónio, trazem as suas esposas para a casa do pai, ou constroem, alugam ou compram a sua habitação nova perto do lugar paterno” (Mendes: 2005: 95), atribuindo ainda mais importância ao grupo familiar como núcleo fundamental.

É de notar ainda que é escasso o número de casados que não têm filhos, no interior da comunidade cigana, sendo de referir que, relativamente a este estudo de caso, todos os casais têm filhos. O mesmo se pode verificar pela inexistência de casos de divórcio, ao contrário dos não ciganos, que já apresentam mais casos de divórcio e separações. Isto prende-se com o facto de o casamento, na ‘lei cigana’, implicar apenas a manutenção da relação, que se pressupõe duradoura e reconhecida por todos os familiares e membros da comunidade cigana. A separação definitiva apenas é possível quando seja provado que a mulher foi infiel ao marido. O casamento é assim uma forma de união entre famílias e manutenção da ‘pureza’ étnica, o que explica a pouca frequência na comunidade de casamentos exogâmicos ou interétnicos.

No que concerne os tipos dos agregados domésticos, a dimensão destes é também é um fator de diferenciação entre ciganos e não ciganos, tal como se pode ver pelo gráfico 3:

Gráfico 3: Constituição do agregado familiar



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

A primeira grande diferença que se pode concluir da análise do gráfico é o facto de existir um número pessoas isoladas a viverem nos bairros sociais no grupo dos não ciganos, enquanto que no grupo dos ciganos não há qualquer tipo de registo de indivíduos a viverem sozinhos. Na mesma ótica, há, no caso dos não ciganos, um elevado número de famílias monoparentais. Nos casos em que existe ‘outro’ tipo de agregado familiar, verificou-se, no caso do grupo étnico cigano, que o único agregado familiar existente, além dos apresentados, seria o de indivíduo a viver com a esposa e com os filhos na casa dos pais. No caso dos não ciganos, o único tipo de constituição de agregado familiar verificado, além dos apresentados, é o de casais sem filhos, a viverem sozinhos, acentuando assim a ideia de que os não ciganos fazem parte de agregados familiares menos numerosos e mais isolados. Pode-se concluir, em conformidade com o que foi dito anteriormente, que há uma maior valorização do núcleo familiar, por parte do grupo étnico cigano.

Quando inquiridos sobre a possibilidade de terem alguma atividade complementar, além da situação que declaravam, houve uma resposta diferenciadora em ambos os grupos: no caso dos não ciganos, não houve nenhum indivíduo a responder afirmativamente quando questionado se tinha alguma atividade complementar. No caso dos ciganos, já houve respostas positivas: dez em trinta afirmaram que tinham como atividade complementar à feira ou a venda ambulante. No entanto, os resultados não são os mais fiéis, na medida em que pude observar, principalmente no caso dos inquiridos

do sexo feminino que, apesar de afirmarem não terem qualquer atividade complementar, iam dizendo, em tom informal de conversa, que o marido ia para a feira, ou que o marido estava ausente porque estava na feira.

É preciso, contudo, ter em conta que os modos de vida dos ciganos e os seus perfis profissionais se pautam pela diferença em relação aos não ciganos. A feira ou a venda ambulante são vistas como atividades pouco legitimadoras e ainda marginalizadas. Embora a maior parte dos indivíduos ciganos receba pensões sociais (no caso dos reformados, uma reforma e, no caso dos adultos em idade ativa, o RSI), existem ainda alguns que continuam a exercer uma atividade profissional paralela e não declarada, por conta própria. Os ciganos, na grande maioria, dedicam-se à venda ambulante e acabam por agregar a maior parte dos membros da família, à exceção das mulheres, que ficam em casa a tomar conta das crianças e a tratar das lides domésticas, como pude observar durante a aplicação dos questionários. Apesar de trabalharem sem direitos sociais, pelo facto de não declararem os seus rendimentos e ainda receberem pensões sociais, os indivíduos da comunidade cigana podem assim acumular mais rendimentos, ao afirmarem que têm uma atividade complementar. Porém, a venda ambulante é uma atividade sazonal com lucros incertos e tem de haver sempre um investimento por parte dos sujeitos, o que impossibilita muitos de poderem fazer da venda ambulante uma atividade complementar. Por exemplo, uma das inquiridas afirmou: *“Eu já pedi um empréstimo a uns familiares para poder ir para a feira... sem isso não posso ir. Como é que vou investir no material para vender?”*

Face às dificuldades em obter empréstimos pelos bancos (uma das muitas percepções de racismo por parte dos ciganos), muitos vêm-se impedidos de dar continuidade ao negócio da família.

Os rendimentos, como consequência de atividades não declaradas, acabam por ser, tecnicamente, mais baixos. Quando questionados acerca dos rendimentos mensais auferidos pelos próprios e no total do agregado familiar, a maioria dos inquiridos foi hesitante em responder, por ser um tema mais do foro privado. No entanto, no caso dos não ciganos, as respostas foram mais assertivas e sem indecisões. Dos 60 inquiridos, 88% afirmaram que o seu rendimento mensal seria inferior a 475 euros; em relação ao rendimento mensal do agregado familiar, 45 (75%) inquiridos afirmam ter um rendimento de agregado familiar inferior a 475 euros; 10 (%) inquiridos afirmavam que o rendimento mensal do agregado familiar variava entre os 475 e os 600 euros. A maioria dos inquiridos recebia RSI; por outro lado, e no caso dos ciganos, havia os

rendimentos das feiras, embora não fossem contabilizados como ‘rendimentos mensais’, e havia ainda alguns casos em que havia uma acumulação das duas vias de rendimentos.

É possível deduzir, ainda desta forma, que no geral os rendimentos mensais são baixos e apenas o suficiente para manter um nível de vida decente, sem gastos supérfluos. Quando questionados sobre a percepção que tinham da sua situação económica, há uma ligeira discrepância entre ciganos e não ciganos: enquanto que entre os ciganos, no primeiro caso, a maioria considerava não ser ‘nem rico, nem pobre’ (46,7%), entre os não ciganos, segundo caso, a maioria percecionava a sua situação como ‘pobre’ (73,3%). Apenas uma minoria respondeu achar ser ‘muito pobre’ (10% em ambos os casos)¹⁰.

5.2 Contextos e vivências: o ‘gosto pelo bairro’

Os problemas de realojamento são resultado da pressão e mobilidades demográficas que se fazem sentir na cidade. Antes de surgirem os bairros sociais, as pessoas com mais dificuldades económicas tinham de encontrar solução de alojamento em barracas e casas precárias e de habitação lúgubre, muito pequenas para famílias tendencialmente numerosas. Proliferaram nas cidades os bairros de lata que careciam de condições higiénicas e sanitárias, constituindo assim uma forma ilegal de expansão da habitação.

Por volta dos anos 60, há um surto demográfico na cidade, fruto do êxodo rural e da industrialização recente que trazia para a cidade um grande número de indivíduos à procura de melhores condições de vida. Segundo Cardoso e Perista (1994), “regista-se uma tendência para este tipo de bairros surgir em terrenos expectantes, muito acidentados e de difícil acesso” (1994: 102), locais que foram ‘excluídos’ do processo de urbanização. Por outro lado, a falta de resposta dos governos em relação aos bairros de lata está patente no facto de eles, a dada altura, ainda existirem e as pessoas ainda não terem uma resposta às suas necessidades habitacionais. O crescimento das cidades não pode estar assim dissociado do crescimento dos bairros de habitação degradada, que mais tarde vão dar lugar aos bairros sociais.

¹⁰ Costa define pobreza como uma “situação de privação por falta de recursos” (Costa et al., 2011: 26). Privação pode ser entendida como uma carência de vários elementos importantes, como por exemplo, a alimentação e o vestuário, pois há uma falta de recursos, como nos indicam os autores. Recursos são todo um conjunto de bens e serviços disponibilizados pelo mercado e pelo Estado.

As populações mais pobres da cidade, mesmo quando são realojadas, são remetidas às zonas da cidade mais degradadas e periféricas, numa lógica de segregação espacial. A caracterização do espaço físico do bairro marca bem a diferença em relação ao resto da cidade: os espaços verdes são precários ou escassos, não há parques infantis ou, se existem, têm muitas deficiências ao nível da segurança; há uma relativa ausência de serviços e o lixo e as ervas são uma constante no espaço público do bairro. A forma como os bairros sociais se apresentam são uma clara evidência da falta de respostas objetivas por parte das entidades públicas quanto à população que confinam àqueles espaços. Marcados pela segregação, os bairros sociais são uma mera resposta física aos problemas da pobreza e um marco de exclusão e segregação espacial das classes de população mais desfavorecidas.

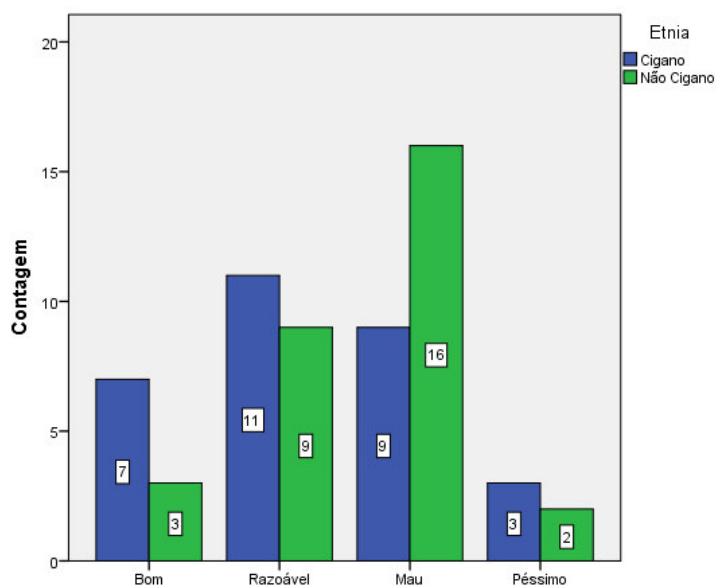
A consolidação dos bairros sociais levou a que estes realojassem um conjunto de população muito heterogénea, como são o caso dos bairros sociais de Braga. Entre os vários problemas que afetam os bairro de habitação, estão os materiais de baixa qualidade que são usados para a construção das habitações, a degradação evidente e a incapacidade de acolher famílias numerosas, havendo uma grande densidade de ocupação da habitação. Há uma grande limitação das famílias que vivem nos bairros sociais ao nível do alojamento, que se poderá traduzir noutras limitações, como sejam o nível da higiene e a manutenção do nível de habitabilidade das casas.

A mudança para o bairro, por parte de vários grupos de indivíduos, levou à necessidade de perceber como é que se processam essas mudanças e de avaliar se de facto houve uma melhoria das condições de vida dessas populações realojadas.

O bairro traz para os indivíduos realojados uma alteração nos modelos de *habitat*, há uma mudança nos estilos de vida e novas formas de apropriação do espaço como estratégia identitária por parte dos sujeitos sociais: “*por um lado, as características específicas destas populações, por outro lado, as características dos novos modelos de habitat (...) e as políticas e os princípios de realojamento empreendidos*” (Pinto: 1994: 36).

Uma das questões relevantes consistia em saber até que ponto e a que níveis os inquiridos gostavam e aceitavam de forma positiva a vivência no bairro, assim como a convivência com outros grupos. Assim, quando questionados sobre como classificariam o ambiente do bairro, as suas respostas foram vertidas no gráfico 4:

Gráfico 4: Ambiente do bairro

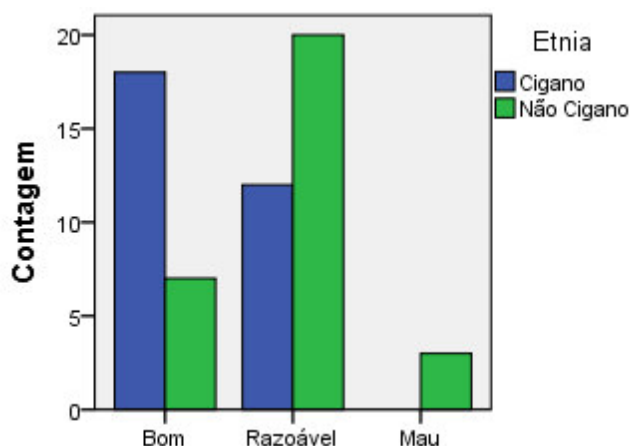


Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Conforme se pode ver no gráfico 4, a maioria dos inquiridos da etnia cigana situa a sua opinião entre o ‘razoável’ (37%) e o ‘mau’ (30%), não havendo uma atitude geral de negação ou aceitação, uma vez que sete inquiridos responderam que achavam o ambiente do bairro ‘razoável’. Por seu turno, os inquiridos não ciganos mostram uma atitude ligeiramente diferente, de carácter mais negativo: a maioria das respostas situa-se entre o ‘mau’ e o ‘razoável’.

Por outro lado, importava também perceber como é que os próprios inquiridos classificavam o ambiente com os seus vizinhos. Como foi possível observar na primeira parte desta análise, os quatro blocos habitacionais mostram uma clara mistura entre ciganos e não ciganos no que respeita à atribuição dos fogos, não havendo evidência de qualquer bloco exclusivo a determinado grupo. A convivência entre os grupos, no dia-a-dia, é grande, mas nem sempre o espaço habitacional é sinónimo de convivência, como foi possível observar pelas respostas dos indivíduos e por conversas informais mantidas e recolhidas dos moradores do bairro.

Gráfico 5: Ambiente com os vizinhos



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Pela observação do gráfico 5, é possível perceber que, no geral, há uma atitude positiva nas relações de vizinhança entre os ciganos e os não ciganos. Apenas se registam três respostas negativas, sendo essas por parte do grupo dos não ciganos. Contudo, e principalmente no caso dos inquiridos ciganos, as relações de vizinhança são também relações familiares, uma vez que há muitos indivíduos da mesma família a viver na mesma entrada ou noutros blocos habitacionais do mesmo bairro. Entre inúmeras manifestações sobre as relações de vizinhança, podemos apontar algumas tais como:

“Uma relação boa... Aqui na entrada são quase todos familiares diretos e com as pessoas que não são ciganas ainda melhor” (mulher, etnia cigana, doméstica, 28 anos)

“Eu moro aqui há trinta e quatro anos, sempre nos demos bem com os vizinhos... nunca houve confusões”...(homem, etnia cigana, desempregado, 37 anos)

“São boas. Eu falo enquanto a mim, dou-me com todos os vizinhos aqui no bairro” (homem, etnia cigana, feirante, 39 anos)

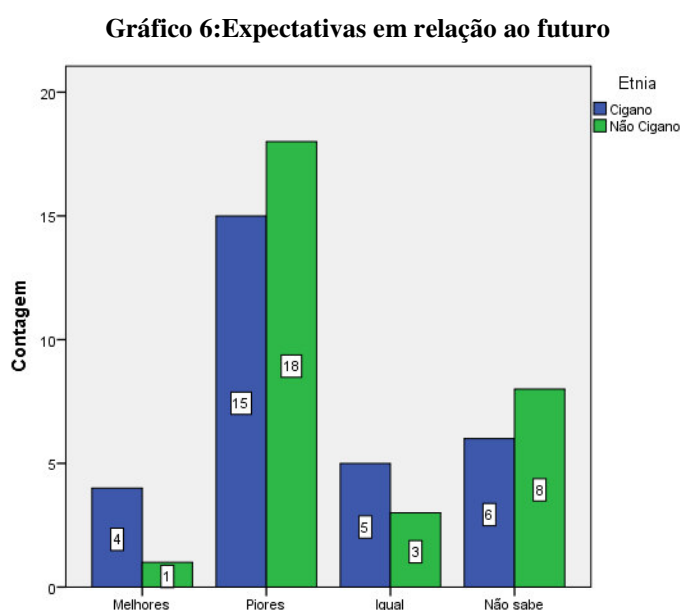
“Eu digo precisamente entre os ciganos e os não ciganos, porque confusão com os ciganos é banal! [risos] Porque os vizinhos banais ciganos a gente dá-se bem, agora os latinos é que a gente fica assim um bocado... [expressão reticente] mas graças a Deus, que eu saiba, nunca houve confusões.” (homem, etnia cigana, desempregado, 46 anos)

Denota-se ainda um certo afastamento relacional entre o grupo dos ciganos e dos não ciganos. Mesmo não havendo uma atitude negativa geral de preconceito e racismo em relação à partilha do espaço habitacional entre os grupos, denota-se, por parte da etnia cigana, ainda um certo afastamento dos não ciganos. O mesmo se verifica inversamente. Enquanto aplicava questionários aos não ciganos, foi possível observar

diversos sentimentos de precaução em relação às respostas que poderiam dar: “Menina, vamos mais para este cantinho para ninguém nos ouvir”.

Esta prática do secretismo foi visível apenas no grupo dos não ciganos, mostrando-se desconfiados sempre que vinha a pergunta seguinte, com receio de dizerem algo que pudesse “*ser mal interpretado*”, numa atitude clara de medo para com os ciganos: “*Nunca se sabe o que eles vão pensar... são desconfiados...*”.

Apesar de não haver uma atitude negativa no que diz respeito à relação com os vizinhos, há ainda bastante afastamento entre os grupos, sem haver um interconhecimento de práticas e valores, atitudes que quase sempre conduzem a um racismo velado, como será desenvolvido mais à frente. Há, contudo, uma tendência negativa para caracterizar o ambiente do bairro, sendo mesmo que muitos dos inquiridos não têm grandes expectativas em relação ao futuro no bairro, tal como se pode ver no gráfico 6:



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

A grande maioria dos inquiridos assume que as expectativas em relação ao futuro do bairro são ‘piores’, sendo que problemas como a droga, o barulho constante e a criminalidade, indutora do medo, que se vai observando, levam os indivíduos a assumir uma grande descrença no bairro.

Apesar de não haver grande confiança em relação ao futuro no bairro, os inquiridos ciganos, quando questionados se gostariam de viver num bairro apenas para população cigana, as respostas foram unânimes: 83% responderam que não. Isto prende-se com a forma como os ciganos percecionam a discriminação a que são sujeitos pelo

facto de viverem num bairro social. Muitos responderam que antes, no bairro, “*havia mais não ciganos do que não ciganos*” e isso leva a que as pessoas “*da cidade*” pensem que o “*bairro está a ser deixado para os ciganos*”.

“Havia mais moradores não ciganos do que ciganos... E depois a Bragahabit começou a aumentar a renda aos não ciganos, para quê, para irem-se embora... Isso foi uma estratégia. Então, para não pagarem 250 euros por esta casa, pagam mais 100 euros, pago 300, vou para aqui para baixo, vou para um apartamento e morar longe dos ciganos... Foi a lógica... Vamos deixar o bairro para os ciganos.”¹¹ (homem, etnia cigana, 20 anos, desempregado)

“Mas é que foi exatamente isso!”- confirma outro inquirido ao ouvir a conversa com o inquirido anterior (homem, etnia cigana, desempregado, 37 anos)

“Aqui havia mais pessoas não ciganas, com o apoio social isto era cinquenta-cinquenta... ou melhor, era mais sessenta da vossa parte e quarenta nossos, mas muita gente foi saindo daqui (...) foi saindo daqui porque quiseram, sentiram-se fartos do barulho que havia por causa dos tóxicos¹², e agora há mais ciganos do que não ciganos e eu não gosto de viver assim.” (mulher, etnia cigana, doméstica, 30 anos)

Apesar de a maioria dos inquiridos assumir atitudes normalizadas em relação ao ambiente com os vizinhos e ao ambiente do bairro, contudo, um grande número de indivíduos mostra desagrado com o barulho constante; 80% dos inquiridos ciganos afirma que o bairro é um local barulhento; os não ciganos estão de acordo com a afirmação também na sua grande maioria, igualmente 80%.

Uma das razões, e talvez a principal, pelo excesso de barulho no bairro é a criminalidade de qual este padece: os inquiridos queixam-se dos drogados que ficam até tarde nas ruas a traficar ou a drogarem-se, causam imenso barulho e são uma má influência para as crianças. Medo e insegurança foram as palavras mais usadas quando os indivíduos foram questionados se achavam que o bairro tinha excesso de criminalidade: 70% dos inquiridos ciganos responderam que estavam ‘de acordo’ com a afirmação e apenas 20% responderam ‘por vezes’; no caso dos não ciganos, 80% responderam afirmativamente e 13.3% respondeu que ‘por vezes’. Há um sentimento geral de insegurança e medo por parte dos habitantes do bairro, porque, como os próprios indicaram, o tráfico e o consumo de droga é feito por pessoas externas ao bairro, mas que recorrem àquele espaço, no final do dia e muitas vezes mesmo durante o

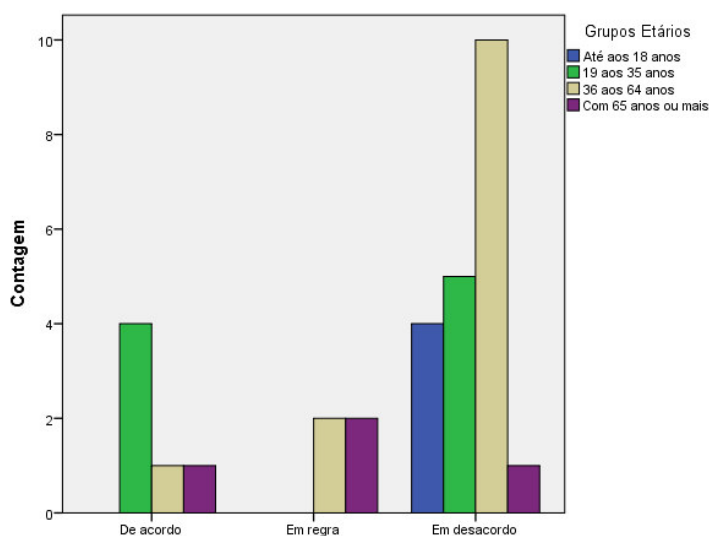
¹¹ Quando contactei a Bragahabit em relação a esta questão, a justificação dada tem que ver com o rendimento dos moradores do bairro. Os não ciganos têm tendência a ter rendimentos mais altos e a renda é calculada pelos rendimentos. A renda dos não ciganos é mais alta do que a renda dos ciganos porque estes não têm rendimentos declarados, e como as rendas são mais altas, optam por alugar apartamentos noutros locais da cidade, fora dos bairros sociais.

¹² Referindo-se aos drogados.

dia, para o consumo e venda de certos estupefacientes. Não houve nenhuma responsabilização, por parte de ambos os grupos de inquiridos, deste fenómeno aos habitantes do bairro, afirmando que são os outros de fora que causam a má imagem do bairro.

Da mesma forma que há um certo desgosto por viverem num local marcado pela violência e práticas criminosas, os inquiridos acabam por ter um sentimento negativo ao caracterizar as vivências no bairro, acabando fazer com que não haja gosto em lá viver. O espaço do bairro apresenta-se degradado e com poucas infraestruturas de lazer; as entradas, bastante sujas e com maus cheiros; o lixo no chão é uma presença constante; aliado a estes problemas físicos, há a criminalidade, que gera uma grande frustração aos habitantes do bairro por lá morarem. Assim, 66.7 % dos inquiridos ciganos estão em ‘desacordo’ com a afirmação ‘o bairro é um local bonito e limpo’, 20% está de acordo e 13.3% afirma que ‘em regra’, o bairro é um local bonito e limpo. Apesar de a tendência das respostas ser negativa, a atitude de desagrado não é geral. Se analisarmos por grupo etário, já se registam diferenças significativas.

Gráfico 7 – O bairro é um local bonito e limpo?



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Pela observação do gráfico, é possível assinalar que os inquiridos até aos 18 anos estão todos ‘em desacordo’ quanto ao facto de o bairro ser um local bonito e limpo, sendo também que a grande maioria dos inquiridos entre os 36 e os 64 anos partilham também do mesmo desagrado, embora existam algumas respostas dicotomizadas; na faixa etária entre os 19 e os 35 anos não há uma clara diferenciação de respostas, embora estas se inclinem mais para estarem em ‘desacordo’ quanto à

afirmação em questão. A geração dos mais idosos estão mais em concordância quando ao facto de o bairro ser um local bonito e limpo. Denota-se, embora não de forma totalmente elucidativa devido ao tamanho da amostra, que há uma tendência dos mais novos a não gostarem do aspeto físico do bairro, sendo que os mais velhos já têm atitudes mais passivas.

No grupo dos não ciganos, não houve qualquer resposta positiva no sentido de percecionarem o bairro como um local bonito e limpo: 73.3% estão em desacordo em relação à afirmação e 26.7% dizem que, em regra, o bairro é um local bonito e limpo. Há, assim, uma diferença de opiniões entre os grupos de inquiridos quanto à satisfação do espaço físico do bairro.

Apesar de acharem o espaço físico do bairro como feio e admitirem sentimentos de medo e insegurança, 53.3% dos inquiridos ciganos acham que o bairro tem ‘má fama’, 20% acham que o bairro “não tem má fama” e 26.7% acham que o bairro tem má fama em ‘alguns aspetos’, nomeadamente a presença do mercado da droga no bairro e a forma como alguns jornais noticiam episódios do bairro, de forma tendenciosamente negativa. Por outro lado, entre os inquiridos não ciganos há uma 66.7% destes que consideram que o bairro tem “má fama”, uma maior percentagem que entre os ciganos, embora a atitude em relação a este tema não seja muito diferente dos inquiridos não ciganos. Com efeito, os inquiridos não ciganos referem que o bairro tem má fama ‘em alguns aspetos’, afirmando as mesmas razões: criminalidade e droga, as quais geram uma imagem negativa do bairro no exterior. Assim sendo, quando questionados sobre se os jornais contribuíam, na sua opinião, para o preconceito para com os habitantes do bairro, as respostas não foram consensuais: 46.7% dos inquiridos ciganos não concordam com a afirmação e apenas 20% acham que os jornais realmente contribuem para o preconceito para com os habitantes do bairro. Entre os inquiridos não ciganos 6,7% concordam ainda menos com a afirmação, verificando-se, no entanto, 53,3% que consideram que os jornais contribuem ‘em parte’ para esse preconceito.

Acerca de o bairro ter ‘má fama’, alguns inquiridos afirmaram que, acentuando-se o peso das notícias não esclarecedoras sobre os crimes que aconteciam no bairro, criam uma imagem negativa dos moradores, fora do bairro.

“As pessoas dizem que isto é um bairro problemático, mas não é... deve ser porque uma porta ou outra vende droga. Acha o bairro problemático? Não é problemático, quem vive cá o dia-a-dia não é, é um bairro como os outros, só que tem má fama!” (mulher, não cigana, desempregada, 56 anos)

“Os toxicodependentes vieram para cá e o bairro ficou com má fama... vinham de todos os lados. Nunca informaram o povo de Braga que quem roubava no bairro não eram os moradores do bairro...mas nunca achei o bairro problemático, porque eram os de fora que roubavam.” (homem, não cigano, desempregado, 45 anos)

Os problemas da delinquência e criminalidade são aqueles que mais preocupam os habitantes do bairro e, se há algo que provoca imagem negativa do bairro no exterior, é o constante tráfico de droga que existe. Curiosamente, alguns dos inquiridos não ciganos tinham familiares que estavam a recuperar de problemas de toxicodependência ou outros que já tinham sucumbido à droga. Ao serem aplicados os inquéritos, os temas da droga, da criminalidade e da insegurança foram sempre o principal objecto de conversa mais assinalado. A este respeito se posicionaram vários inquiridos:

“Aqui há muitos drogados, não é?! Não há sossego, às vezes queremos ter um bocado de sossego e não temos, porque há drogados. Há de tudo, aqui há uma mistura muito grande...” (homem, não cigano, desempregado, 48 anos)

“Viver no bairro é isso... é a droga e o barulho” (homem, etnia cigana, feirante, 29 anos)

“O bairro em si tem tudo para uma pessoa habitar e ser feliz aqui, tem tudo...era só mesmo ter segurança! (mulher, não cigana, desempregada, 39 anos)

“Era muito bonito, não tem explicação, foi um tempo muito bonito aqui passado. O que estraga aqui tudo são as drogas, dão cabo do bairro...” (homem, etnia cigana, feirante, 51 anos)

Muitos foram os inquiridos que diziam que “*antes era diferente*”. Embora não tendo no questionário uma questão diretamente relacionada com o passado no bairro e embora não tenha o espaço para abrir esta discussão, questionei de forma informal como é que os indivíduos caracterizavam a vivência no bairro ‘antes’. A maioria tem uma memória positiva, ou da sua infância no bairro (tenho em conta os inquiridos até aos 35 anos), ou da mudança para o bairro (neste caso, os inquiridos mais velhos, que vivem no bairro praticamente desde que ele foi construído). Há uma caracterização do bairro como “bonito” de forma bastante repetida, de tempos “felizes”. Apenas um inquirido referiu como se caracterizava a sua vida antes de ir para o bairro e de forma muito breve:

“Eu vivia na ponte de S.João, nasci na ponte de S. João, onde era a central elétrica (...) vivíamos mesmo ao lado mas nunca vivemos em barracos, vivia em casa, só que viemos para aqui porque havia melhores condições... depois viemos para cá... e cá fiquei. Vim para aqui tinha oito anos de idade...” (homem, etnia cigana, feirante, 49 anos)

Os primeiros tempos de vivência no bairro foram sempre caracterizados de forma bastante alegre e positiva. A palavra ‘união’ aparece também muitas vezes referenciada. Os inquiridos assinalam que, nos dias de hoje, essa união já não está tão presente e reservam-se mais ao espaço da casa, tal como refere um dos inquiridos: “*Era mais bonito, havia mais união...*” (identificar). E um outro contextualizando algo mais:

“Antes não existiam residenciais, não passavam carros, era uma estrada fechada, era tudo campo (...) era muito melhor, porque as crianças tinham mais espaços para brincar. Desde que abriram aqui esta avenida principal deixou de haver crianças na rua e é preciso ter muito cuidado porque não é por acaso que, em trinta e dois anos, houve aqui catorze atropelamentos” (homem, etnia cigana, desempregado, 35 anos)

Apesar dos problemas que o bairro transporta consigo, dentro do quadro já descrito, há uma clara diferença entre ciganos e não ciganos: a vontade de permanecer no bairro. Mesmo não gostando do aspeto físico do bairro e dos problemas criminais que este padece, a maioria dos inquiridos ciganos (63.3%) afirma que gosta de viver no bairro porque foi lá que constituiu família ou é no bairro que tem a maioria dos seus familiares. Esta rede familiar, também ela de solidariedade, não está presente nos inquiridos não ciganos, sendo, por isso, que 86.7% afirmam estar em desacordo com a afirmação “gosto de viver no bairro porque foi aqui que constituí família”. Não há praticamente nenhum inquirido não cigano que concorde com a afirmação. Como já foi dito anteriormente, é a coesão do grupo familiar que assegura a sobrevivência do grupo étnico, neste caso em particular, o grupo étnico cigano. Esta força das relações familiares já não é tão evidente no grupo dos não ciganos, apesar de a probabilidade de terem familiares no bairro ser muito menor, não são famílias numerosas e extensas e o núcleo familiar resume-se aos pais e filhos.

Apesar de se registar uma maior força das relações familiares por parte da etnia cigana, quando lhes foi pedido que se posicionassem face à questão “mesmo que pudesse, não saía do bairro”, apenas 30% disseram que estavam de acordo, registando-se um maior número de respostas “em parte de acordo”. A família é a única razão que conecta os indivíduos ao bairro, porque os restantes problemas fá-los questionar sobre como seria viver fora do bairro. Há, porém, uma minoria entre os inquiridos ciganos que preferia sair do bairro por ser objecto de discriminação, tal como o exprimiu um deles: “*Estou farto de viver cá, não é pelo barulho... eu por vezes até estranho quando há silêncio cá, mas queria mudar daqui, por muita coisa... por muita coisa mesmo...*”.

Aqui pela explicação subsequente denota-se um certo sentimento de desgosto : o facto de viver num bairro social significar, para o sujeito inquirido, um sentimento de discriminação, e não tanto pelos aspetos estruturais do bairro, que acabam por adquirir uma menor dimensão.

Relativamente aos inquiridos não ciganos, estes mais uma vez registam uma diferença substancial em relação aos ciganos e, perante a mesma afirmação, 83.3% responderam que estavam em desacordo, sendo evidente, por parte deste segundo grupo, uma maior vontade em abandonar o bairro.

Todas estas questões e respostas anteriormente analisadas levam a questionar a diferença de atitudes face ao gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. Conclui-se que há uma discrepância entre o nível de satisfação pela casa e o nível de satisfação pelo bairro, em detrimento do último. Quando os indivíduos mudam para os bairros sociais tendem a adquirir um maior gosto pela casa, tendo esta um nível de satisfação positivo em relação ao espaço anterior em que os indivíduos habitavam. Os níveis de satisfação pela casa podem ser explicados pelo facto de as famílias registarem uma melhoria notável nas condições de vida habitacionais em relação às anteriores, criando um elevado nível de satisfação pela nova casa. As condições de precariedade das habitações anteriores e a incapacidade manifesta de os indivíduos saírem da situação em que se encontram, por si próprios. No entanto, tal não significa que o novo espaço de *habitat* e as políticas sociais de realojamento sejam, de todo, eficazes e atinjam um elevado nível de satisfação, havendo uma sobrevalorização do novo espaço habitacional pelo simples facto de os sujeitos possuírem uma casa – “o bairro recolhe com proveito os efeitos da mudança de casa” (Pinto, 1994: 37).

Para além destes fatores que contam com uma apreciação positiva, há um nível de insatisfação pelo espaço do bairro, uma vez que sentem negativa e estigmatizante o facto de se viver num bairro social, causando um sentimento de insegurança e consequências na identidade dos indivíduos, tais como os problemas da droga, tantas vezes referido pelos inquiridos.

Se tivermos em conta o perfil social da população-alvo das políticas sociais de realojamento, existe um grande nível de baixa escolarização e percursos profissionais pobres ou inexistentes, aliados a baixos recursos económicos e sociais, gerando assim uma situação de exclusão social. Os indivíduos acabam por interiorizar as condições difíceis de vida a que estão sujeitos, havendo poucas reais possibilidades de mudança de estilo de vida e do próprio bairro, anulando qualquer tipo de expectativas em relação ao

futuro. Cria-se, deste modo, por parte dos indivíduos, um sentimento de aceitação e conformidade pela condição estigmatizante em que se encontram. O acesso a uma casa é, na maioria dos casos, o único projeto de vida dos indivíduos, não sendo de estranhar o facto de esta ser um objeto de investimentos por parte dos inquilinos: há um grande apetrechamento da casa, que ‘suga’ todas as poupanças dos indivíduos, mesmo tendo em conta que a casa não lhes pertence de facto. A casa é o principal palco da vida quotidiana e é em torno da questão da habitação que a vida dos indivíduos se vai centrando, daí o grande nível de satisfação destes para com a casa.

Este forte desejo por ter uma casa acaba por ter um efeito de absorção, limitando desta forma as aspirações dos indivíduos a outro tipo de projetos de vida e gerando um maior nível de satisfação com a casa do que aquele que é real, tendo em conta a casa atribuída, assim como a sua confinção ao espaço do bairro. No entanto, é necessário ter em conta que as aspirações e o nível de satisfação não devem circunscrever-se ao facto de o indivíduo possuir uma casa. Devem ser também tidos em conta os modelos habitacionais, aos quais são destinados os sujeitos sociais, uma vez que estes modelos são muitas vezes limitados sob o ponto de vista social e apresentam-se apenas como soluções públicas para os problemas da pobreza: “a satisfação residencial estritamente correlacionada com as expectativas que a população manifesta. Quanto mais reduzidas forem estas expectativas, menores as exigências e maior a adequação da casa ao projetado e ao desejado” (Pinto, 1994: 18). Em relação a este aspeto – o gosto pela casa – um inquirido dizia:

“Isto são casa)s iguais às outras e têm melhores condições que certos apartamentos cá da cidade de Braga. Não têm as condições que a gente tem, não têm o espaço de sala que a gente tem, não têm o espaço de quartos que a gente tem, não têm a cozinha que a gente tem. (...) E o luxo, o luxo que os ciganos têm dentro das suas casas” (mulher, etnia cigana, doméstica, 30 anos)

“É igual às vossas casas, o fruto do trabalho deles [dos ciganos] é investido no conforto da casa...” (homem, etnia cigana, feirante, 51 anos)

Denota-se uma sobrevalorização do espaço da casa e um reconhecimento que há um grande investimento nesta, por parte da comunidade cigana. Os mais novos são aqueles que têm um maior desejo de mudança para fora do bairro, convivendo com outras realidades urbanas que não o espaço a que foram confinados pelo poder local, como foi possível concluir pelos resultados anteriormente descritos.

O “desgosto pelo bairro” manifesta-se no facto de haver uma interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante, face aos olhos da cidade, os preconceitos dos quais são ou julgam ser-alvo, levando a um sentimento fortemente negativo por parte dos indivíduos pelo simples facto de viverem num bairro social. Este *handicap* conduz à criação de um conjunto de identidades negativas, uma apropriação do espaço restritiva, havendo uma menor capacidade de enraizamento por parte dos sujeitos sociais, gerando mesmo, na maior parte dos inquiridos, uma vontade de mudança para fora do bairro. É partindo deste pressuposto que se questiona a eficácia das políticas sociais de realojamento.

Se tivermos em conta que num bairro social geralmente há mais do que uma etnia, todas têm em comum o facto de ser excluídas e estigmatizadas, com baixos recursos económicos e qualificações profissionais, o que as coloca na mesma condição social face ao poder público como objeto de exclusão. Assim, a grande insatisfação e imagem negativa do bairro tem a ver com “*a própria composição dos bairros sociais e as suas dinâmicas de graves patologias sociais, como a droga, o mau ambiente e a falta de segurança, geradoras de uma representação sobre uma marginalidade assumida*” (Pinto, 1994: 39).

Há uma tendência a dar mais importância, por parte dos indivíduos, aos problemas sociais do que aos problemas ambientais e urbanísticos do bairro, ou seja, há um maior nível de insatisfação na própria lógica de funcionamento do bairro e nas suas dinâmicas sociais, que são produtoras das imagens negativas do bairro em relação ao resto da cidade. Isto vai trazer consequências para o bem-estar, identidade e relações sociais dos habitantes do bairro, gerando um grande nível de insatisfação. A imagem negativa que os habitantes do bairro transportam consigo de outros locais onde tenham estado agravar-se-á nesta nova conjuntura.

A precariedade habitacional vai resultar também noutra tipo de precariedade, ou seja, “ao nível do consumo material, educacional e cultural, que convertem estes grupos em objetos privilegiados de exclusão social” (Pinto, 1994: 40). A mudança de casa levou também a um maior isolamento familiar e a uma falta de controlo sobre as regras do novo espaço habitacional. Deste modo, os indivíduos criam um maior sentimento de insegurança, o que vai trazer consequências ao nível das identidades, afetando-as negativamente e condicionando também novas sociabilidades ao nível local, embora este fator seja mais evidente no grupo dos não ciganos, cujos laços familiares, na sua maioria, estão fora do bairro.

A mudança para um novo espaço habitacional e a reformulação da identidade dos indivíduos traz consequências para a formação de sociabilidades com os restantes habitantes do bairro. Estas vão consecutivamente perder o seu peso, fazendo com que as famílias se confinem ao espaço físico da casa, dificultando o processo de enraizamento no bairro. Segundo Pinto (1994), isto é consequência de dois fatores:

“o próprio processo de realojamento, ao não manter para a maioria da população realojada os mesmos vizinhos implicou o dismantelar de antigas e sedimentadas relações de vizinhança; por outro lado, a mudança para novas morfologias e novos modelos habitacionais, as quais são por si só pouco estimulantes de sociabilidades intensas” (1994: 40).

Em suma, há um menor peso das relações de vizinhança no novo modo de vida destas populações. As redes de sociabilidade tornam-se pouco diversificadas e reduzidas ao espaço do bairro, aumentando assim as discrepâncias com o exterior, aumentando mais o fosso que existe entre a população do bairro e os outros moradores da cidade. Os indivíduos fecham-se, as relações sociais são diminutas e os laços que criam segurança para com os outros habitantes do bairro não existem. Neste contexto, ganham importância as relações familiares, cujo carácter afetivo é sobrevalorizado, fazendo com que a constante construção de identidade do indivíduo seja afetada, por estar fechado a outras redes de sociabilidade, para além da família. Por outro lado, a falta de equipamentos de lazer no bairro reforça ainda mais o isolamento: não há parques para as crianças brincarem nem espaços comerciais que sirvam de ponto de encontro ou qualquer outro tipo de infraestruturas de carácter cultural.

Quando questionados sobre como avaliavam os espaços de lazer do bairro, apenas 20% dos inquiridos ciganos afirmam serem ‘bons’, havendo uma maior percentagem nos outros níveis de resposta, de tendência mais negativa: 33.3% respondem ser razoáveis, 20% dizem ser “maus” e 26.7% acham ser ‘péssimos’. No caso dos não ciganos, apenas 3.3% dizem ser ‘bons’, havendo uma maior percentagem de respostas a afirmarem que os espaços são ‘maus’ (43.3%).

Quando questionados sobre o que gostariam de ver no bairro, que ainda não exista, ao nível do lazer, a maioria das respostas dos inquiridos baseava-se na falta de parques infantis e espaços verdes. Muitas vezes a questão da limpeza dos bairros também foi sugerida, embora não tenha diretamente que ver com os espaços de lazer; no entanto, é um dos fatores que mais incomoda os indivíduos.

As queixas de muitos dos inquiridos referiam a falta de infraestruturas de lazer, a falta de limpeza do bairro e das entradas e a degradação física do bairro, situações estas

que eram consequência da falta de uma associação de moradores que fizesse a gestão dos condomínios. Assim, 83.3% dos inquiridos ciganos afirmaram que não existe uma boa gestão dos condomínios e os restantes afirmaram que, embora houvesse, tal prendia-se com os sistemas informais entre os moradores no sentido de manter as entradas limpas, sem nunca haver uma organização propriamente dita. Da mesma forma, 80% dos não ciganos afirmaram não haver qualquer organização formal na gestão dos blocos habitacionais. Apesar de ser um projeto a aplicar futuramente pela Bragahabit, a realidade é que a falta de organização na gestão dos condomínios gera situações de descontrolo no que diz respeito à limpeza e manutenção dos espaços físicos do bairro. Um dos inquiridos afirmava a este respeito:

“Eles comem tudo! ¹³(...) Não existe uma associação de moradores, a Bragahabit podia criar e não existe... isto é da Bragahabit, não é nosso... podiam existir espaços verdes para as crianças. Não existe nada, absolutamente nada! Não temos portas nas entradas, faz falta uma associação de moradores e assim havia mais organização. De vez em quando não temos caixas de correio. Porquê? Não temos parque infantil ou espaços verdes para as crianças. Porquê? Porque não existe uma associação de moradores. (home, etnia cigana, desempregado, 20 anos)

Assim, as características morfológicas dos bairros conduzem a um maior isolamento destas populações, tal como refere Pinto (1994:41):

“o alojamento social (...) poucas vezes garante a desejada integração social: construção em zonas periféricas por relação aos centros de vida social e económicos construídos, carácter descontínuo da construção em relação à malha urbana envolvente (...) de onde se excluem outras dimensões da vida social como o trabalho, o lazer ou o consumo”.

Neste quadro fica em causa a possibilidade de haver uma apropriação de outros espaços e de lidar com outros contextos e realidades. No entanto, o realojamento também se traduziu nalguns aspetos positivos: visível melhoria das condições de habitação; conquista de uma casa mais digna, cuja ação própria dos indivíduos conseguiria solucionar; e reinvestimento feito na casa e nas relações familiares.

5.3 As relações de vizinhança – processos de estigmatização e racismo

No dia-a-dia do bairro e da vida quotidiana, há situações de conflitualidade, dominação e discriminação entre os grupos sociais. O grupo dos ciganos está caracterizado pela falta de mobilidade social, resultado da dominação exercida pelos grupos pertencentes à cultura maioritária. Sendo o bairro social de Santa Tecla um

¹³ Referindo-se aos moradores do bairro.

espaço caracterizado pela presença de grupos culturais distintos, importa perceber como é que esses mesmos grupos percebem uns aos outros, como é que uns se posicionam face aos outros e quais as atitudes dominantes.

Apesar de ser perceptível uma atitude mútua de desconhecimento e desconfiança entre os inquiridos ciganos e não ciganos, foram os primeiros a demonstrar uma atitude negativa e de desconforto face à situação geral do contexto português, sentindo ainda serem alvos de atitudes discriminatórias e preconceituosas, atitudes notórias de racismo por parte dos não ciganos para com os ciganos. O racismo não é contudo um processo unilateral, os ciganos também têm atitudes de preconceito face aos indivíduos pertencentes à cultura maioritária, fruto de uma difícil convivência entre ciganos e não ciganos.

5.3.1 Os ciganos vistos pelos não ciganos

Considerando as expressões de discriminação e racismo, torna-se necessário perceber a intensidade da convivência inter-étnica que é estabelecida entre os ciganos e os não ciganos, tendo em conta o espaço residencial como palco de conflitos e solidariedades. O quadro 2 mostra como é que os não ciganos classificam os ciganos, a partir de um conjunto de adjetivos, dos quais os inquiridos tinham de escolher aqueles que consideravam caracterizar melhor o outro grupo.

Quadro 5: Classificações dos ciganos por não ciganos

Classificações	Respostas		Percentagem de casos
	N.o	Percentagem	
Mentirosos	21	13,0%	70,0%
Vingativos	13	8,0%	43,3%
Racistas	5	3,1%	16,7%
Preconceituosos	3	1,9%	10,0%
Agressivos	13	8,0%	43,3%
Desonestos	16	9,9%	53,3%
Simpáticos	1	0,6%	3,3%
Solidários	1	0,6%	3,3%
Amigáveis	2	1,2%	6,7%
Alegres	19	11,7%	63,3%
Preguiçosos	27	16,7%	90,0%
Unidos	29	17,9%	96,7%
Maliciosos	10	6,2%	33,3%
Trabalhadores	2	1,2%	6,7%

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Tal como se pode ver no quadro 2, os adjetivos mais selecionados pelos não ciganos foram, ordenadamente: unidos, preguiçosos, mentirosos, alegres, desonestos, agressivos e vingativos. Estes foram os adjetivos mais em destaque, sendo os restantes menos referidos. Ou seja, há uma maior tendência, por parte dos não ciganos, a representar o outro grupo por características tendencialmente negativas, como preguiçosos, mentirosos e agressivos, por oposição a características positivas, como simpáticos e amigáveis, que tiveram escolha bastante residuais. Há a tendência a caracterizar também os membros do grupo étnico cigano como pouco trabalhadores, tendo muitos inquiridos acrescentado que os ciganos ‘*não gostavam de trabalhar*’ e que os jovens iam “*pelo mesmo caminho, pois nem à escola vão*”, aludindo assim à falta de valores em concordância com as normas dominantes. Segundo Mendes (2014), apesar de a cultura cigana ter-se vindo a ‘normalizar’, ela sofre ainda, à luz do quadro de valores ocidentais da cultura maioritária, de uma certa marginalidade face aos restantes residentes do bairro e da cidade, havendo assim uma ideia social largamente difundida, em relação a um grupo culturalmente distinto, de desvio, sendo que o ser cigano é estar

‘constantemente sob suspeita’ (2014: 133). O facto de os ciganos serem bastante caracterizados como “preguiçosos” advém de um *habitus* étnico que os diferencia dos grupos maioritários, sendo culturalmente característico não terem os mesmo horários, regras e hábitos que os indivíduos não ciganos que pertencem ao grupo culturalmente maioritário. Os ciganos são ‘patrões’ de si mesmos, tendem a evitar a dependência a um trabalho assalariado que advenha de atividades distintas da venda ambulante, não obedecem aos mesmos horários que os não ciganos, têm tendência a acordar mais tarde, refletindo-se este tipo de normas e hábitos nas próprias crianças, que desde cedo começam a faltar à escola devido às práticas diferenciadas e conflito normativo existente em resposta a economias e modos de vida diferentes.

Há, no entanto, uma caracterização positiva presente nas imagens dos não ciganos, que resultam de características culturais muito próprias da cultura cigana: serem unidos e alegres. Por parte dos ciganos, há um forte sentido de união, próprio do processo de socialização a que são sujeitos, como os valores familiares em primeiro lugar. É nos momentos mais festivos, como casamentos e festas, ou nos momentos menos positivos, como cerimónias fúnebres ou familiares em carência económica que se observa uma grande união entre a comunidade cigana, reunindo familiares de várias cidades, que se deslocam para prestar assistência ou para festejar algum casamento. Há um forte sentido de solidariedade intra-grupal, em que os laços manifestam-se independentemente da proximidade espacial entre os membros do grupo, criando-se, desde sempre, redes de suporte afetivo, económico e físico.

Entretanto convém referir que já se observa, contudo, por parte das gerações mais novas, uma grande abertura com os ciganos, caracterizando-os como simpáticos, vizinhos agradáveis e até assinalando amizades que têm com os ciganos. Dizia um inquirido: *“Eu dou-me bem com os ciganos, não tenho razão de queixa. Vou ao café com eles, vou a casa deles...tenho muitos amigos ciganos. São como nós...”*. Há, no entanto, ainda uma grande desconfiança em relação aos ciganos, como foi possível ver ao aplicar os inquéritos. Não havia grande vontade a responder, ao contrário do que se verificava com os ciganos, tendo a ver com as perguntas mais diretas em relação às perceções que o grupo tem dos ciganos.

Quando pessoas não ciganas foram solicitadas a posicionarem-se em relação a algumas afirmações, para avaliar o nível de preconceito e racismo, as respostas foram díspares, no entanto, conclusivas. Assim, perante a afirmação “Deixaria o meu filho brincar com uma criança cigana”, as respostas foram praticamente unânimes, apenas um

inquirido dizendo que não deixaria. A maioria dos inquiridos respondeu que “deixava brincar” (60%) e 36.7% que deixava, mas sob vigilância. Porém, tal era algo mais complexo, pelo que muitos inquiridos acrescentavam:

“O problema nem são as crianças... eles depois crescem e é que ficam como os pais...”
(mulher, não cigana, desempregada, 43 anos)

“Eu deixo o meu filho brincar, não tenho nenhum problema com isso... são todas crianças normais.” (homem, não cigano, desempregado, 49 anos)

“Eu não gosto muito que os meus filhos brinquem com as crianças ciganas, se depois acontece alguma coisa, é logo confusão... eles fazem barulho por tudo e por nada e eu não quero chatices para o meu lado...” (mulher, não cigana, doméstica, 35 anos)

As características menos positivas apontadas pelos não ciganos resultam de uma convivência diária que amiúde não é positiva. Como foi referido, os blocos não estão claramente divididos entre ciganos e não ciganos. Há entradas de alguns blocos em que há uma grande concentração de indivíduos de uma etnia, embora tal não seja generalizável. Esta convivência diária, quase forçada, em que partilham dos mesmos espaços, geram-se amiúde conflitos quanto à partilha desses mesmos espaços. Algumas inquiridas do sexo feminino afirmavam que não há uma boa partilha do espaço dos condomínios nem estes são geridos de forma consensual entre os moradores, afirmando: *“eu limpo a minha entrada... mas mais não faço. Cada um que limpe a sua. Vê-se por aí entradas tão sujas, tão porcas, que eu até tinha vergonha.”*, deixando assim clara a sua atitude negativa para com as vizinhas que não limpavam as suas entradas. São estes pequenos conflitos do dia-a-dia que levam ao que os indivíduos caracterizem os ciganos como agressivos, desonestos e vinhativos. Uma das inquiridas afirmava que tinha uma boa relação com todos os vizinhos, ciganos ou não ciganos, exceto com uma das vizinhas, que é cigana:

“Eu dou-me bem com todos, menos com esta de cima... quando eu estendo a roupa, lá vem ela sacudir os tapetes... Acha que adianta de alguma coisa eu dizer, já disse muitas vezes e ela continua a fazer o mesmo. E isto chateia, causa conflito... É a única que me dá dores de cabeça!” (mulher, não cigana, reformada, 64 anos)

Por outro lado, quando questionados se estão disponíveis e recetivos a viver ao lado de pessoas ciganas, os inquiridos afirmaram, na sua maioria, que não (46,7%), tendo 40% respondido em ‘em parte’.

Quadro 6 – Estão receptivos a viver ao lado de pessoas ciganas?

		Frequência	Percentagem
Válido	Sim	4	13,3
	Em parte	12	40,0
	Não	14	46,7
	Total	30	100,0

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Em certos bairros sociais como o bairro do Picoto e a Ponte dos Falcões não há um grande contacto entre ciganos e não ciganos pelo facto de a empresa de habitação municipal distribuir os fogos desses bairros unicamente por ciganos, sendo esta uma consequência do desejo de muitos indivíduos não ciganos pedirem para não viver ao lado de pessoas ciganas, pela ideia concebida de que há muito barulho e pouca organização.

Apesar de não existir nenhuma questão relativamente ao facto de os indivíduos se considerarem ou não racistas, a maioria não o dizia expressamente nas diversas conversas no terreno, mas dava sinais de o serem, pela forma como caracterizavam as relações, ou a falta delas, com os ciganos. Por um lado, havia um grande exagero das diferenças culturais sublinhadas pelos não ciganos, ao se referirem às festas que os ciganos frequentemente davam, salientando mais o barulho que faziam e a demora de todas as festas, do que a união aparente entre os indivíduos desse grupo. Por outro lado, e ao contrário dos ciganos, as características positivas atribuídas por parte dos não ciganos aos ciganos foram praticamente escassas, havendo assim uma recusa de sentimentos de simpatia para com o grupo cultural minoritário do bairro. Denota-se que, apesar da proximidade espacial, não há interconhecimento entre os grupos, remetendo-se apenas ao espaço da casa.

Quando, numa terceira pergunta sobre o nível de aceitação do grupo cigano, as pessoas não ciganas foram questionadas se aceitariam o facto de o filho(a) casar com um cigano, a maioria das respostas foi evasiva, não deixando antever, contudo, uma atitude positiva de aceitação. A maioria (63.3%) respondeu ‘depende’ e 23.3% respondeu que não aceitaria, sendo que apenas quatro pessoas (13%) responderam que sim. Apesar de responderem, na sua maioria, ‘depende’, os inquiridos acrescentavam “*eles é que sabem...*”, relegando para os filhos essa decisão, mas deixando perceber atitudes de desconfiança quanto ao facto de, um dia, isso poder acontecer.

Por outro lado, quando questionados sobre o facto de o seu filho pertencer à mesma turma que uma criança cigana, nenhum dos inquiridos mostrou uma atitude totalmente negativa, sendo que a maioria (56.7%) afirmou não se importar. Porém, há ainda uma grande percentagem (43.3%) que preferiu responder ‘desde que acompanhado’.

Quadro 7: Objeção a que filho/a pertença à mesma turma com criança cigana

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Desde que acompanhado	13	43,3	43,3	43,3
	Não, não me import	17	56,7	56,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Os dados recolhidos revelam que ainda há um grande nível de racismo velado, os indivíduos não afirmam ser racistas, mas têm respostas que mostram predisposição ao preconceito e ao racismo. Há, assim, uma forte percepção de que o facto de os sujeitos sociais partilharem o mesmo espaço habitacional e de se cruzarem no dia-a-dia, nos afazeres quotidianos, tal não é suficiente para desmistificar certos ideais preconceituosos acerca da comunidade cigana, o que se nota principalmente nos inquiridos mais velhos. A sociabilidade entre ciganos e não ciganos é escassa e reduz-se a cumprimentos usuais do dia-a-dia, como o ‘bom dia’ e a ‘boa tarde’, como vários inquiridos exprimiram: “*Eu digo bom dia, boa tarde... e fico por aí, não há muita confiança, nem gosto de dar muita confiança*” (inquirido do sexo feminino, etnia cigana). Assim, cerca de 77% dos inquiridos afirmaram nunca ter sido convidado a frequentar a casa de um cigano, mostrando que as relações de vizinhança são meramente físicas, não havendo partilha de espaços, momentos de lazer e tempo para confraternização, embora a maioria tenha afirmado, como já foi discutido anteriormente, que no geral há “boas relações de vizinhança”, mostrando que estas, apesar de serem caracterizadas como ‘boas’ ou ‘razoáveis’, pautam-se pela distância e pela falta de laços de amizade.

Estas ideias já criadas da comunidade cigana adensam-se não só com a convivência diária mas também com imagens criadas pelos *media* e pelo discurso popular em que “*os ciganos surgem como um grupo problemático de gerador de conflitualidades, a viver nas margens da sociedade, figurando, ao nível cultural, figuram num contraste social elevado*” (Mendes, 2014:135). Ora tal mexe com o

imaginário das pessoas e com as representações sociais que elas foram criando do grupo cigano. Mais do que as gerações mais novas, que se caracterizam por uma maior abertura cultural, fruto do avanço da escolaridade dos jovens ciganos, que leva a uma maior confraternização entre ambos os grupos, antevendo já um geração de mudança, as gerações mais velhas do grupo não cigano ainda se encontram ‘fechadas’ a avanços grupais e a ultrapassar barreiras culturais. Não aceitam com facilidade a não ‘normalização’ do grupo cigano, face às suas próprias normas e valores, criando uma lacuna difícil de desconstruir entre os grupos, pactuando com processos de discriminação e hostilização.

5.3.2 Os não ciganos vistos pelos ciganos

Por outro lado, a forma como os ciganos caracterizam os não ciganos também diverge bastante, se tivermos em conta as diferenças culturais entre ambos os grupos. A comunidade cigana é acusada, muitas vezes, de recusar as formas de integração e aculturação que a sociedade e o grupo dominante lhes oferece, aumentando assim ainda mais a distância entre os grupos, ou seja, *“recusam a integração e as sujeições sociais provenientes da sociedade não cigana, insistem em viver numa microssociedade à parte, regendo-se por regras e leis próprias”* (Mendes, 2014: 134). No entanto, os indivíduos da etnia cigana sentem ser alvo constante de uma segregação étnica e espacial, que os remete para os espaços dos bairros sociais, aumentando ainda mais a estigmatização a que são sujeitos.

Procurando saber o que os ciganos pensam dos não ciganos, os adjetivos mais utilizados são menos do que no exercício anterior, mas há uma grande tendência a considerar os não ciganos como preconceituosos e racistas, em maior percentagem. Depois surgem, ordenadamente, os seguintes adjetivos: simpáticos, solidários, amigáveis e mentirosos.

Quadro 8: Classificações de não ciganos por ciganos

	Respostas		Porcentagem de casos
	N	Porcentagem	
Mentirosos	9	7,7%	31,0%
Vingativos	3	2,6%	10,3%
Racistas	22	18,8%	75,9%
Preconceituosos	23	19,7%	79,3%
Desonestos	5	4,3%	17,2%
Simpáticos	10	8,5%	34,5%
Solidários	10	8,5%	34,5%
Amigáveis	10	8,5%	34,5%
Inteligentes	2	1,7%	6,9%
Alegres	6	5,1%	20,7%
Preguiçosos	6	5,1%	20,7%
Unidos	3	2,6%	10,3%
Maliciosos	4	3,4%	13,8%
Trabalhadores	4	3,4%	13,8%

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Há uma tendência, por parte dos ciganos, a caracterizar de uma forma mais positiva os não ciganos. Se, por um lado, há uma grande maioria que diz achar os não ciganos preconceituosos e racistas, por outro lado, há também aqueles que caracterizam os não ciganos como simpáticos, solidários e amigáveis. No entanto, muitos do inquiridos disseram: *“há de tudo”*, afirmando: *“Há aqueles que são simpáticos, com quem nos damos bem, e depois há os outros, que são a maior parte, uns racistas... vê-se de tudo”* (inquirido do sexo masculino, etnia cigana). Ao contrário dos não ciganos, os ciganos não têm a tendência a generalizar, lembrando com carinho alguns não ciganos com quem lidam no dia-a-dia e que para eles esses não ciganos não são como a maioria.

Como os ciganos têm vindo a sofrer alguns traços de aculturação, torna-se compreensível que já haja uma maior abertura do grupo à confraternização com os não ciganos, como acontece com as crianças na escola e, por isso, revelam ter muitos amigos não ciganos. Assim, os registos recolhidos em diário de campo, dando conta das expressões de alguns inquiridos, são esclarecedores:

“Por acaso a minha vizinha, que é do último andar, que os filhos andaram comigo e com o meu irmão na escola, já é uma amizade de muitos anos, e por acaso vêm cá, se tiverem que lanchar, lancham, se tiver que comer, comem... para você ver... Agora, há vizinhos e vizinhos, não é?!” (homem, etnia cigana, desempregado, 37 anos)

Apesar de haver casos positivos em contextos de vizinhança, os indivíduos da etnia cigana tendem ainda a olhar com algum desconforto para o grupo maioritário não cigano, dizendo que ainda sentem muito o preconceito e a discriminação. Em conversa com os inquiridos, foi possível registar alguns tipos de discriminação, além das interações pessoais. São referidos por vários sujeitos actos de discriminação e racismo institucionais de que são alvo. Segundo Mendes, o racismo institucional caracteriza-se por :

“práticas que assumem contornos difusos, dissimulados, muitas vezes desvalorizadas e não reconhecidas pelas próprias vítimas (...) leva a recentrar o olhar no funcionamento de alguns espaços sociais, como o mercado de habitação, o mercado de trabalho, a escola, entre outros domínios. Estas práticas, ao serem difusas e banais, tornam-se socialmente legítimas, porque acabam por ser aceites como normais” (2014: 136).

Formas sentidas de discriminação

Uma das maiores formas de preconceito que a comunidade cigana sente é através do arrendamento de casas fora dos bairros sociais. Há um grande desejo, por parte da comunidade cigana, em sair dos bairros sociais para poder morar noutra local da cidade, com a sua família, um sentimento de ‘normalização’ das condições habitacionais. No entanto, torna-se uma tarefa árdua arrendar uma casa fora do bairro, uma vez que os indivíduos sentem que, por serem ciganos, ninguém está disposto a alugar-lhes uma casa, muito por causa de ideias pré-concebidas de que os ciganos são barulhentos, com famílias numerosas para espaços habitacionais pequenos e não preservam os espaços, o que levou alguns dos inquiridos a afirmar:

“ Em primeiro lugar, quero alugar um apartamento, não me alugam...” (homem, etnia cigana, desempregado, 23 anos)

“É o único tipo onde o cigano vê isso, a discriminação a cem por cento, é o aluguer de uma casa e à noite... é à noite, é assim: a gente está habituado porque cá em Braga nunca tivemos noite...” (homem, etnia cigana, desempregado, 37 anos)

“Conheço bastantes pessoas¹⁴. Eu mesmo já passei por isso, já tentei alugar três casas... já tentei alugar três casas, declarei os meus rendimentos e mesmo com rendimentos declarados não valeu a pena... eu dou a minha palavra em como não faço barulho, o senhor pergunta quantas pessoas vão para a casa, por eu ser cigano, e eu digo que vou eu, a minha esposa e o meu filho que vai nascer. Ai, eu vou pagar a casa e não posso levar quem eu quero para a minha casa?! Que tenho de ter cuidado para não fazer

¹⁴ Referindo-se a pessoas que tentaram alugar casas fora do bairro e não foram bem sucedidas.

barulho, não levar muita gente... Sabe o que é que eu disse às duas ou três imobiliárias em que estive? Mais vale que os senhores digam e concluem o processo- eu sou cigano.” (homem, etnia cigana, feirante, 49 anos)

A grande dificuldade dos ciganos consiste em que, apesar das tentativas de mudar um estilo de vida, este lhes é constantemente negado. Assim, torna-se difícil de contrariar o processo de estigmatização a que estão sujeitos, uma vez que ainda estão certos preconceitos enraizados na sociedade em relação ao seu modo de vida. Alguns dos inquiridos referiram igualmente que sentem uma grande dificuldade em socializar em bares noturnos, uma vez que lhes é negada sempre a entrada, pois são considerados conflituosos e tempestivos, que facilmente arranjam confusão.

Uma outra forma de discriminação, muitas vezes referida pelos inquiridos, reflete-se quando pretendem contrair empréstimos bancários e tal lhes é constantemente negado pelas instituições bancárias. Um inquirido afirmava a este respeito:

“às vezes nos créditos, quando a gente vai fazer créditos, é que é um bocado mais complicado, quando a gente diz que é bairro e temos que dar a morada... É por dizer bairro social, o que é uma injustiça, porque isto são casas iguais às outras.” (homem, etnia cigana, feirante, 49 anos)

Na mesma lógica, quando tentavam adquirir bens para a casa (eletrodomésticos, móveis, etc.), através do pagamento a prestações, as empresas tendem a recusar, seja pelo facto de os indivíduos serem ciganos, seja por morarem num bairro social, seja ainda por ambas as coisas combinadas.

“Eu uma vez tentei comprar uma mobília de quarto para a minha filha, que ia casar e era um presente, não me deixaram comprar... bastou dar a morada e dizer Santa Tecla que disseram logo que não tinha condições para fazer a compra... é sempre assim” (mulher, etnia cigana, doméstica, 45 anos)

Tentando perceber como é que se caracterizava a procura de emprego por parte dos inquiridos ciganos, foram os inquiridos questionados se sentiam que esse processo de caracterizava por dificuldades e discriminações. As baixas habilitações são, por si mesmas, um grande impedimento na procura de emprego, mas, quando aliadas a uma pertença étnica, trazem consigo consequências mais gravosas. Apesar de a procura de emprego ser dificultada por um conjunto de características por si mesmas limitadoras, o facto é que não há muitos relatos de procura de emprego, na economia formal, por parte dos ciganos. Estes limitam-se à economia informal das feiras e vendas ambulantes, sendo os rendimentos auferidos os necessários para manter determinado estilo de vida,

mas quase nunca para progredirem a nível social. Ainda assim, quando questionados se a má imagem do bairro dificulta a procura de emprego, as respostas não foram unânimes, sendo a maior percentagem de respostas (26.7%) relativamente concordantes quanto à afirmação. A má imagem do bairro é sentida mais noutras dimensões do dia-a-dia dos indivíduos, por exemplo, quando têm de obter algum serviço e dão a morada, sentem do outro lado uma atitude de desconfiança e preconceito: *“olham logo de forma diferente”*.

Mesmo por parte das gerações mais novas, que já têm mais escolaridade, sentem uma grande dificuldade em socializar fora do grupo cigano. A este respeito afirmava um inquirido:

“as minhas habilitações literárias chegam, tenho habilitações literárias de 10º ano, mas não consigo conviver! Consigo conviver consigo, agora, eu entrar num conjunto de 10 ou quinze pessoas não da minha cultura, olhem o olhar deles (...) hoje o cigano está mais atualizado” (homem, etnia cigana, desempregado, 23 anos)

Isto mostra também como as habilitações não são muito valorizadas na cultura cigana, sendo que ter o 10º ano já é o suficiente para o indivíduo. Assim, a convivência no dia-a-dia está limitada às relações intra-étnicas, havendo uma grande dificuldade, sentida por parte dos indivíduos ciganos, em inserirem-se na sociedade maioritária, principalmente devido à sua pertença étnica.

“Convivo apenas com as pessoas que conheço, com as pessoas que não conheço não vou falar. Convivo apenas com as pessoas que conheço e que me aceitam como cigano, agora os outros, nem bom dia nem boa tarde lhes dou. São preconceituosos, têm medo!” (homem, etnia cigana, desempregado, 37 anos)

A dimensão do ‘medo’ também foi muitas vezes referida pelos inquiridos, tanto ciganos como não ciganos, de forma direta e indireta. Os ciganos sentem que ainda são representados a nível social como a figura que “mete medo”, que tantas vezes fez parte do imaginário infantil das crianças da cultura maioritária; há a ideia de que os ciganos são conflituosos e arranjam facilmente confusão. Por outro lado, alguns dos inquiridos não ciganos demonstraram alguma desconfiança em responder a perguntas diretamente relacionadas com o seu nível de preconceito em relação aos ciganos, talvez por acharem sentir represálias por algo que pudessem dizer. Em relação a esta questão do medo, um dos inquiridos dizia: *“Existe ainda vinte e cinco por cento de preconceito... os outros*

setenta e cinco é medo... É o cigano! É o preconceito pelo medo! Mas nós nunca fizemos mal a ninguém”.

Quando questionados se já alguma vez foram convidados a frequentar a casa de um não cigano, as respostas foram ligeiramente mais diferentes em relação à dos inquiridos não ciganos: 60% responderam que sim. Há uma maior abertura da comunidade cigana aos indivíduos da cultura maioritária, há um grande número de ciganos que diz ter amigos no grupo dos não ciganos, e que frequentam muitas vezes as suas casas, confraternizando frequentemente.

As perceções de discriminação e racismo são frequentes no quotidiano da comunidade cigana; os indivíduos sentem uma grande hostilidade para com o seu grupo, visível nas políticas sociais de habitação que se regulam por uma segregação social – que afeta ambos os grupos - e étnica, relegando estas massas de população para as periferias suburbanas da cidade. O grupo dos ciganos vivencia, deste modo, uma situação de “etnicidade forte, na medida em que se desmarcam do espaço envolvente simultaneamente pela condição social, características demográficas e concentração espacial, práticas culturais e modos de vida diferentes e, pelos efeitos combinados de todas estas situações” (Mendes, 2014: 135), perpetuando a situação de exclusão social em que se encontram. As representações sociais são criadas no campo da interação social quotidiana e das relações de comunicação entre os sujeitos sociais, sendo dualmente produto e processo de uma reconstrução do real feita pelos grupos sociais, que atribuem as suas próprias significações ao espaço envolvente em que se encontram. Deste modo, “as representações sociais dizem respeito ao modo como nós, sujeitos sociais, apreendemos a realidade que nos circunda e remetem para um conceito ou um conjunto de fenómenos e explicações, criados no quotidiano e decorrentes da comunicação interindividual” (ibidem).

5.4 A vontade de sair versus a vontade de ficar

A imagem que os inquiridos têm do bairro não é de todo positiva. Apesar de ser perceptível um maior gosto pela casa e um maior desgosto pelo bairro, devido a uma grande falta de infra-estruturas de lazer, projetos urbanísticos falhados e casas relativamente pobres em materiais de construção, nem todos os indivíduos têm uma vontade nítida de sair do bairro.

Para muitos dos sujeitos sociais moradores no bairro, a mudança para uma habitação social significou uma melhoria das condições habitacionais anteriores: as casas em que atualmente vivem têm condições de saneamento e de higiene, a casa tem divisões suficientes para um estilo de vida condigno para uma família nuclear. Contudo, há os espaços habitacionais em que moram mais elementos do que aqueles que o espaço tem capacidade para habitar: muitas vezes os filhos continuam a viver na casa dos pais, mesmo depois do nascimento dos seus filhos, por não terem condições materiais para, por si mesmos, alugarem uma casa, dando-se um fenómeno de sobrelotação dos espaços. Isto acontece sobretudo nas famílias ciganas. As famílias não ciganas caracterizam-se de forma bastante diferente: nota-se um grande número de indivíduos a viverem sozinhos; famílias monoparentais e casais sem filhos.

Os motivos que levam os inquiridos a querer permanecer no bairro geralmente são diferentes em ambos os grupos, como vai ser possível observar, mas os motivos que levam a querer sair do bairro são os mesmos, tanto para os inquiridos ciganos como para os inquiridos não ciganos.

Assim, tentou-se perceber quais eram as medidas que melhorariam a imagem do bairro no entender dos sujeitos sociais, observando-se o seguinte quadro de respostas por parte dos inquiridos:

Quadro 9: Medidas para melhorar imagem do bairro

Reforço do policiamento	22
Melhores Casas	27
Outros moradores	10
Mais espaços verdes	44
Mais parques infantis	34
Mais proximidade à cidade	1
Técnicos que ajudem a melhorar a imagem e o ambiente do bairro	2
Resolver os problemas criminais	39

Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

As medidas que, no entender dos inquiridos, iriam ajudar bastante a melhorar o ambiente e a fama do bairro, foram, por ordem de escolha: mais espaços verdes; a resolução dos problemas criminais, mais parques infantis, melhores casas e reforço do policiamento. Estas preferências vão de encontro à análise anteriormente feita, em que há um grande descontentamento dos habitantes do bairro em relação à falta de infra-estruturas de lazer, uma grande falha por parte das políticas sociais de habitação, que

descuraram a dimensão de lazer. Os bairros falham no seu projeto urbanístico, funcionando apenas como espaço de realojamento físico, sendo o espaço da casa o mais valorizado. Os problemas criminais também são uma fonte de preocupação por parte dos moradores do bairro, queixando-se dos constantes barulhos que os ‘tóxicos’ fazem, do lixo que deixam nas ruas – como as seringas – para além da óbvia má imagem que trazem ao bairro, fazendo com que os próprios moradores não gostem de lá estar, reservando-se mais ao espaço da casa. Deste modo, o reforço do policiamento também é uma das medidas mais escolhidas por parte dos moradores do bairro. Apesar de, esporadicamente, a polícia se deslocar ao bairro para fazer rusgas ou simplesmente para fazer notar a sua presença, nunca ou raramente fazem realmente uso da sua autoridade para afastar os drogados do bairro. Para os moradores do bairro, a polícia tem interesse em manter estas populações controladas num só espaço, para que não façam fora do bairro a delinquência e marginalizada que lá praticam. Assim, alguns dos inquiridos afirmavam:

“ Mais polícia? Para quê?! Eles andam por aí, não fazem nada... eles não querem é que os drogados saiam daqui” (mulher, não cigana, desempregada, 47 anos)

“A polícia vem para aqui e não faz nada... eles dão umas voltas e vão-se embora...” (homem, etnia cigana, desempregado, 49 anos)

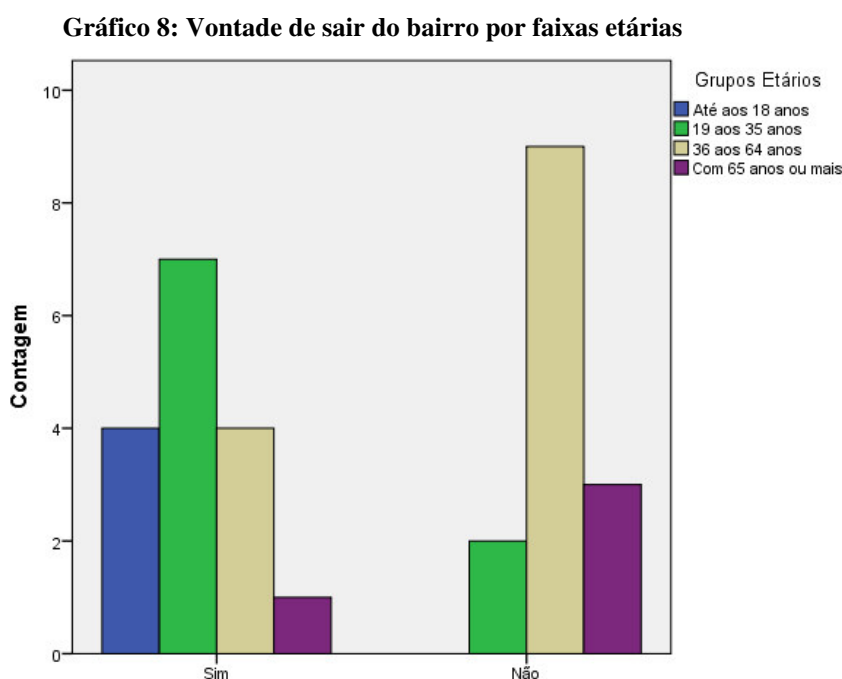
Há um grande desgosto pelo bairro que advém das razões socioculturais do mesmo. As propostas arquitetónicas dos bairros sociais revelaram-se um insucesso nomeadamente a nível social. Os fenómenos de exclusão social aumentaram e há uma grande dificuldade em assimilar estas populações no tecido urbano e no mercado de trabalho. Nos anos 90 aumentou a realidade de venda de droga nos bairros sociais mais marginalizados. A população a quem os bairros se destinam é na sua maioria “desintegrada de todas as esferas sociais – das culturas dominantes na sociedade portuguesa ao emprego, habitação e bens de consumo” (Guerra, 1994: 11).

Para muitos, os bairros sociais são um problema financeiro e uma falha das políticas urbanas; no entanto, eles são muito mais um problema social, porque “as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (ibidem). Para Guerra (1994), embora a população dos bairros sociais se possa considerar homogénea a nível social, ela é, no entanto, heterogénea nas suas características culturais, o que vai resultar em comportamentos desviantes, gerando um clima de insegurança generalizado.

Os moradores dos bairros sociais sofrem de um estigma social por interiorizarem a imagem negativa que foi criada sobre aqueles que vivem nesses mesmos bairros: uma imagem de delinquência, de marginalização. Isto vai afetar o comportamento das famílias, com desejo de afastar todo o estigma social que lhes é imputado.

Assim, a má vizinhança, a insegurança e a proximidade das interações locais vai levar a que os indivíduos e as suas famílias optem por se reservar à intimidade do lar, criando deste modo uma maior valorização da casa e um crescente desgosto pelo bairro em si.

Quando os indivíduos foram questionados se gostariam de sair do bairro, as respostas foram diversas, tanto por grupos culturais como por faixas etárias. Nos inquiridos ciganos não houve uma grande diferença nas respostas: 53.3% responderam que gostariam de sair do bairro, enquanto 46.7% responderam que não gostariam de sair do bairro. Se, por um lado, os resultados surpreendem pelo facto de não haver uma vontade massiva em sair do bairro, tendo em conta todos os fatores de desagrado discutidos anteriormente, por outro lado, é compreensível, na medida em que a vinda para o bairro traduziu-se num melhoria das condições de vida anteriores e também pelo facto de grande parte dos sujeitos sociais da etnia cigana não terem a possibilidade financeira de sair do bairro, sendo afetados também pelo estigma de ser-se cigano. Se fizermos uma análise por grupos etários, denota-se uma diferença entre as populações mais jovens e as populações mais velhas.



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

Através da análise do gráfico 8, é de salientar que são as gerações mais novas a demonstrar vontade em sair do bairro, sendo que todos os inquiridos até aos dezoito anos afirmam ter vontade de sair do bairro, tal como a grande maioria dos inquiridos da faixa etária dos 19 aos 35 anos. Por outro lado, a grande maioria dos inquiridos da faixa etária dos 36 aos 64 anos afirma que não gostaria de sair do bairro, o mesmo sucedendo com os inquiridos com mais de 65 anos de idade. O facto de serem os mais novos a manifestar vontade de sair do bairro, vem salientar o desejo de mudança e a noção que têm da estigmatização a que são sujeitos, tanto pelo facto de serem ciganos como pelo facto de viverem num bairro social. São os mais novos a afirmar que gostariam de fazer “*coisas diferentes dos ciganos*”, como arranjar um emprego na economia formal, permitir que os seus filhos tenham mais escolaridade e até serem os mesmos a frequentar a escola para aumentar as suas habilitações. Muitos afirmam que gostariam de sair do bairro, não só pelo barulho e marginalidade que pautam aquele espaço social, mas mais pela vontade de viver num meio habitacional “*normal*”, segundo as palavras de muitos dos inquiridos:

“Era bom viver fora do bairro... Tenho um filho de oito anos e não queria criar um filho no ambiente que está agora.” (mulher, etnia cigana, desempregada, 27 anos)

“Eu gosto¹⁵, a renda é mínima, o que também é bom, na situação em que estamos de crise, eu queria era sair daqui...” (mulher, não cigana, desempregada, 47 anos)

“Gostava...[risos] Gostava muito de viver fora do bairro! Ninguém sabe o dia de amanhã.” (mulher, etnia cigana, doméstica, 29 anos)

“Gostava, gostava... integrar-me mais na sociedade, integrar-me mais nas pessoas que não são da minha cultura. Agora aqui no bairro é quase tudo cigano, começou a sair tudo...” (homem, etnia cigana, desempregado, 23 anos)

Denota-se assim uma grande vontade em sair do bairro por parte das gerações mais novas, mas há o impedimento económico, como foi referido. Há uma grande determinação em integrarem-se na sociedade maioritária, havendo uma clara noção da discriminação e exclusão a que são sujeitos e das dificuldades em concluir esse objetivo pela forma racista que as instituições lidam com a diferença.

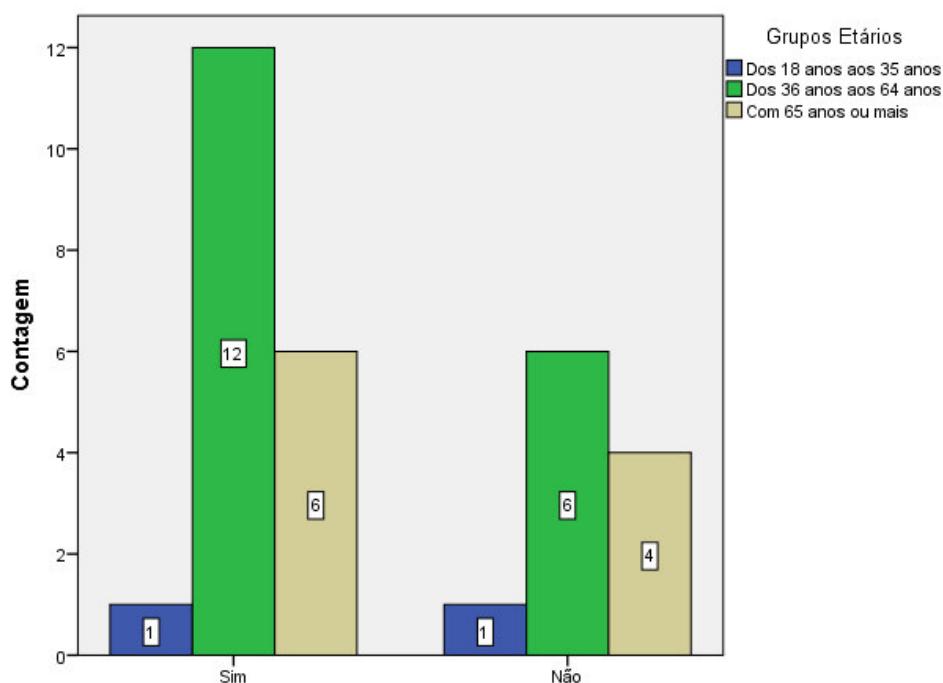
Por outro lado, a geração dos mais velhos, no que diz respeito à etnia cigana, não demonstra tanto a vontade de sair. Quando interrogados sobre o porquê de não quererem sair do bairro, as razões prendem-se sobretudo por questões familiares. Há uma grande

¹⁵ Quando questionado se gosta de viver no bairro.

rede de relações familiares, que são também relações de vizinhança, na comunidade cigana do bairro de Santa Tecla, sendo que muitas vezes os pais apenas gostam de viver no bairro devido à presença dos filhos, dos netos, ou até de outros familiares não tão diretos, mas igualmente importantes, como irmãos, cunhados e sobrinhos. Há, de facto, uma grande rede de relações familiares que caracterizam e pautam o quotidiano no bairro. Em muitos casos, há entradas de blocos habitacionais ondem só existem familiares ciganos, levando mesmo alguns dos inquiridos a afirmar que se dão bem com os vizinhos porque são todos familiares. Por outro lado, os inquiridos que disseram que gostariam de sair do bairro, complementavam com a expressão “*se fosse com a minha família, sim, gostaria*”, sendo essa praticamente a única razão que leva os sujeitos sociais ciganos a gostarem do bairro.

O grupo dos inquiridos ciganos caracteriza-se de uma forma relativamente diferente. Estes não possuem a mesma rede de relações familiares no bairro, nem a família adquire uma dimensão de grande importância, tendo em conta a forma que assume na cultura cigana, sendo que se registou uma maior vontade em sair do bairro por parte deste grupo de inquiridos: 63.3% responderam que sim e 36.7% responderam que não.

Gráfico 9 - Vontade de sair do bairro dos não ciganos por faixas etárias



Fonte: Inquérito por questionário à população residente no bairro de Santa Tecla (IQPRBST), 2014

No entanto, e ao contrário dos inquiridos da etnia cigana, há uma maior vontade em sair do bairro por parte dos inquiridos mais velhos: na faixa etária dos 36 aos 64

anos de idade há, na sua maioria, uma grande vontade em sair do bairro, o mesmo acontece, embora de forma não tão significativa, na faixa etária dos inquiridos com mais de 65 anos de idade. Quando questionados sobre o porquê de quererem sair do bairro, os inquiridos foram unânimes nas suas respostas: a criminalidade, delinquência e mau ambiente, devido às drogas, que existe no bairro. Por exemplo, uma inquirida, com mais de 65 anos, dizia:

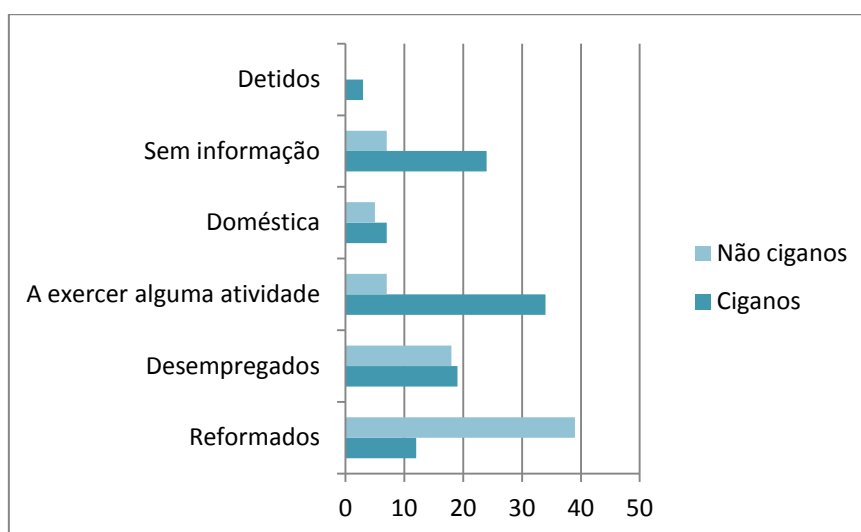
“Se eu pudesse, já tinha saído daqui. Preferia comer sopa todos os dias a ter que viver aqui mais um dia que fosse. Não gosto de estar neste bairro e a minha maior alegria era sair... A droga já me levou três filhos e o meu marido morreu de cancro... não tenho possibilidades de viver noutra sítio, mas se pudesse, já não estava aqui...” (mulher, não cigana, reformada, 67 anos)

Um outro inquirido, que afirmava não querer sair do bairro, afirmava:

“Uma pessoa já está habituada a estar aqui...e não é assim tão mau. Até gosto de viver aqui...” (mulher, etnia cigana, doméstica, 56 anos)

O hábito de morar no bairro há muito tempo leva alguns dos inquiridos a afirmar que não têm grande vontade em sair, quase como uma atitude conformista. A maioria dos habitantes do bairro recebem RSI, sendo indivíduos com poucas capacidades e recursos para traçarem o seu próprio caminho sem usufruir de ajudas estatais para poderem subsistir. Há ainda uma débil aposta em capacitar estas populações de mais habilitações e recursos para que possam enfrentar a sua situação de pobreza de uma forma mais autossuficiente. Há também uma grande percentagem de inquiridos desempregados. De alguns dados disponibilizados pela Bragahabit, a grande maioria dos inquiridos não exerce qualquer atividade (aproximadamente 58%), tendo em conta o seguinte quadro de ocupações:

Gráfico 10: Ocupações dos inquiridos



Fonte: Bragahabit

Segundo os registos da empresa de habitação municipal, do total de 175 fogos, podemos inferir que há um grande número de sujeitos da etnia cigana a exercer alguma atividade; esta é, no entanto, referente à venda ambulante ou às feiras. Por outro lado, há um grande número de indivíduos não ciganos que estão reformados, isto porque a maioria dos inquilinos não ciganos têm mais de 50 anos. Há também um grande número de inquilinos desempregados (cerca de 21%). São, na sua maioria, populações desfavorecidas, com baixas qualificações e sem nenhuma ocupação profissional, da qual possam declarar os seus rendimentos, o que aumenta e agudiza a segregação socioespacial, pelo que se compreende que a vontade em sair do bairro esteja ligada à real possibilidade de tal acontecer¹⁶.

5.5 Conclusões finais

A pobreza é cada vez mais um mote de programas políticos no sentido de a combater ou diminuir. Os pobres são cada vez mais reconhecidos pelas instituições do Estado e são também alvo de políticas sociais. No entanto, estas políticas apenas têm a

¹⁶ Se as desigualdades se explicam principalmente por fatores de ordem estrutural, então o sistema económico, político e social são os principais fatores de origem de pobreza, desigualdade e exclusão social. O facto de se estar desempregado vai conduzir uma situação mais vulnerável à pobreza, apesar de os autores mostrarem que entre os mais pobres se encontra uma larga percentagem de população empregada. O trabalho é um fator importante para se reduzir esta vulnerabilidade, mas não exclui os indivíduos dessa situação.

dimensão 'social' no nome, uma vez que tendem a ser cada vez mais políticas de carácter económico, que pretende resolver uma lacuna na falta de rendimentos das populações sem ter o efeito social desejado: serem políticas de integração em vez de políticas de exclusão. A distribuição dos fogos nos bairros sociais não é feita com a participação ativa dos sujeitos sociais a quem estes se destinam. Só com uma política integrada e participativa é que se pode obter melhores programas sociais, no verdadeiro sentido do termo.

Apesar de estarmos a discutir o problema de populações desfavorecidas, a discriminação a que os ciganos são alvo é diferente da discriminação a que são sujeitos os não ciganos. Sendo ambos caracterizados como conjuntos de populações pobres: os ciganos são e sempre foram considerados um grupo à parte na sociedade portuguesa, pela sua pertença étnica e cultural, que caracteriza de forma distinta os modos de vida desta população, pelo que podemos falar de exclusão e discriminação, sendo estes termos diferentes tanto para ciganos como para não ciganos.

As relações de vizinhança pautam-se por um racismo velado por parte dos não ciganos em relação aos ciganos: há uma manifestação e defesa dos valores tradicionais por parte do primeiro em relação ao segundo, pelo facto de o grupo dos ciganos não seguir as mesmas regras do grupo dos não ciganos, regras essas que pertencem a um quadro de valores e normas da sociedade dominante, como a escolaridade e o mercado de trabalho. Os ciganos ainda têm uma grande dificuldade em inserirem-se no mercado de trabalho e no sistema de ensino pelo facto de se regerem por um quadro de valores culturais e contextos socio-económicos diferentes. Há uma incapacidade permanente em lidar com estas diferenças, por parte dos não ciganos. Isto leva a que exista também uma grande recusa em aceitar as diferenças culturais que os não ciganos manifestam em relação aos ciganos, não o admitindo de forma aberta, mas criticando os rituais festivos praticados pelos ciganos, tal como os rituais fúnebres, apelidando-os de '*excessivos*'. Por último, uma outra dimensão do racismo velado denotada é a recusa de sentimentos de simpatia, que acontece mais no caso dos não ciganos do que no caso dos ciganos; estes últimos já admitem alguns sentimentos de simpatia em relação ao grupo dos não ciganos, fazendo uma valoração de experiências positivas que têm com esse grupo, apesar de todas as experiências negativas e de exclusão.

A convivência entre os dois grupos distintos leva a que se criem imagens recíprocas do outro, imagens essas negativas e preconceituosas, que a proximidade espacial e o convívio inter-étnico, ao invés de atenuar, acaba por salientar. A identidade

é, deste modo, um fator fundamental, na medida em que as imagens recíprocas estão ligadas às construções sociais daquilo que no imaginário coletivo os grupos são e representam. A convivência entre estes dois grupos induz amiúde que um se tente sobrepor ao outro, ignorando a sua legitimidade e tentando inferiorizá-lo. Nesta linha de práticas, o grupo subordinado é visto como menos humano, possuidor de características negativas, sendo um grupo transgressor à ordem anteriormente estabelecida. Estas representações sociais vão fazer com que todos os indivíduos pertencentes a determinado grupo percam a sua individualidade aos olhos dos sujeitos sociais dos outros grupos, sendo julgados como pertencentes ao grupo e não como sujeitos sociais possuidores de individualidade, abarcando todas as imagens estereotipadas das quais o grupo é alvo. Neste estudo, levado a cabo no bairro de Santa Tecla, observaram-se algumas imagens conflituosas entre vizinhos ciganos e não ciganos, não descurando o facto de alguns indivíduos da etnia cigana, além de serem alvo de imagens negativas e preconceituosas, também eles são portadores de preconceitos em relação ao outro grupo. Apesar de os indivíduos caracterizarem as relações de vizinhança como ‘boas’, ainda há um grande afastamento entre os dois grupos, mais por parte dos não ciganos. Contudo, é fora do bairro que os ciganos mais se sentem discriminados, principalmente quando tentam construir projetos de vida que impliquem viver fora do bairro, alugar casa fora do bairro e inclusive estabelecer relações de amizade com pessoas não pertencentes à sua etnia. Os residentes não ciganos ainda sentem alguma desconfiança em relação à comunidade cigana. Embora sem nunca admitir o seu racismo, este é visível, de forma velada, como conceptualizaram Pettigrew e Meertens (1995), uma vez que sentem dificuldade em viver perto de sujeitos da comunidade cigana, admitindo ainda pouca abertura quanto a esse mesmo facto, visível também quando questionados acerca de um possível casamento entre um filho seu com alguém da comunidade cigana e ainda alguma desconfiança no que toca à convivência entre crianças dos dois grupos distintos. No que toca a qualificar o outro, os adjetivos usados tinham um carácter tendencialmente depreciativo, indicador de uma representação negativa preconceituosa, com adjetivos que evidenciam o suposto domínio psicológico dos não ciganos sobre os ciganos, pelo facto de os ciganos viverem fora das normas e dos valores da cultura dominante, à qual pertencem os não ciganos.

Os ciganos, por outro lado, ocupam o espaço habitacional de forma ostensiva e exuberante, continuando resistentes e relativamente avessos em relação à escola e ao sistema de trabalho formal. Estes tendem a caracterizar os vizinhos, e sobretudo o grupo

dos não ciganos, como preconceituosos e racistas, evidenciando contudo outras características positivas resultantes igualmente da convivência positiva de alguns ciganos com determinados membros do grupo dos não ciganos.

Por outro lado, no decorrer da investigação foi surgindo um outro conjunto de questões abordadas: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. Se, por um lado, a implementação dos bairros sociais consegue abarcar um grande conjunto de populações diferenciadas a nível cultural, mas uniformes nas características sociais, por outro lado, traduziu-se num fracasso social e arquitetónico. Em vez de se criar uma política eficaz de resolução de um problema social, aumentou-se a desigualdade e a exclusão social, expondo ainda mais estas populações fragilizadas que residem nos bairros sociais. Aumentou também o risco de pobreza, uma vez que as pessoas sujeitam-se a uma situação em que os seus *handicaps* acabam por ganhar maior destaque e adensar-se. O Estado, ao invés de agir sobre a estrutura que gera o problema, age sobre as consequências, sem resolver o problema nas suas origens. Apesar de tudo, para a maioria dos sujeitos sociais que se mudam para os bairros, há uma melhoria significativa das condições de vida, ao nível da habitação, higiene e conforto. Os bairros pautam-se, contudo, por uma grande carência socio-urbanística, com falta de equipamentos de lazer e de apoio à população que neles residem. A sua localização por vezes também não é a mais vantajosa, uma vez que pode traduzir-se numa segregação socio-espacial. Acresce a estes fatores físicos que pautam a caracterização dos bairros o facto de os moradores restringirem a sua convivência apenas ao grupo de pertença, acabando por valorizar menos o espaço do bairro e mais o espaço da casa. Por outro lado, há um grande sentimento de insegurança, devido ao crescente fenómeno da marginalidade que afeta o bairro, particularmente no caso de Santa Tecla. Registou-se, na aplicação dos inquéritos e através das conversas tidas com os inquiridos, uma grande vontade de sair do bairro, por parte dos jovens da etnia cigana e por grande parte dos inquiridos do grupo dos não ciganos. Se, no caso dos primeiros, há uma vontade substantiva na melhoria das condições de vida, tentando fugir a todos os preconceitos que significa ser-se cigano, contudo, sem nunca rejeitarem a sua etnia; por outro lado, no caso dos segundos mas abarcando também de certa forma os primeiros, há uma vontade em sair do bairro pelo medo e insegurança que este começou a traduzir-se, numa crescente parte da população marginalizada que usa o espaço do bairro para práticas ilícitas. Pelo contrário, os inquiridos mais velhos da etnia cigana não demonstram grande vontade de sair do bairro, a não ser que essa seja feita a par com os

seus familiares mais diretos, havendo uma grande valorização dos laços familiares que se sobrepõem à falta de gosto pelo bairro em si.

Analogamente, há um grande desgosto, por parte dos inquiridos, na falta de soluções paisagísticas e de lazer no bairro, caracterizando este como um espaço feio, com muito lixo e sem espaços de lazer ou espaços verdes que possam marcar o quotidiano dos habitantes e das crianças. A acrescentar à falha paisagística, há a falta de uma organização de moradores que viabilize alguns projetos de melhoria paisagística e física do bairro junto de instituições públicas locais, que não se responsabilizam pela manutenção do espaço habitacional do bairro.

O distanciamento inter-étnico é visível no facto de ainda não existir uma associação de moradores, responsável pela organização e preservação do bairro. Muitos dos inquiridos queixaram-se do facto de não existir qualquer gestão dos condomínios, apenas uma gestão informal por parte de alguns moradores, que preservam unicamente o seu espaço defronte da casa. Isto acarreta consequências, na opinião dos inquiridos, na medida em que a falta de limpeza e de espaços de lazer do bairro é também uma consequência da falta de uma associação de moradores que zele pelos interesses de todos os habitantes do bairro. Consequência direta ou não, o bairro carece de espaços verdes, de limpeza nas entradas, de portas nos blocos dessas mesmas entradas, de espaços de lazer. Ainda não há uma grande abertura nas relações interpessoais entre ciganos e não ciganos; estas restringem-se a contactos banais, como bom dia ou boa tarde, não havendo uma aproximação dos grupos no sentido de criarem uma maior convivência. É contudo, por parte dos não ciganos, que existe um maior fechamento quanto à possibilidade de haver uma maior aproximação entre os grupos, resultando de um racismo subtil e muitas vezes negado, mas presente nas pequenas afirmações e pequenos atos do dia-a-dia. Há ainda muita desconfiança em relação ao ‘ser cigano’, ou seja, a representação social de suspeição em relação a qualquer elemento da comunidade cigana. Pelo contrário, os ciganos têm bem demarcadas as suas amizades com alguns não ciganos, como foi possível perceber pelas conversas informais com os indivíduos. Apesar de, regra geral, a convivência diária ser intra-grupal, há algumas amizades inter-grupais que os inquiridos ciganos quiseram ressaltar durante a aplicação dos inquéritos. Pode-se dizer que as relações inter-grupais ainda estão marcadas por um certo afastamento, desconfiança e desconhecimento em relação ao outro.

Uma outra dimensão analisada foi a percepção que os inquiridos ciganos tinham da discriminação a que são sujeitos. Sabendo-se que a identidade étnica é uma contante

construção de fronteiras, importa perceber como é que estas se estruturam, tanto por parte dos indivíduos ciganos, como por parte do exterior. Quando há uma nova situação social, como a mudança para um bairro de habitação social, há um novo conjunto de possibilidades de definição étnica, o que provoca mudanças individuais. A etnia é, deste modo, um processo de negociações, sendo que a identificação étnica não é estática. Os limites étnicos são constantemente construídos pelo ator, pelo seu próprio grupo e pelos outros.

A estrutura influencia a definição étnica do ator social, como, por exemplo, viver num bairro de habitação social e não conseguir habitar noutra local da cidade, mais privilegiado nas suas significações, uma vez que mesmo que o sujeito tente mudar as circunstâncias, os outros vão vê-lo sempre de forma muito restrita, reduzindo-o à categoria de ser cigano. Este é um dos melhores exemplos no que diz respeito à forma como os outros também vão sendo decisivos na forma como o sujeito se identifica e molda a sua identidade. Os indivíduos da etnia cigana acabam por sofrer um conjunto de discriminações no dia-a-dia pelo facto de pertencerem a determinada cultura e, mesmo que tentem introduzir-se na sociedade maioritária, essa inserção vai ser-lhes sempre negada e dificultada, como tentar arranjar emprego, criar um novo círculo de amizades, arrendar uma casa noutra local da cidade, a ida à escola ou a outros serviços públicos – todos estes são exemplos recorrentes de como os outros também têm interferência na construção dos limites étnicos da etnia cigana. Os significados étnicos vindos do exterior também moldam a identidade social dos indivíduos de forma decisiva. O Estado também acaba por ser decisivo nos limites étnicos, pela forma como aplica determinadas políticas sociais, que acabam por ter um papel decisivo no que diz respeito aos padrões de identificação étnica.

Por último, nota-se uma relação dialética entre o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. Há uma falta de investimento urbanístico no bairro: falta de espaços de lazer, espaços verdes e parques infantis; sendo que, por outro lado, é um local de grande criminalidade de violência, o que se traduz numa falta de gosto em relação ao bairro por parte dos moradores, que não revêm no espaço físico deste. Há também pouca preocupação pela preservação dos espaços, com as entradas e os blocos degradados. Isto leva a que os indivíduos invistam no espaço da casa, apostando muitas vezes parte das suas economias em melhorar o aspeto físico do interior da habitação. Assim, há um gosto maior pela casa e uma falta de gosto no bairro, que acaba por ser a principal razão

de os indivíduos quererem sair do bairro, a juntar a isto, há as representações negativas que este transporta.

Referências bibliográficas

Bader, V. M. (2005). “Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico”, in *Revista de Sociologia*, 1, 15-39

Barth, F. (1969). *Ethnic Groups and Boundaries*. Little, Brown, Boston.

Bastos, J. G. P., & Bastos, S. P. (1999). *Portugal Multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas*. Lisboa: Fim de Século.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.

Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*, Fim de Século. Lisboa.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.

Casa-Nova, M. J. (2006). “A relação dos ciganos com a escola pública: Contributos para a compreensão sociológica de um problema complexo multidimensional”, in *Interacções*, 2:155-182.

Casa-Nova, M. J. (2009). *Etnografia e Produção de Conhecimento: Reflexões Críticas a Partir de Uma Investigação com Ciganos Portugueses*. Lisboa, ACIDI.

Castro, A. (2013). *Na luta pelos bons lugares: ciganos, visibilidade social e controvérsias espaciais*. Lisboa: ISCTE-IUL.

Cunha, M. I. (2000). “A natureza da ‘raça’”, in *Cadernos do Noroeste: Série sociologia, sociedade e cultura*, Universidade do Minho, pp. 191-203.

Durkheim, É. (1995). *As Regras do Método Sociológico*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Presença.

Elias, N. & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fernandes, A. T. (1995). “Etnicização no processo de exclusão social”, in *Revista de Sociologia*, Série I, Vol.V, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Giddens, A. (1997 [1993]). *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Guerra, I. (1994). “As Pessoas Não São Coisas Que se Ponham em Gavetas”, in: *Sociedade e Território*, nº 20, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 11-16

Gonçalves, H. S. (1994). “Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 135-149.

Hall, S. (2006 [1992]). “A identidade cultural na pós-modernidade”, acedido em 28 de Dezembro de 2013 disponível em: www.cefetsp.br/edu/geo/identidade_cultural_posmodernidade.doc

Machado, F. L. (1992). “Etnicidade em Portugal: contrastes e politização”, in *Sociologia - Problemas e Práticas*. (12), pp. 123–36.

Machado, F. L. (2002). *Contrastes e Continuidades – Migração, Etnicidade e Integração dos guineenses em Portugal*, Celta Editora.

Marx, K. & Engels, F., (1984 [1848]). *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições "Avante!".

Mendes, M. M. F. (2005). *Nós, Os Ciganos e Os Outros: Etnicidade e Exclusão Social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Nagel, J. (1994). “Constructing Ethnicity: Creating and Recreating Ethnic identity and culture”, in *Social Problems*. Vol. 41, n.º1, p.152-276.

Pereira, A. & Rebelo, M. (2013). “Habitação e integração social”, in *Ciganos portugueses, olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição. Mundos Sociais*, vol. 1, pp. 61-70.

Perista, H. & Cardoso, A. (1994). A cidade esquecida – Pobreza em bairros degradados de Lisboa, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 15, pp. 99-111, Lisboa.

Pettigrew, T. & Meertens, R. (1995). “O racismo velado: dimensões e medida”, In: *Racismo e modernidade*. Bertrand Editora, Parte II, pp 111- 128.

Pinto, T. C. (1994), “Apropriação do espaço em bairros sociais: o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, in *Sociedade e Território*, nº 20, Porto, Afrontamento pp. 36-43;

Rex, J. (1998). *Raça e etnia*. Lisboa : Estampa.

Silva, M.C. & Silva, S. (2000a). “Práticas e Representações Sociais face aos Ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde”, in *Antropológicas* 6: 57–86.

Silva, M. C. (2000b). “Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61 – 79.

Silva, M. C. (2005). “Desigualdades e exclusões sociais: olhares sociológicos cruzados”, in *Configurações* 1:7–14.

Silva, M. C. (2009). *Classes Sociais. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.

Wieviorka, M. (2002). *A Diferença*, s.i.: Fenda

Weber, M. (1972). “Classe, Status, Partido.” In *Estrutura de Classes e Estratificação social*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp.61-83.

ANEXOS

Anexo nº1

Inquérito por questionário à população cigana do bairro Santa Tecla

“As relações de vizinhança nos bairros sociais”

Este questionário, realizado no âmbito da tese de mestrado intitulada “as relações de vizinhança nos bairros sociais”, tem como objetivo perceber como se caracterizam as relações de vizinhança nos bairros sociais e quais as dinâmicas e valores que representam as relações entre os vários grupos aí residentes. Peço desde já a vossa colaboração e sinceridade nas respostas, de forma a conseguir um estudo mais fiel e aproximado da realidade.

Situação Socioeconómica

1. Sexo:

Feminino ¹

Masculino ²

2. Idade: _____

3. Nacionalidade:

Portuguesa ¹

Angolano ²

Outra. ³ Qual? _____

4. Etnia:

Cigano ¹

Não cigano ²

Outra. ³ Qual? _____

5. Estado civil

Solteiro ¹

Casado ²

União de facto ³

Divorciado ⁴

Separado ⁵

Viúvo ⁶

6. Qual o seu nível de escolaridade?

Não sabe ler/escrever ¹

Sabe ler e escrever, mas não tem a 4ª classe ²

1º ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe) ³

2º ciclo do Ensino Básico (antigo 2º ano) ⁴

3º ciclo do Ensino Básico (antigo 5º ano) ⁵

- Ensino secundário (antigo 7º ano) 6
- Ensino Profissional 7
- Licenciatura 8
- Pós-graduação 9
- Mestrado 10
- Doutoramento 11
- Outro. 12 Qual? _____

Caracterização familiar

7. Quantos elementos tem o seu agregado familiar? _____

8. Como é constituído o seu agregado familiar?

- Vive sozinho 1
- Vive com os pais 2
- Vive com os pais e irmãos/irmãs 3
- Vive com os irmãos/irmãs 4
- Vive com os filhos 5
- Vive com o cônjuge e com os filhos 6
- Casal sem filhos 7
- Outro. Qual? 8

Situação face à profissão

9. Qual a sua profissão?

10. Qual a sua condição face ao trabalho?

- Tempo inteiro 1
- Tempo parcial 2
- Desempregado 3
- Desempregado à procura do 1º emprego 4
- Estudante 5
- Estagiário 6
- Reformado 7

11. Qual a sua situação na profissão?

- Empresário por conta própria 1
- Profissional liberal por conta própria 2
- Trabalhador por conta de outrem 3

Não aplicável ⁴
Outra. ⁵ Qual? _____

12. A que vínculo laboral está sujeito?

Contrato efetivo ¹
Contrato a prazo ²
Recibos verdes ³
Sem contrato de trabalho escrito ⁴
Outro. ⁵ Qual? _____

13. Tem alguma atividade complementar?

Não ¹
Sim ² Qual? _____

14. Qual o seu rendimento mensal líquido?

	Do próprio	Do agregado familiar
Abaixo de 475 euros		
Salário mínimo (475 euros)		
Entre 475-600 euros		
Entre 601-800		
Entre 801-1000		
Outro. Qual?		

15. Como avalia a sua situação económica e familiar?

Rico ¹
Nem rico, nem pobre ²
Pobre ³
Muito pobre ⁴

Vivências no bairro

16. Como classifica o ambiente do bairro?

Muito bom ¹
Bom ²
Razoável ³
Mau ⁴
Péssimo ⁵

17. Em que ano veio viver para o bairro? _____

18. Como classifica o ambiente com os seus vizinhos?

Muito Bom ¹

- Bom ²
 Razoável ³
 Mau ⁴
 Péssimo ⁵

19. Quais são as suas expectativas em relação ao futuro no bairro?

- Melhores ¹
 Piores ²
 Igual ³
 Não sabe ⁴

20. Como classifica os portugueses não ciganos?

	Sim	Não	Às vezes
Mentirosos			
Vingativos			
Racistas			
Preconceituosos			
Agressivos			
Desonestos			
Simpáticos			
Solidários			
Amigáveis			
Inteligentes			
Alegres			
Preguiçosos			
Unidos			
Maliciosos			
Trabalhadores			

21. Das seguintes afirmações, posicione-se relativamente à sua concordância (sendo que 1 significa ‘absolutamente de acordo’ e 6 ‘absolutamente em desacordo’).

a) Gostava de viver num bairro só para a população cigana.

- Sim Às vezes Não
- ¹ ○² ○³

b) O bairro é um local barulhento.

- De acordo Às vezes Em desacordo

1 2 3

c) O bairro tem excesso de criminalidade.

De acordo	Por vezes	Em desacordo
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3

d) O bairro é um local bonito e limpo.

De acordo	Em regra	Em desacordo
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3

e) O bairro tem má fama.

De acordo	Em alguns aspectos	Em desacordo
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3

**E1) Se considera que o bairro tem má fama ‘em alguns aspectos’,
indique quais:**

f) Os jornais contribuem para o preconceito para com os habitantes do bairro.

De acordo	Em parte	Em desacordo
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3

g) O bairro é um bom espaço de lazer.

De acordo	Em regra	Em desacordo
<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3

h) Sinto-me discriminado pelos meus vizinhos por ser cigano.

Sim	Às vezes	Não, nunca senti
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

i) Consigo realizar as minhas atividades diárias, no bairro, de forma satisfatória.

Sim	Nem sempre	Não
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

j) Gosto de viver no bairro porque foi aqui que constituí família.

De acordo	Em parte	Em desacordo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

k) Mesmo que pudesse, não saía do bairro.

De acordo	Em parte de acordo	Em desacordo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

l) A má imagem do bairro dificulta-me a arranjar emprego.

Absolutamente de acordo	De acordo	Relativamente em acordo	Relativamente em desacordo	Em desacordo	Absolutamente em desacordo
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22. Como caracteriza a cultura não cigana? (Escolha cinco características, posicionando-se relativamente à ordem de concordância).

	De acordo 1	Em parte 2	Em desacordo 3
Semelhante/igual à cigana			
Diferente da cigana			
Enriquecedora da cultura cigana			
Marginal/hostil em relação à cigana			
Festiva, alegre			

Agressiva e não respeitadora			
------------------------------	--	--	--

23. Como avalia os espaços de lazer do bairro?

- Muito bons ¹
 Bons ²
 Razoáveis ³
 Maus ⁴
 Péssimos ⁵

24.1 Quais os espaços de lazer que gostaria de ver no bairro, que ainda não existam?

24. Como classifica a vivência com a sua vizinhança?

- Impossível ¹
 Muito difícil ²
 Difícil ³
 Pouco difícil ⁴
 Fácil ⁵

25. Já alguma vez foi convidado a frequentar a casa de um cigano.

- Sim ¹
 Não ²
 Sim, mas recusei. ³

26. Considera que existe uma boa gestão dos condomínios?

- Sim ¹
 Não ²

27. Quais destas medidas considera que melhorariam a imagem do bairro?

(indique as três que mais concorda)

- Reforço do policiamento ¹
 Melhores casas ²
 Outros moradores ³
 Mais espaços verdes ⁴
 Mais parques infantis ⁵
 Mais proximidade à cidade ⁶
 Técnicos que ajudem a melhorar a imagem e o ambiente do bairro ⁷
 Resolver os problemas criminais ⁸
 Outra. ⁹ Qual? _____

28. Gostaria de sair do bairro?

Sim ¹

Não ²

29.1) Se respondeu sim à pergunta anterior, indique quais as razões para querer sair do bairro.

Anexo n.º2

Inquérito por questionário à população não cigana do bairro Santa Tecla

“As relações de vizinhança nos bairros sociais”

Este questionário, realizado no âmbito da tese de mestrado intitulada “as relações de vizinhança nos bairros sociais”, tem como objetivo perceber como se caracterizam as relações de vizinhança nos bairros sociais e quais as dinâmicas e valores que representam as relações entre os vários grupos aí residentes. Peço desde já a vossa colaboração e sinceridade nas respostas, de forma a conseguir um estudo mais fiel e aproximado da realidade.

Situação Socioeconómica

29. Sexo:

Feminino ¹

Masculino ²

30. Idade: _____

31. Nacionalidade:

Portuguesa ¹

Angolano ²

Outra. ³ Qual? _____

32. Etnia:

Cigano ¹

Não cigano ²

Outra. ³ Qual? _____

33. Estado civil

Solteiro ¹

Casado ²

União de facto ³

Divorciado ⁴

Separado ⁵

Viúvo ⁶

34. Qual o seu nível de escolaridade?

Não sabe ler/escrever ¹

Sabe ler e escrever, mas não tem a 4ª classe ²

1º ciclo do Ensino Básico (antiga 4ª classe) ³

2º ciclo do Ensino Básico (antigo 2º ano) ⁴

- 3º ciclo do Ensino Básico (antigo 5º ano) ⁵
 Ensino secundário (antigo 7º ano) ⁶
 Ensino Profissional ⁷
 Licenciatura ⁸
 Pós-graduação ⁹
 Mestrado ¹⁰
 Doutoramento ¹¹
 Outro. ¹² Qual? _____

Caracterização familiar

35. Quantos elementos tem o seu agregado familiar? _____

36. Como é constituído o seu agregado familiar?

- Vive sozinho ¹
 Vive com os pais ²
 Vive com os pais e irmãos/irmãs ³
 Vive com os irmãos/irmãs ⁴
 Vive com os filhos ⁵
 Vive com o cônjuge e com os filhos ⁶
 Casal sem filhos ⁷
 Outro. Qual? ⁸

Situação face à profissão

37. Qual a sua profissão?

38. Qual a sua condição face ao trabalho?

- Tempo inteiro ¹
 Tempo parcial ²
 Desempregado ³
 Desempregado à procura do 1º emprego ⁴
 Estudante ⁵
 Estagiário ⁶
 Reformado ⁷

39. Qual a sua situação na profissão?

- Empresário por conta própria ¹
 Profissional liberal por conta própria ²
 Trabalhador por conta de outrem ³
 Não aplicável ⁴

Outra. ⁵ Qual? _____

40. A que vínculo laboral está sujeito?

- Contrato efetivo ¹
Contrato a prazo ²
Recibos verdes ³
Sem contrato de trabalho escrito ⁴
Outro. ⁵ Qual? _____

41. Tem alguma atividade complementar?

- Não ¹
Sim ² Qual? _____

42. Qual o seu rendimento mensal líquido?

	Do próprio	Do agregado familiar
Abaixo de 475 euros		
Salário mínimo (475 euros)		
Entre 475-600 euros		
Entre 601-800		
Entre 801-1000		
Outro. Qual?		

43. Como avalia a sua situação económica e familiar?

- Rico ¹
Nem rico, nem pobre ²
Pobre ³
Muito pobre ⁴

Vivências no bairro

44. Como classifica o ambiente do bairro?

- Muito bom ¹
Bom ²
Razoável ³
Mau ⁴
Péssimo ⁵

45. Em que ano veio viver para o bairro? _____

46. Como classifica o ambiente com os seus vizinhos?

- Muito Bom ¹
Bom ²
Razoável ³

Mau ⁴
Péssimo ⁵

47. Quais são as suas expectativas em relação ao futuro no bairro?

Melhores ¹
Piores ²
Igual ³
Não sabe ⁴

48. Como classifica o grupo étnico cigano?

	Sim	Não	Às vezes
Mentirosos			
Vingativos			
Racistas			
Preconceituosos			
Agressivos			
Desonestos			
Simpáticos			
Solidários			
Amigáveis			
Inteligentes			
Alegres			
Preguiçosos			
Unidos			
Maliciosos			
Trabalhadores			

49. Posicione-se relativamente às seguintes afirmações.

a) Deixaria o meu filho brincar com uma criança cigana.

Sim Sob vigilância Não
¹ ² ³

b) Considero-me muito recetivo/a a viver ao lado de pessoas ciganas.

Sim Em parte Não
¹ ² ³

c) **Aceitaria o facto de o meu filho (a) casar com um cigano/a.**

Sim	Depende	Não	De maneira nenhuma
¹ <input type="radio"/>	² <input type="radio"/>	³ <input type="radio"/>	⁴ <input type="radio"/>

d) **O bairro é um local barulhento.**

De acordo	Às vezes	Em desacordo
¹ <input type="radio"/>	² <input type="radio"/>	³ <input type="radio"/>

e) **O bairro tem excesso de criminalidade.**

De acordo	Por vezes	Em desacordo
¹ <input type="radio"/>	² <input type="radio"/>	³ <input type="radio"/>

f) **O bairro é um local bonito e limpo.**

De acordo	Em regra	Em desacordo
¹ <input type="radio"/>	² <input type="radio"/>	³ <input type="radio"/>

g) **O bairro tem má fama.**

De acordo	Em alguns aspectos	Em desacordo
¹ <input type="radio"/>	² <input type="radio"/>	³ <input type="radio"/>

**G1) Se considera que o bairro tem má fama ‘em alguns aspectos’,
indique quais:**

h) Os jornais contribuem para o preconceito para com os habitantes do bairro.

De acordo	Em parte	Em desacordo
1	2	3
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

i) O bairro é um bom espaço de lazer.

De acordo	Em regra	Em desacordo
1	2	3
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

j) Importo-me que o meu filho pertença à mesma turma que uma criança cigana.

Sim, importo-me	Desde de acompanhado	Não, não me importo
1	2	3
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

k) Consigo realizar as minhas atividades diárias, no bairro, de forma satisfatória.

Sim	Nem sempre	Não
1	2	3
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

l) Gosto de viver no bairro porque foi aqui que constituí família.

De acordo	Em parte	Em desacordo
1	2	3
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

m) Mesmo que pudesse, não saía do bairro.

De acordo	Em parte de acordo	Em desacordo
1	2	1
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

n) A má imagem do bairro dificulta-me a arranjar emprego.

De acordo Em parte Em desacordo
1 2 3

50. Como caracteriza a cultura cigana? (Escolha cinco características, posicionando-se relativamente à ordem de concordância).

	De acordo 1	Em parte 2	Em desacordo 3
Semelhante/igual à não cigana			
Diferente da não cigana			
Enriquecedora da cultura não cigana			
Marginal/hostil em relação à não cigana			
Festiva, alegre			
Agressiva e não respeitadora			

51. Como avalia os espaços de lazer do bairro?

Muito bons 1
Bons 2
Razoáveis 3
Maus 4
Péssimos 5

23.1) Quais os espaços de lazer que gostaria de ver no bairro, que ainda não existam?

52. Como classifica a vivência com a comunidade cigana, na sua vizinhança?

Impossível 1
Muito difícil 2
Difícil 3
Pouco difícil 4
Fácil 5

53. Já alguma vez foi convidado a frequentar a casa de um cigano.

Sim 1
Não 2

Sim, mas recusei. ³

54. Considera que existe uma boa gestão dos condomínios?

Sim ¹

Não ²

55. Quais destas medidas considera que melhorariam a imagem do bairro?

(indique as três que mais concorda)

Reforço do policiamento 1

Melhores casas 2

Outros moradores 3

Mais espaços verdes 4

Mais parques infantis 5

Mais proximidade à cidade 6

Técnicos que ajudem a melhorar a imagem e o ambiente do bairro 7

Resolver os problemas criminais 8

Outra. ⁹ Qual? _____

56. Gostaria de sair do bairro?

Sim ¹

Não ²

29.1) Se respondeu sim à pergunta anterior, indique quais as razões para querer sair do bairro.

